

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Superintendência Federal de Agricultura no Pará**

RELATÓRIO DE GESTÃO – Exercício 2009

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Reinhold Stephanes

Secretario Executivo

José Gerardo Fontelles

Secretario de Defesa Agropecuária

Inácio Afonso Kroetz

Secretario de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

Márcio Antônio Portocarrero

Secretario de Política Agrícola

Edílson Guimarães

Secretario de Produção e Agroenergia

Manoel Vicente Fernandes Bertone

Secretario de Relações Internacionais do Agronegócio

Célio Brovino Porto

SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARÁ - SFA/PA

Superintendente

Ademir Conceição Carvalho Teixeira

Assistente da Superintendência

Adriróseo Raimundo Alves dos Santos

Seção de Suporte Técnico-Operacional e de Comunicação Social

Herdimir Moreira

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA

Bernadete Oliveira Alves

Divisão de Apoio Administrativo – DAD

Paulo Atan Bastos Filho - substituto

Serviço de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF

Abilmar Ferreira da Silva

Seção de Atividades Gerais - SAG

Fernando Sérgio Coelho

Seção de Recursos Humanos – SRH

Luiz André Veríssimo

Divisão Técnica – DT

Milton Leite Alves da Cunha

Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA

Wilda Silveira Pinto Pacheco

Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG

Jesus Nazareno Magalhães de Sena

Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG

Pedro Paulo da Costa Motta

Serviço de Política de Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG

Otávio César Durans de Oliveira

Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO

Jacauna de Andrade Lopes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. Identificação
2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou programáticos
 - 2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade:
 - 2.1.1 Competência
 - 2.1.2 Objetivos Estratégicos
 - 2.2. Estratégia de atuação frente às Responsabilidades Institucionais
 - 2.2.1 Análise do MAPA/Plano Estratégico da Unidade
 - 2.2.2 Plano de Ação referente ao exercício que se referem o Relatório de Gestão
 - 2.3. Programas e Ações sobre responsabilidade da Unidade
 - 2.3.1 Relação dos Programas
 - 2.3.2 Principais Ações do Programa
 - 2.4. Desempenho Operacional
 - 2.4.1 Programação Orçamentária
 - 2.4.2 Execução Orçamentária
 - 2.4.3 Evolução de Gastos Gerais
 - 2.4.4 Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ
 - 2.4.5 Indicadores de Desempenho ou Institucionais
3. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade, contemplando as seguintes perspectivas:
 - 3.1. Composição dos Recursos Humanos
 - 3.2. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela Unidade, informando se não os possui.
 - 3.3. Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.
4. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos
5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.
6. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a títulos de subvenção, auxílio ou contribuição.
7. Informações sobre as entidades fechadas de Previdência Complementar.
8. Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos

externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame.

9. Renúncia Tributária

10. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.

11. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.

12. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV (item 13 do conteúdo geral do anexo II da DN TCU 100/2009).

13. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

14. Considerações Finais.

APRESENTAÇÃO

Registra-se, no presente Relatório de Gestão, elaborado pela Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA de maneira sucinta e objetiva as atividades executadas pela Superintendência Federal de Agricultura no estado do Pará – SFA/PA no decorrer do exercício de 2009.

As ações da Superintendência foram realizadas com base no planejamento estabelecido para o exercício 2009, consubstanciados nos Programas constantes do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA para o quadriênio 2008-2011 e nas diretrizes emanadas pelo órgão central, cujas ações e metas estão focadas no usuário cidadão.

Pretende-se com este documento ressaltar a execução física e financeira dos Programas e Ações a cargo desta superintendência, para posterior análise e avaliação, objetivando dar conhecimento do que em 2009 foi realizado em prol da agropecuária estadual, mediante a participação e supervisão da SFA/PA.

Finalizando, a concretização do trabalho aqui registrado somente foi possível em razão do decisivo apoio dos órgãos centrais do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, bem como da atuação dos que compõem a força de trabalho desta SFA/PA.

A todos, indistintamente, os nossos agradecimentos.

1- IDENTIFICAÇÃO – GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura no Pará			
Denominação abreviada: SFA/PA			
Código SIORG: 14	Código LOA: 22000		Código SIAFI: 130094
Situação: Ativa			Código CNAE: 8413-2/00
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – UD			
Principal atividade: Fiscalização			
Telefone/Fax para contacto:	91- 3214.8620	91- 3231.5878	
Endereço eletrônico: gab-pa@agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Almirante Barros, 5384 – Castanheira - Belém/PA CEP: 66610-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:			
Criada pela Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, tendo suas atuais atribuições definidas pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, as SFAs, unidades descentralizadas diretamente subordinadas ao Ministro de Estado consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portarias, Instruções Normativas, Decretos etc.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Instruções de Serviço, Ofícios Circulares e Manuais diversos;			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI:	Nome		
130094	Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI:	Nome		
-	-		
Relacionamento entre Unidade Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
-		-	

2 - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS OU PROGRAMÁTICOS

2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade:

Competência:

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de :

- I – defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II – fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;
- III – assistência técnica e extensão rural;
- IV – infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V – produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool.
- VI – administração de recursos humanos e de serviços gerais;
- VII – programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- VIII – qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- IX – aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

2 – Objetivos e Metas Institucionais e/ou programáticos

1. – Responsabilidades Institucionais da Unidade:

a) Competência Institucional;

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de :

- I – defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II – fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;
- III – assistência técnica e extensão rural;
- IV – infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V – produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool.
- VI – administração de recursos humanos e de serviços gerais;
- VII – programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- VIII – qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- IX – aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

O universo de atuação (jurisdição) da Superintendência Federal de Agricultura no Pará corresponde à totalidade do território da unidade da Federação, podendo haver alteração desse limite mediante ato do Ministro de Estado.

b) Objetivos Estratégicos

Os objetivos e Metas estabelecidos para o exercício estão alinhados ao texto do Plano Plurianual 2008-2011 que, com jurisdição no âmbito do estado e competência regimental, executa os programas e ações do PPA, via gerenciamento dos Planos Internos (Pis) – desenvolvidas por meio de atividades e ações de defesa agropecuária que visa garantir a segurança dos alimentos com custos competitivos, por meio das ações objetivam minimizar o risco de introdução e a disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional, de forma a garantir a sanidade dos produtos e a qualidade dos insumos agropecuários importados e exportados, da adequação e aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e

doenças; da ampliação dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de alimento. Ainda tem como objetivos estratégicos as ações de educação sanitária para produtores e consumidores competitivos, fomento ao desenvolvimento agropecuário sustentável, infra estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural, administração de recursos humanos e de serviços gerais, programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

Na execução dessas ações, que se inserem nos programas da defesa agropecuária, da política agrícola e da promoção do desenvolvimento agropecuário, espera-se que os resultados alcançados contribuam significativamente para que não ocorram impactos econômicos e sociais adversos, causados pelo não cumprimento desse objetivo. Ou seja, a execução das atividades com competência evita o comprometimento da produção e da produtividade agropecuária, e conseqüentemente a redução das exportações, a diminuição dos acessos e manutenção de mercado, o desemprego, a redução da renda no campo, com a conseqüente migração do campo para a periferia dos grandes centros urbanos, com impactos negativos para o País e comprometimento da segurança alimentar, da saúde humana e do meio ambiente.

Os programas executados pela área finalística da SFA/PA podem ser divididos em dois grupos:

- **Programas de Defesa Agropecuária:** ligados em nível central à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do MAPA.
- **Programas de Política Agrícola e Desenvolvimento Agropecuário:** ligados em nível central às Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC e Secretaria de Política Agrícola – SPA, ambas do MAPA em Brasília.

As atividades finalísticas são realizadas por meio da Divisão Técnica – DT/SFA-PA, responsável pela coordenação, acompanhamento, orientação e avaliação da execução das atividades da área técnica, a qual é composta por 05 (cinco) Serviços Técnicos, cuja atividade e objetivos estratégicos será sumarizada abaixo e cuja ordem de apresentação será em função dos programas executados no âmbito da SFA.

Programas de Defesa Agropecuária

Programa 0357 – Segurança e Sanidade na Agropecuária

Serviços Técnicos responsáveis pela execução:

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA – VIGIAGRO / DT – PA

O VIGIAGRO/SDA tem como diretriz a busca da infra-estrutura adequada das Unidades do Sistema localizadas nos pontos de ingresso e egresso (portos, aeroportos, fronteiras e aduanas especiais), pois as

condições das instalações administrativas, instalações de apoio à fiscalização, equipamentos e pessoal são de importância primordial para o êxito da execução dessas ações. Para elaboração do planejamento, foram levantadas junto às Unidades (UVAGROS) as informações abaixo:

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE
Levantamento da situação atual e necessidades das UVAGROS vinculadas ao VIGIAGRO/PA:	
Levantamento das condições das instalações administrativas existentes para a operação das unidades.	Chefes do VIGIAGRO/PA e das Uvagos vinculadas e CGV.
Levantamento da existência e condições das instalações de apoio à fiscalização.	Chefes do VIGIAGRO/PA e das Uvagos vinculadas e CGV.
Levantamento dos quantitativos atuais dos equipamentos disponíveis com ênfase ao estado de conservação e tempo de uso, estimando a necessidade para o período de 2009 a 2014.	Chefes do VIGIAGRO/PA e das Uvagos vinculadas e CGV.
Levantamento do quantitativo atual de pessoal por categoria, estimando a necessidade do aumento do efetivo até 2014.	Chefes do VIGIAGRO/PA e das Uvagos vinculadas e CGV.
Elaboração do plano estratégico para o Sistema VIGIAGRO, inserido no Plano Estratégico do MAPA.	Coordenação Geral do VIGIAGRO e Chefias de Gestão da UFs.

O controle do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários, assim como as ações de defesa agropecuária de competência do Governo Federal são executadas de forma direta por Fiscais Federais Agropecuários – FFA, localizados nas Superintendências Federais de Agricultura em cada Unidade da Federação e na Secretaria de Defesa Agropecuária, ou pelos órgãos públicos estaduais ou municipais, quando couber, tendo por base o escopo das leis que regulamentam estas atividades.

No caso das ações de vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, suas partes, produtos e subprodutos, insumos agropecuários, além de embalagens e suportes de madeira que acondicionem quaisquer classes de mercadorias destinadas à exportação ou importados pelo Brasil, são de responsabilidade privativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com o estabelecido no Artigo 55 do Decreto no. 5.741/2006.

A extensão do País e os desafios da vigilância nas fronteiras exigem grande cobertura e efetividade das ações em todo território brasileiro. Para tanto é necessário que a VIGIAGRO e suas Unidades, estrategicamente, funcionem como a primeira linha da defesa agropecuária brasileira.

Em nível de Órgão Central, os Serviços/Unidades são tecnicamente ligados à Coordenação Geral do VIGIAGRO - CGV, que por sua vez é diretamente ligada à Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA. O Sistema VIGIAGRO possui mecanismo de autogerenciamento e está organizado em um Comitê Gestor e Sub-Comitês de Gestão por segmento, a saber: Portos, Aeroportos, Fronteiras e Aduanas Especiais. Os Subcomitês periodicamente realizam reuniões para discussões de assuntos pertinentes ao Sistema, tanto de ordem operacional como estratégica e de planejamento de ações.

O VIGIAGRO/DT-PA atua como braço operacional dos Serviços Técnicos da SFA (SEDESA, SEFAG e SIPAG), realizando atividades regidas por normas técnicas emanadas dos Órgãos Específicos Singulares do MAPA e afetas especificamente às atividades daqueles Serviços, atuando no momento da chegada e saída de produtos e insumos agropecuários.

Tem sob sua coordenação, 04 (quatro) Unidades operacionais, a saber:

1. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Belém;
2. Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de Val-de-Cans;
3. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Santarém;
4. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Vila do Conde.

O atendimento do Serviço é feito ainda nos pontos de egresso/ingresso, conforme segue:

Ponto de Ingresso/Egresso	Município	Unidade Responsável
Porto Seco METROBEL	Belém	Porto de Belém
Instalação Portuária Fluvial da Robco (*)	Breves (Ilha de Marajó)	Porto de Belém
Instalação Portuária Fluvial da Madenorte (*)	Breves (Ilha de Marajó)	Porto de Belém
Instalação Portuária Fluvial da Mainard (*)	Breves (Ilha de Marajó)	Porto de Belém
Instalação Portuária Fluvial - Munguba (*)	Monte Dourado	Porto de Belém
Terminal de Containeres - CONVICON	Barcarena	Porto de Vila do Conde
Terminal Graneleiro - Cargil	Santarém	Porto de Santarém
Porto Seco Center Cargo	Juruti	Porto de Santarém
(*) Desativados desde meados de 2009	Santarém	Porto de Santarém

Dentro dos objetivos estratégicos definidos e atingidos para 2009, tivemos a oficialização de três das quatro unidades em operação no Estado do Pará, e avanços significativos na qualidade da estrutura e dos equipamentos das unidades.

A melhoria e padronização dos procedimentos vêm sendo implementada em âmbito nacional, devendo atingir resultados mais significativos com a entrada em funcionamento do sistema SGVIG que deverá integrar todas as unidades operacionais do Sistema VIGIAGRO, a Sede em Brasília e as SFAs..

SERVIÇO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA – SEDESA / DT – PA.

Os objetivos estratégicos da ampliação e manutenção de áreas livres de pragas e/ou sistemas de mitigação de risco de pragas, caracterização, estabelecimento, ampliação e manutenção de áreas livres de doenças dos animais, executar programas de controle zootossanitário, fortalecer o Serviço Oficial de Defesa Animal e Vegetal, definir rotas de risco de disseminação de pragas dos vegetais e doenças dos animais, melhorar o sistema de quarentena animal, certificação de propriedades agropecuárias, etc.

Em sua maior para a execução das ações é delegada ao As ações são executadas por meio de

sensibilização da cadeia produtiva; levantamento fitossanitário, auditorias, implantação de medidas preventivas e de controle, capacitação, manutenção de banco de dados; elaboração de relatórios, supervisão de área delimitada, etc.

A dimensão geográfica do Estado do Pará (1,2 milhões de Km²) exige estratégias apropriadas e uma infra-estrutura que permita uma adequada capacidade e eficácia no sistema de vigilância. Assim, os postos do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária estão instalados em locais que possibilitam a adequada fiscalização do trânsito que ocorre entre determinadas regiões e nas fronteiras com outros estados. No caso do Trânsito interestadual de Animais e seus produtos, por ser uma ação delegada ao Governo do Estado do Pará, as SEDESA/DT-PA se caracterizam por supervisões e auditorias nas unidades locais de assistência veterinária e postos de controle de trânsito

Diversas doenças dos animais tem sido objeto de ações de controle/erradicação, destacando-se a o Programa de Erradicação da Febre Aftosa, considerada atualmente o principal programa do MAPA na área de saúde animal, tendo o Brasil assumido a meta de erradicá-la até o final de 2010. O estado do Pará apresenta três situações sanitárias para esta doença. O centro sul do estado é considerado *área livre com vacinação com reconhecimento internacional*. O nordeste do estado é considerado como de *médio risco* e o arquipélago do Marajó e a calha do Rio Amazonas, *áreas de alto risco*. Outras atividades importantes são a prevenção da Influenza Aviária, doença letal para aves e mamíferos, inclusive o homem, prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (mal da vaca louca), também letal para mamíferos, entre outras.

Na área vegetal, o principal programa tem sido a manutenção da área de dispersão da praga quarentenária mosca da carambola (*bactrocera carambolae*) nos limites do Estado do Amapá, sem o que, todo o mercado internacional de frutos brasileiros *in natura* poderia se tornar alvo de restrições.

Além disso, outras pragas tem sido trabalhadas, como a prevenção da introdução da Monilíase do Cacaueiro, praga bem mais agressiva do que a conhecida *Vassoura de bruxa*, e atualmente ocorrendo nos países vizinhos do Brasil. O monitoramento da Ferrugem asiática da soja tem tomado impulso no estado com a determinação pela primeira vez em 2009 do calendário de *vazio sanitário*, metodologia que visa diminuir a quantidade de *inoculo* (fonte de contaminação do fungo) no campo.

Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Serviço Técnico responsável pela execução:

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEFAG/DT-PA

A produtividade agropecuária e a sustentabilidade do agronegócio é função direta da qualidade dos insumos utilizados. Por exemplo, reconhecidamente sabe-se que uma semente de boa qualidade é um dos pré-requisitos fundamentais para o sucesso do estabelecimento de uma lavoura e garantia de ótimas safras, bem como, a expressão máxima da produtividade de um rebanho é conferida pela qualidade genética

de seus indivíduos portanto, embriões geneticamente superiores são fundamentais para o sucesso do empreendimento.

Entretanto, para que esses produtos cheguem ao produtor, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação vigente, ações fiscalizadoras regulares e rigorosamente implementadas se fazem necessárias. Cabe ao SEFAG desenvolver estas ações as quais venham proteger o produtor rural de possíveis fraudes.

O setor primário paraense, tanto a agricultura como a pecuária, tem experimentado nas últimas décadas um crescimento significativo, colocando nosso estado como o principal produtor de dendê, abacaxi, mandioca, pimenta-do-reino e açaí do país, 2º produtor de coco, 4º de banana, 5º de citros, 6º de arroz, 10º de milho, 14º de soja, 5º rebanho bovino e 1º de bubalinos conferindo ao estado uma posição de destaque no cenário nacional. Entretanto, nosso maior desafio recai na questão da qualidade face à triste imagem do Pará tanto no âmbito interno como no internacional, consolidada pelos inúmeros fatos freqüentemente veiculados pela mídia.

Pelo exposto acima, é inquestionável a importância do setor para a economia do estado e fica evidente a necessidade de se reverter urgentemente esta situação para melhoria da nossa imagem. Diante desse quadro, cresce, consideravelmente, a responsabilidade e o papel do SEFAG, através da fiscalização desses insumos, para promover tais mudanças.

0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas;

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – SIPAG / DT - PA

Visando dar eficiência à execução das atividades, o SIPAG/DT-PA estabeleceu internamente os seguintes grupos de trabalho:

- Inspeção Animal:
 - Setor de Pescado e Derivados
 - Setor de *carnes e derivados*
 - Setor de Leite e Derivados
- Inspeção Vegetal:
 - Fiscalização de Vinhos e bebidas;
 - Classificação de Produtos de Origem Vegetal;

Inspeção Animal:

As ações foram executadas de acordo com o planejamento elaborado no final do exercício anterior, estabelecendo-se prioridades de acordo com demandas extraordinárias e determinações da Direção, Coordenações e Divisões do DIPOA/MAPA.

Setor de *pescado e derivados*:

A dinâmica adotada na execução do serviço objetivou as verificações de conformidade do beneficiamento de produtos nas indústrias sob o Serviço de Inspeção Federal – SIF de acordo com as normas vigentes de modo a garantir a inocuidade dos produtos elaborados, como também, o atendimento às exigências internacionais pelos estabelecimentos habilitados à exportação.

Setor de *Carnes e derivados*:

Desenvolveu suas atividades com a fiscalização de estabelecimentos com registro no SIF – Serviço de Inspeção Federal visando garantir o cumprimento das normas sanitárias, para segurança do consumidor e cumprimento de acordos internacionais por estabelecimentos habilitados à exportação

Área de *leite e derivados*:

Da estratégia adotada para o fiel cumprimento das atribuições, objetivos e metas planejadas; a Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal do SIPAG-PA executa a Inspeção Permanente, Inspeção Periódica, fiscalização em estabelecimento produtor, colheita de amostras para a análise laboratorial, Supervisões Técnicas, Auditorias, Visitas Técnicas, acompanhamento de missões internacionais, atividades de apoio, ações interinstitucionais, apoio técnico, reuniões técnicas, capacitação, entre outros elementos de não menores valores para o alcance dos resultados favoráveis à excelência da qualidade do serviço.

Relativo as ações e atividades relacionadas à Inspeção e Fiscalização Industrial, Tecnológica e Higiênico-Sanitária de bebidas não fermentadas, não alcoólicas, polpas de frutas, bebidas alcoólicas, bebidas mistas, inclusive alcoólicas por mistura, vinho, derivados da uva e do vinho e de fermentado acético;

Inspeção Vegetal:

A elaboração da programação das metas físicas e financeiras eleitas como prioridades e consignadas no Plano Operativo do Exercício 2009, levantou-se especialmente e considerou-se os números dos registros das séries históricas das demandas internas e externas dos últimos 03 (três) anos sobre as atividades desenvolvidas e executadas pelo SIPAG/DT-PA, logicamente, em congruência com a capacidade operacional do serviço como um todo e, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, localizados em Brasília/DF.

Registre-se no presente relatório, que na execução do Plano Operativo do Exercício de 2009, não houve problemas e nem pontos limitantes ocasionados por falta de recursos orçamentários e nem financeiros, haja vista, o atendimento integral por parte da Coordenação

Geral de Vinhos e Bebidas - CGVB/DIPOV/SDA/MAPA, da programação mensal/anual encaminhada, dentro dos prazos fixados para tal.

inspecionadas fiscalizadas pelo Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT-PA) da Superintendência Federal do Ministério da Agricultura no Pará.

Programas de Política Agrícola e Desenvolvimento Agropecuário

- 1426 – Conservação, Manejo e uso sustentável da Agrobiodiversidade
- 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio;
- 6003 – Apoio ao desenvolvimento do Setor Agropecuário;

Serviço responsável pela execução:

SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – SEPDAG/DT-PA.

Com uma equipe três Fiscais Federais Agropecuários, o SEPDAG vem atuando de forma mais sistemática na organização, promoção, fomento capacitação de agentes atuantes em produção orgânica de alimentos, na fiscalização de convênios e na viabilização de emendas parlamentares. Em todos os segmentos, a estratégia adotada pelo SEPDAG consistiu na busca de demandas do setor rural por meio de reuniões, seminários, oficinas e câmaras setoriais com parcerias institucionais das diversas esferas do governo, iniciativa privada e representações dos produtores rurais, objetivando ajustá-los aos programas de Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.

2.2 – Estratégia de atuação frente às responsabilidades Institucionais

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA – VIGIAGRO/DT-PA

A atividade consiste, na prática, em fiscalizar as cargas, bagagens e encomendas de produtos e insumos agropecuários e embalagens quando feitas em madeira que acondicionem quaisquer classes de mercadoria, acompanhadas ou não, que entram no País e certificar as cargas que se destinam ao mercado internacional, verificando o cumprimento de exigências, conforme as especificações normativas buscando minimizar o risco de introdução e disseminação de doenças por meio de produtos de origem animal em trânsito sem autorização do MAPA ou que tenham trânsito restrito.

Em 2009 foi dada continuidade à campanha educativa objetivando-se esclarecer aos passageiros sobre esse risco e prevenir o trânsito desses produtos. Foi encaminhado material educativo às companhias aéreas para distribuição aos passageiros em trânsito internacional e ao mesmo tempo, foi veiculada orientação ao público através do sistema sonoro do terminal aeroportuário.

Houve um expressivo aumento de mais de 50%, da atividade de fiscalização de animais e seus derivados, o que se deve, não somente ao aumento das exportações de animais vivos, mas também ao melhor controle das exportações de produtos de origem animal, nos Portos de Belém, Vila do Conde e Aeroporto de Belém, o que tem exigido bastante dos cinco FFA Médicos Veterinários lotados nas unidades Vigiagro da SFA/PA.

SERVIÇO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA - SEDESA/DT-PA

As normas para a realização deste trabalho são emanadas por organismos internacionais dos quais o Brasil é membro. Em especial se originam de duas fontes principais: A Organização Mundial de Saúde Animal – OIE e a Convenção Internacional de Proteção de Plantas – CIPV. Além disso, o SEDESA certifica os produtos nos termos estabelecidos nos diversos acordos bilaterais e multilaterais em que o Brasil é parte.

A execução propriamente dita das atividades se dá principalmente por meio de delegação de competências, nos termos do Decreto Nº 5.741, de 30 de março de 2006, que definiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.

O SEDESA, de forma direta realiza o controle dessas atividades principalmente por meio de auditorias e supervisões nas unidades de execução do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária (ADEPARÁ), com ênfase ao controle do trânsito interestadual e à vigilância sobre as pragas e doenças de importância econômica e de interesse nacional. Havendo dificuldade operacional, ocorrência de focos de pragas quarentenárias ou doenças de controle e notificação obrigatória, nos termos da Convenção internacional de Proteção dos Vegetais, da Organização Mundial de Saúde Animal ou acordos bilaterais e multilaterais dos quais o Brasil é signatário, realiza-se um Plano de Contingência e ações emergenciais conjuntamente com a ADEPARÁ, sob assessoramento do Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA ou do Departamento de Saúde Animal – DSV/SDA conforme o caso.

O controle do trânsito interestadual executado pelo órgão estadual, abrange quase na sua totalidade os 143 municípios paraenses através das unidades locais, unidades de coordenação regional, unidade central de coordenação, porto de Belém, postos fixos e equipes volantes de fiscalização, contudo as principais barreiras se localizam nas divisas com os Estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

O principal desafio encontrado ao longo de 2009 diz respeito às dificuldades do órgão estadual de Defesa Agropecuária (ADEPARÁ) em atender os requisitos estabelecidos nas normas internacionais, impedindo o Estado do Pará avançar no reconhecimento novas áreas livres de febre aftosa. Isto levou a SFA/PA a criar um Grupo de Trabalho Técnico especificamente para buscar junto ao Governo do Estado sanear as inconformidades encontradas nos procedimentos operacionais, trabalho este ainda em andamento.

O SEDESA/DT-PA supervisiona e audita os postos fixos, que tem atendimento 24 horas – diários

durante o ano todo. Contatou-se que algumas barreiras fitossanitárias ainda necessitam de melhora na sua infra-estrutura e logística, considerando que em alguns lugares ainda faltam Engenheiros Agrônomos, veículos e apoio policial. É necessário que o Estado melhore a estrutura da fiscalização, com aquisição de equipamentos e materiais, contratação de pessoal e criação de Sistemas de Informação.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – SIPAG / DT - PA

Inspeção Animal:

Setor de *pescado e derivados*:

A equipe de inspeção na área de pescado e derivados foi fortalecida com a chegada de mais um Fiscal Federal Agropecuário o que viabilizou a maior frequência no acompanhamento das atividades industriais nas diversas localidades nas quais estão implantados os estabelecimentos sob SIF o que se configura nas medidas tomadas frente a cada ocorrência gerada e o início da implementação do sistema de autocontrole nas indústrias sob SIF no Estado.

Setor de *Carnes e derivados*:

Novos projetos de implantação de indústrias no Estado foram analisados existindo a previsão de pelo menos 05 (cinco) novos estabelecimentos iniciar as atividades no ano de 2010. A equipe conta hoje com 02 (dois) Fiscais Federais Agropecuários a frente da gestão do setor na sede, entretanto pela crescente demanda necessita de pelo menos 12 (doze) Fiscais Federais Agropecuários a responsabilizarem-se pela Inspeção Federal nos estabelecimentos.

Área de *leite e derivados*:

O serviço trabalhou em parceria com a Gestão Nacional – DILEI/CGI/DIPOA/MAPA por meio de Auditorias Nacionais e Supervisões Técnicas Regionais uma vez que o quadro de Fiscais Federais Agropecuários na área foi reduzido com a transferência de um dos técnicos para o Serviço de Defesa Agropecuária. Foram efetivadas algumas ações em parceria com órgãos de defesa do consumidor no sentido de se coibir a clandestinidade no fabrico de produtos lácteos e impedir a venda no mercado de produto impróprio para o consumo. Estabeleceu-se, oficialmente, a participação de Fiscais Federais Agropecuários - responsáveis por SIF em matadouros-frigoríficos localizados próximos a laticínios- no controle e fiscalização daqueles estabelecimentos da área de leite efetivando assim a maior abrangência do serviço na região.

Inspeção Vegetal:

Na execução das ações centrou-se o foco nas atividades de inspeção e fiscalização in loco dos

estabelecimentos industriais registrados no SIPAG/DT-PA, como produtores, envasilhadores, standardizadores e exportadores de bebidas em geral, sendo que, com a exceção das grandes indústrias de cervejas e refrigerantes, a maior demanda continuou sendo a produção e envasilhamento de polpa de frutas regionais, com destaque para o açaí, tanto para o mercado interno como para exportação. O uso da pasteurização somente em produtos para exportação por exigência dos países importadores.

Na execução das ações centrou-se o foco nas atividades de inspeção e fiscalização in loco dos estabelecimentos industriais registrados no SIPAG/DT-PA, como produtores, envasilhadores, standardizadores e exportadores de bebidas em geral, sendo que, com a exceção das grandes indústrias de cervejas e refrigerantes, a maior demanda continuou sendo a produção e envasilhamento de polpa de frutas regionais, com destaque para o açaí, tanto para o mercado interno como para exportação. O uso da pasteurização somente em produtos para exportação por exigência dos países importadores.

O SIPAG/DT-PA contribuiu na execução de um programa especial sob a coordenação e orientação da CGVB/DIPOV/SDA chamado de “Reforço à Fiscalização de Vinhos, derivados da uva e do vinho oriundos da Região Sul do País”, visando um ostensivo, eficiente e eficaz combate à fraude econômica, com apoio da rede de laboratórios oficiais, notadamente, para coibir a adição de água no vinho, bem como coibir a utilização de vinho na fabricação de bebidas alcoólicas mistas em percentuais abaixo do Padrão de Identidade e Qualidade - PIQ, oficial, estabelecido para cada tipo de produto, cujos resultados no Estado do Pará vem se mostrando bastante satisfatórios.

Registre-se, que, dada à importância do açaí (*Euterpe Oleracea, Mart*) no cenário nacional e mundial causada pelo significativo aumento da procura no mercado interno e das exportações do produto, notadamente, para o USA, onde o consumo de açaí quadruplicou nos últimos dois anos e, o governo americano preocupado com a qualidade do produto brasileiro, mandou uma Missão de Governo representada pelo FDA - UNITED STATES FOOD AND DRUG ADMINISTRATION (Agência de Controle de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos) ao Estado do Pará, onde o SIPAG/DT-PA (Área de Vinhos e Bebidas) em conjunto com técnicos da CGVB/DIPOV/SDA/MAPA, ANVISA/DF, FAEPA, SENAR/PA, EMATER/PA, SAGRI/PA, VISA/PA, EMBRAPA, INSTITUTO EVANDRO CHAGAS, UFPA e outros órgãos das esferas federal, estadual e dos principais municípios produtores, e ainda, do setor produtivo representado por associações e sindicatos de produtores rurais, acompanhou a Missão Americana em visita ao município de Igarapé Miri/PA (3º maior produtor de frutos - matéria prima), visitando plantações nativas e cultivadas de açaí envolvidas em projetos apoiados pelos governos de manejo integrado para sustentabilidade econômica, social e ambiental da Região em termos de açaí.

Os técnicos do SIPAG/DT-PA(MAPA) estiveram atentos a todos os questionamentos e exigências da Missão Americana, principalmente, no que concerne aos cuidados higiênico-sanitários, desde o manejo das plantações e dos frutos colhidos, no campo, até o produto acabado nas indústrias, essas, registradas,

inspecionadas fiscalizadas pelo Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT-PA) da Superintendência Federal do Ministério da Agricultura no Pará.

A visita da Missão se estendeu às principais indústrias de açaí localizadas nos mais importantes pólos produtores do Estado, com foco direcionado ao conhecimento técnico-científico, prático e operacional e, na troca de informações e observações, com ênfase acerca dos processos de controles tecnológicos, industriais e higiênicos-sanitários, e sobre os métodos de inspeção, fiscalização e aferição de PIQ - Padrão de Identidade e Qualidade, oficial, do açaí e derivados, desde a recepção da matéria prima até a expedição dos produtos acabados para o mercado interno e para exportação, conforme define a legislação federal reguladora da atividade.

Para o chefe da Missão do FDA, Dr. Martin J. Stusman, J.D., como nos Estados Unidos não se cultiva açaí e lá o seu consumo quadruplicou nos dois últimos anos, o governo americano precisa saber, urgentemente, sobre o cultivo e a industrialização do produto, tanto para o consumo direto como para uso na forma de matéria prima de outros produtos. A preocupação principal da missão americana prendeu-se sobre o agente causador, o transmissor e os métodos de prevenção e controle adotados no Brasil em relação ao “mal de Chagas” (tripanossomíase americana) em seres humanos, causadas pelo protozoário *cinetoplástida flagelado Trypanossoma cruzi*, transmitido pelo inseto denominado de “barbeiro”, da espécie *Triatoma infestans*, que de acordo com as autoridades sanitárias do Brasil, além da contaminação tradicional pela picada do inseto infectado, há também evidências e casos comprovados de contaminação pela via oral através de consumo de alimento contaminado com fezes de barbeiro, como por exemplo o açaí em estado natural.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEFAG/DT-PA

Foram empreendidas ações nas áreas de Fiscalização de Sementes e Mudas, Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, Fiscalização de Alimentos para animais e material genético animal.

Uma das atividades de destaque no exercício 2009 foram os trabalhos junto à Comissão de Sementes e Mudas do Para – CSM/PA, que foi instituída oficialmente por meio da Portaria / SFA/MAPA/PA nº 70, de 16 de abril de 2008, tendo funções consultivas, informativas e de assessoramento ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, objetivando o aprimoramento do Sistema Nacional de Sementes e Mudas – SNSM.

Uma das atividades do SEFAG é a elaboração e implementação de normas que contemplem os principais aspectos dos insumos agropecuários. Em 2009 o Governo do Estado do Pará lançou a proposta de um grande projeto de reflorestamento no Pará (Um Bilhão de Árvores), de modo que os FFA do SEFAG vêm participando de diversas reuniões técnicas para elaboração de padrões de mudas de espécies nativas a fim de permitir investimentos públicos e privados com a adequada garantia de retorno, pela qualidade do material plantado.

Houve uma melhora na disponibilização dos recursos e, embora ainda não tenhamos uma programação prévia anual de recursos disponível no SIOR, praticamente tudo o que foi solicitado foi disponibilizado, mesmo nos meses iniciais do ano, o que muito importante, uma vez que as atividades do SEFAG seguem ciclos biológicos.

O grande desafio do SEFAG, como acontece em toda a Fiscalização Federal Agropecuária Nacional é dar conta da demanda crescente de trabalho sem o aumento consistente de sua força de trabalho, inclusive técnicos de nível médio para atividades de apoio e motoristas para condução dos veículos, uma vez que se trata de um trabalho em que se percorre grandes distâncias - às vezes de milhares de quilômetros - em uma única viagem em serviço.

SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – SEPDAG

A organização e o fortalecimento das cadeias produtivas é uma questão crítica para o agronegócio. Na Amazônia isto é bem mais crítico tendo em vistas as características peculiares da população e dos sistemas produtivos.

Dentre as diversas atividades do serviço realizadas em 2009 foram apoiados programas que executam as ações de identificação geográfica de produtos agropecuários, que é uma metodologia de valorização de produtos tradicionalmente produzidos em determinadas regiões, com destaque para o açaí de Igarapé-Miri.

Ações na área de Produção Integrada de produtos agropecuários, um conjunto de ações para aumento dos índices de produtividade, sustentabilidade e qualidade do produto final, foram implementadas para o abacaxi em Floresta do Araguaia e Salvaterra.

Produção Orgânica, ambientalmente sustentável, saudável e com bom retorno ao produtor tem sido fomentada com promoção de feiras, cursos, palestras, seminários e oficinas.

O SEPDAG atua também nos procedimentos que envolvem a liberação de recursos de custeio através de convênios para recuperação de vicinais, capacitação e eventos como o Frutal da Amazônia e amazonpec e investimento por meio de emendas parlamentares, principalmente para a aquisição de patrulhas mecanizadas e obras de infra-estrutura para o desenvolvimento rural de diversos municípios do estado do Pará.

2.3 – Programa sob responsabilidade da Unidade – Objetivos/Finalidade

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA, dentro do PPA 2008-2011, tem sob sua responsabilidade um programa de apoio e seis programas finalísticos abrangendo vinte e quatro ações principais. O programa de apoio visa dar suporte logístico para a execução das ações finalísticas.

2.3.1 – Relação dos Programas

Área Meio:

Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

T	Tipo	Apoio Administrativo
G	Objetivo	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação da gestão de seus Programas Finalísticos
G	Gerente Executivo	A definir
P	Público Alvo	Governo
	Indicadores ou parâmetro utilizado	Não há indicador para este Programa

Área Fim:

Os programas executados pela área finalística da SFA/PA podem ser divididos em dois grupos:

- **Programas de Defesa Agropecuária:** ligados em nível central à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do MAPA.

Programa 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoosanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Jamil Gomes
Indicadores ou parâmetro utilizado	<ul style="list-style-type: none"> • Área declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação • Incidência da Praga "Cydia Pomonella" • Incidência da Praga "Mosca da Carambola" • Nº de estabelecimento certificados como Livres para Brucelose e Tuberculose • Número de ocorrências da Peste Suína Clássica

Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtos
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Álvaro Antônio Nunes Vieira
Indicadores ou parâmetro utilizado	Taxa de conformidade de corretivos agrícolas, taxa de conformidade de fertilizantes agrícolas, taxa de conformidade de inoculantes e taxa de irregularidade de defensivos agrícolas.
Público Alvo	Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários

Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas, correlatos ofertados
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Ângela Pimenta Peres
Indicadores ou parâmetro utilizado	Número de estabelecimentos com sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC), número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário e taxa de conformidade na produção de alimentos e bebidas
Público Alvo	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsa e consumidor final.

- **Programas de Política Agrícola e Desenvolvimento Agropecuário:** ligados em nível central às Secretarias de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC e Secretaria de Política Agrícola – SPA, ambas do MAPA em Brasília.

Programa 1426 – Conservação, Manejo e uso sustentável da Agrobiodiversidade

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação
Gerente do Programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente Executivo	Rogério Pereira Dias
Indicadores ou parâmetro utilizado	Taxa de participação dos alimentos orgânicos no total da produção agropecuária brasileira
Público Alvo	Produtores, processadores, distribuidores e consumidores

Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Gerente do Programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente Executivo	Rogério Pereira Dias
Indicadores ou parâmetro utilizado	Número de tecnologias protegidas no âmbito do agronegócio nacional.
Público Alvo	Produtores, cooperativistas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Programa 6003 – Apoio ao desenvolvimento do Setor Agropecuário

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como, permitir o atendimento de demanda de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.
Gerente do Programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente Executivo	Rogério Pereira Dias
Indicadores ou parâmetro utilizado	Custo médio do transporte de grãos/ Volume de produtos agrícolas exportados pelos

	portos brasileiros.
Público Alvo	Pequenos e médios produtores, cooperativistas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

2.3.2- Principais Ações dos Programas

Programas de Defesa Agropecuária

Programa 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária

2180- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus produtos – FISCPLANTA

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Impedir a entrada no país de praga de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, como também, garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira no país por meio da análise documental e da inspeção de parti- Das de vegetais, produtos e subprodutos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO/DAS
Coordenador nacional da Ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	Maria Joana Baia Brito

1 Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trans. Intern. de Animais e seus produtos – FISCANIMAL

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação, no país, de doenças de animais e seus produtos, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e a saúde da população
Descrição	Vigilância e controle zoonossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteiras e estações aduaneiras interiores, tanto nas importações como nas exportações de produtos animais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades Executoras	Vigilância Agropecuária/Divisão Técnica – VIGIAGRO/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO/DAS
Coordenador nacional da Ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	Líbio Peixoto

8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais - PCEVEGETAL

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e

	condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária –SDA
Unidades Executoras	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV
Área responsável por gerenciamento ou execução	SEDESA
Coordenador nacional da Ação	Maria Júlia Signoretti
Responsável pela execução da ação no nível local	Maércio Oliveira de Sousa

8658 – Prevenção, Controle e Erradicação das doenças dos Animais - PCEANIMAL

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades Executoras	Departamento de Sanidade Animal - DSA
Área responsável por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT
Coordenador nacional da Ação	GUILHERME Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Adriana Célia dos Santos Silva

2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus produtos – VIGIFITO

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Impedir a entrada no país de praga de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, o meio ambiente e a saúde da população,

	como também, garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação.
Descrição	Elaboração de Normas, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional.
Un. responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Sanidade Vegetal – DSV/DAS
Unidades Executoras	SEDESA/DT/PA
Área resp. por gerenciamento ou execução	Divisão de Sanidade Vegetal – SDV
Coordenador nacional da Ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Resp. pela execução da ação no nível local	Carlos Alberto Carvalho de Moraes

2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus produtos – VIGIZOO 1

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como Livres causado Livres causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de Normas, coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle Zoonosológico do trânsito de animais no território nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/DAS/CEV
Unidades Executoras	SEDESA/DT/PA
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Sanidade Animal – DAS
Coordenador nacional da Ação	Luiz Felipe Ramos de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local	Benedito Fiel da Costa

4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de Frutas por meio da erradicação da mosca Bactrocera Carambolae e da garantia de sanidade vegetal em todo território nacional.
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica e educação sanitária
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	SEDESA/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV
Coordenador nacional da Ação	André Peralta
Responsável pela execução da ação no nível local	Carlos Alberto Carvalho de Moraes

4842 – Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuário norte, objetivando o acesso do produtor nacional ao mercado.

Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das propriedades e estratégias, elaboração de normas sanitárias, educação sanitária, unidades de produção (cadastramento) de vacinação, de atendimento a notificação de suspeitas e de controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas, realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico, fiscalização sanitária e epidemiológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gabinete do Ministro – GM
Unidades Executoras	SEDESA/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Coordenador nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Benedito Fiel da Costa

Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM 1

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção da produção e da comercialização de sementes e mudas, análise laboratorial de amostras coletadas para verificação de atendimento aos padrões estabelecidos, certificação da produção de sementes e mudas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades Executoras	SEFAG
Área responsável por gerenciamento ou execução	Departº de Fiscalização de Insumos Agrícolas/ DFIA
Coordenador nacional da ação	Agwagner Dutra Alarcão
Responsável pela execução da ação no nível local	Estevam de Oliveira Castelo

2124 - Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal - FISCINAN

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	SEFAG/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários /DFIP
Coordenador nacional da ação	Fernando Marcussi Tacci
Responsável pela execução da ação no nível local	Nélio Monteiro de Souza

2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados a disposição dos produtores rurais.

Descrição	Registrar estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e Inoculantes; Fiscalizar a produção, importação e comercialização desses insumos Agrícolas; Monitorar e avaliar as ações de fiscalização por meio de supervisão e Auditoria.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	SEFAG/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários /DFIP
Coordenador nacional da ação	Fernando Marcussi Tacci
Responsável pela execução da ação no nível local	Nélio Monteiro de Souza

Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

2131 – Inspeção de Bebidas, Vinagres, Cafés e outros produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL 1

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal ofertados à população.
Descrição	Registro, inspeção e fiscalização de pontos industriais nacionais de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal, como também, análise prévia à importação desses produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	SIPAG/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Deptº de Inspeção de Produtos de origem Vegetal – DIPOV
Coordenador nacional da Ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Responsável pela execução da ação no nível local	Francisco Rodrigues Nogueira

2145 - Inspeção Industrial e Sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal – INSPANIMAL3

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção <i>ante-mortem</i> e <i>pos-mortem</i> dos animais de consumo humano, a fiscalização de produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescado, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado exportador.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	SIPAG/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Deptº de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA
Coordenador nacional da Ação	Pedro Bueno
Responsável pela execução da ação no nível local	Jesus Nazareno Magalhães de Sena

4246 – Padronização, Classificação e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Aferir a conformidade e a qualidade de produtos vegetais.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de produtos vegetais, elaboração de regulamentos técnicos para validação de padrões; classificação de produtos para certificação de identidade e qualidade antes de serem colocados à disposição do consumidor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades Executoras	SIPAG/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Deptº de Inspeção de Produtos de origem Vegetal – DIPOV
Coordenador nacional da Ação	Fernando Guido Penariol
Responsável pela execução da ação no nível local	José Carlos Barroso Júnior

Programas de Política e Desenvolvimento Agropecuário

8560 - Fomento a Inovação do Agronegócio - INOVAGRO

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Estimular a ampliação do capital intelectual protegido no agronegócio para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários às inovações tecnológicas.
Descrição	Promoção da cultura da propriedade intelectual com foco no agronegócio, enfatizando seu papel estratégico no estímulo à inovação, incentivando a ampliação do capital intelectual protegido, o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, a disponibilidade de recurso genético. Visando o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo – SDC
Unidades Executoras	SDC
Área responsável por gerenciamento ou execução	SEPDAG/DT
Coordenador nacional da Ação	
Responsável pela execução da ação no nível local	Ivo José Xavier Amorim

8611 – Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário - APPRODUTOR

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária por meio de estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade da vida dos produtores.
Descrição	Criação de incentivo e fomento à produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, aquisição de máquinas de beneficia-

	mento de produtos agrícolas, equipamentos de processamento agro – industrial e obras agropecuárias em investimento em pequeno vulto.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo - SDC
Unidades Executoras	SDC
Área responsável por gerenciamento ou execução	SEPDAG
Coordenador nacional da Ação	
Responsável pela execução da ação no nível local	Martha Parry Castro Nogueira

8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – pró-orgânico – DESENG

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação
Descrição	Ampliação do nº de técnicos capacitados e da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização do produto orgânico.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo – SDC
Unidades Executoras	SDC
Área responsável por gerenciamento ou execução	SEPDAG
Coordenador nacional da Ação	Rogério Pereira Dias
Responsável pela execução da ação no nível local	Martha Parry Castro Nogueira

2.4- Desempenho Operacional

2.4.1 - Programação Orçamentária

Neste item o único quadro que se aplica a esta UG é o de Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa conforme abaixo:

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesa Corrente		
				1- Pessoal e Encargos Sociais	2- Juros/Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedido	-	-	-	-	-
	Recebido	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedido	-	-	-	-	-
	Recebido	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesa de Capital		
				4- Investimento	5- Inversões Financeiras	6- Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedido	-	-	-	-	-
	Recebido	130094	Apoio/Finalística	384.774,90	-	4.726.024,06
Movimentação Externa	Concedido	-	-	-	-	-
	Recebido	130094	Pesca	2.986,06	-	445.624,80
	Recebido	130094	AGU	-	-	28.884,57

O quadro acima demonstra os recursos recebidos pela UG 130094- SFA/PA, totalizando o valor de **R\$ 5.110.798,96** dos quais **R\$ 505.807,23** foram destinados a investimentos na SFA gerando a aquisição de veículos, visando atender a Unidade de Santarém, haja vista a criação da UTRA – Unidade Técnica Regional, ao Serviço de Política Agropecuária e ao Serviço de Sanidade Agropecuária. Inclui-se aí ainda a reforma no prédio da Classificação Vegetal. Necessário enfatizar que a aquisição acima atenderá melhor a demanda das Unidades/serviços beneficiados, cujos reflexos refletirão no exercício de 2010.

Quanto aos recursos externos, referem-se aos recursos destinados à Pesca e Aqüicultura, ligado a Secretaria de Pesca da Presidência da República e ao NAJ- Núcleo de Assistência Jurídica, ligado a AGU que, embora pertençam a outros órgãos, estão nas dependências desta SFA/PA tendo seus recursos geridos por esta Unidade Gestora.

2.4.2 - Execução Orçamentária

Despesa por Modalidade de Contratação – Créditos recebidos pela UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitações	3.254.018,52	2.231.716,07	3.254.018,52	2.231.716,07
Convite	105.580,52	-	105.580,52	-
Tomada de Preço	242.117,24	-	242.117,29	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	2.886.081,39	1.847.328,74	2.886.081,39	1.847.328,74
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	544.720,10	467.980,83	544.720,10	467.980,10
Inexigibilidade	48.691,41	276.406,83	48.691,41	276.691,41
Regime Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	123.579,00	165.149,84	123.579,00	165.149,84
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento Folha	-	-	-	-
Diárias	449.533,24	686.188,36	449.533,24	686.188,24
Outros	1.331.332,70	1.635.307,18	1.331.332,70	1.635.307,18

O quadro acima demonstra a perda sofrida por esta SFA/PA no tocante a aquisição de bens e serviços, bem como de materiais, haja vista a devolução de recursos de investimento e custeio em razão do SAG- Serviços Gerais não ter conseguido atender a demanda no tocante aos processos licitatórios. Isto resultou no investimento aquém do proposto pela UG.

As demais despesas transcorreram normalmente em razão de tratar-se de despesas referente a operacionalização das ações finalísticas.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		RP Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1- Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
2- Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elemen. despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras desp. correntes								
3390.37 – Loc. Mão Obra	2.354.292,00	2.072.082,93	2.354.292,00	2.072.082,93	1.058.154,78	768.294,56	578.114,29	451.602,01
3390.3- Pessoa Jurídica	540.411,24	663.349,35	540.411,24	663.349,35				
Demais elementos despesa	624.889,83	1.273.371,19	624.889,83	1.273.371,19				

Por não ser Unidade Orçamentária, a SFA/PA executa e gerencia as ações, cujos programas são gerenciados pela coordenações, no órgão central. Isto vale dizer que executa tão somente créditos recebidos da UO. Relativo ao quadro acima aplica-se somente ao item 3 – outras despesas correntes, visto que as demais estão a cargo do órgão central.

Quanto a RP não processados e pagos, o valor informado diz respeito ao total do exercício, abrangendo todos os elementos de despesa.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		RP Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1- Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2- Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3 -Outras Despesas Correntes								
4490.51 – Obras e Instalações	393.309,41	-	393.309,41	-	-	-	-	-
4490.52 – Material Permanente	334.752,26	505.807,23	334.752,26	505.752,26	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

O quadro acima demonstra apenas as despesas com investimento, visto ser a despesa de pessoal processada no órgão central. Referente aos investimentos, observa-se que no exercício de 2008 foi maior em relação ao exercício de 2009 em razão da dificuldade operacional. Houve um aumento no planejamento, porém, a área responsável por processos licitatórios não conseguiu atender a demanda(retirar).

O quadro RP não processado e RP pagos não foram preenchidos pelas razões expostas acima,

ou seja o dados informado refere-se ao montante do orçamento disponibilizado para a UG, não está detalhado por elemento de despesa.

2.4.3 - Evolução de Gastos Gerais

Nos últimos três anos, os serviços terceirizados restringiu apenas aos contratos de apoio, serviços gerais e

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. Passagens	368.346,39	429.288,92	217.247,15
2. Diárias e Ressarcimento de Despesas em viagens	403.772,27	449.533,24	686.188,36
3. Serviços Terceirizados	1.418.578,69	1.420.692,00	2.072.082,93
3.1. Publicidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	922.788,79	933.600,00	1.116.382,76
3.3. Tecnologia da Informação	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3.4. Outras Terceirizações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3.5. Suprimento de Fundos	112.622,98	123.579,00	Não se aplica
4. Cartão Corporativo	112.622,98	123.579,00	165.149,84
Totais	3.338.732,10	3.480.272,16	4.146.921,04

vigilância.

2.4.4 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Neste item será apresentado a seguir as considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras das ações realizadas pela UJ, por meio dos serviços responsáveis.

SERVIÇOS

Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA

Ação 2134: Vig. e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO

Esta ação compreende as atividades de vigilância e controle do trânsito interestadual de vegetais e de produtos de origem vegetal que a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARA executa nas Unidades Locais de Sanidade Agropecuária- ULSA, nos Postos fixos e móveis de fiscalização e nos Escritórios de Atendimento Comunitário.

O SEDESA, de forma direta realiza o controle dessas atividades por meio de auditorias e supervisões nas unidades de execução, com ênfase ao controle do trânsito interestadual e à vigilância sobre as pragas de importância econômica e de interesse nacional. O controle do trânsito interestadual executado pelo órgão estadual, abrange quase na sua totalidade os 143 municípios paraenses através das unidades locais, unidades de coordenação regional, unidade central de coordenação, porto de Belém, postos fixos e equipes volantes de fiscalização, contudo as principais barreiras se localizam nas divisas com os Estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Os postos fixos tem atendimento 24 horas – diários durante o ano todo. Entretanto, algumas barreiras fitossanitárias ainda necessitam de melhora na sua infra-estrutura e logística,

considerando que em alguns lugares ainda faltam Engenheiros Agrônomos, veículos e apoio policial.. É necessário que o Estado melhore a estrutura da fiscalização, com aquisição de equipamentos e materiais, contratação de pessoal e criação de Sistemas de Informação.

A fiscalização do trânsito aeroviário ainda não foi implantada no aeroporto de Belém. Isto tem sido um fator preocupante considerando os vôos domésticos, diários de Macapá para Belém, dada a existência da Mosca da carambola naquele Estado.

A ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e insumos tem como Indicador principal Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras o qual é obtido por meio das Fiscalizações Realizadas pela ADEPARA nas ULSAS e Postos de Fiscalização, contudo esta ação envolve as atividades de vigilância para todas as pragas de importância econômica que afetam a agricultura estadual e nacional apoiando, inclusive com orçamento, as demais ações específicas dentro da sanidade vegetal.

Os principais produtos vegetais sujeitos à fiscalização do trânsito são os hospedeiros da Sigatoka Negra (*Mycosphaerella fijiensis*), Mosca da Carambola (*Bactrocera carambolae*), Pinta Preta dos Citros (*Guignardia citricarpa*), Cancro Cítrico (*Xanthomonas axonopodis*), a Mosca Negra dos Citros (*Aleurocanthus woglumi*) e Morte súbita, *Candidatus Liberibacter*.

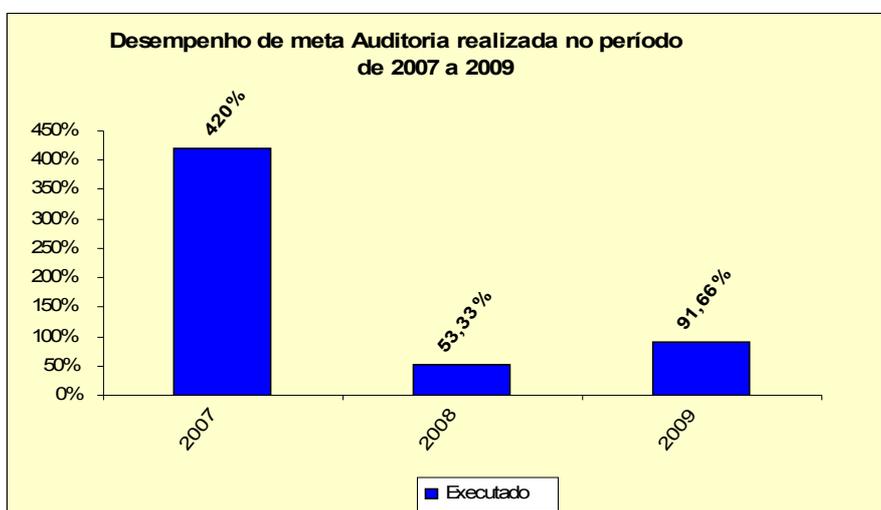
A principal atividade realizada pelo SEDESA nesta ação é Auditoria nas ULSA's, nos Escritórios de Atendimento e nos Postos de Fiscalização, as quais são realizadas concomitantemente com as ações de controle dos outros programas sanitários e com as auditorias sobre a execução do convênio 001/2008. Desta forma em 2009 foram realizadas auditorias na sede da ADEPARA, nas ULSAS e Postos de Fiscalização contemplados no Plano de Trabalho do convênio.

A programação de atividades da ADEPARA e do SEDESA constaram no Plano de Sanidade Vegetal 2008-2011 entregue ao Departamento de Sanidade Vegetal, bem como no plano de ação apresentado acima. Contudo os recursos solicitados não foram disponibilizados na íntegra. Em 2009 a ADEPARA trabalhou com a sobra de recursos recebidos por meio do convênio MAPA-ADEPARA N° 001/2008, R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), o qual teve sua vigência prorrogada para 31 de dezembro de 2009.

O quadro abaixo apresenta os resultados das principais atividades de vigilância e controle do trânsito de vegetais e produtos de origem vegetal realizados pelo SEDESA e ADEPARA

Resultado de metas físicas e financeiras no exercício

Metas	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Auditoria sobre ações de vigilância e controle do trânsito nos Postos fixos, móveis, ULSA e EAC realizadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará	120 unid	15.138,07	110	13.338,07
Fiscalização realizada	8.600 unid		28.188	
Controle nas habilitações para emissão de CFO e CFOC	3 unid		3	
Capacitação técnica de FFA	1		3	
Curso de Educação Sanitária	2		1	
Capacitação técnica - curso sobre reconhecimento de pragas quarentenárias	4		3	
Parecer Sanitário em Processos de Importação de produtos vegetais	10		16	
TOTAL	15.138,07		13.338,07	



Ação: 2139 – Vig. e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos – VIGIZOO

A execução da ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos é descentralizada para a ADEPARA. Tem como objetivo principal no Estado a vigilância epidemiológica e a Fiscalização do trânsito de animais e de produtos de origem animal voltados para a prevenção da Febre Aftosa e do controle de outras ocorrências zoossanitárias.

Ao SEDESA compete coordenar a execução das atividades, e realizar supervisões e auditorias nas gerências regionais, Unidades Locais de Sanidade Agropecuárias-ULSA, nos Postos fixos e móveis de controle do trânsito da ADEPARA, com o objetivo de se verificar a estrutura física e o desempenho das atividades pelo órgão executor quanto a emissões de Guia de Trânsito Animal- GTA, Certificados de Sanidade Animal, atendimento a notificações e de emergência sanitária. Na maioria das vezes, as auditorias são realizadas conjuntamente com as auditorias para fins de verificação do cumprimento de metas do convênio celebrado entre o MAPA e a ADEPARA .

Em 2009 o SEDESA realizou auditorias nos controles efetuados pela ADEPARA para manutenção do status “Área Livre de febre aftosa com Vacinação,” na região centro-sul do Estado do Pará, bem como sobre a execução da vigilância referente aos demais programas sanitários e, constatou-se que continua sendo necessário dotar as barreiras sanitárias da ADEPARA, assim como as Unidades Locais de Sanidade Agropecuária – ULSA, de melhor estrutura que venha dar a garantia do estado sanitário da área livre, considerando que falta médicos veterinários treinados, veículos, atendimentos à notificação de ocorrência e até apoio policial em algumas unidades da ADEPARA. A execução desta ação no Estado teve um incremento após a assinatura de um Termo de compromisso - Governo do Pará, Ministério Público Federal, FETAGRI, FETRAF e FAEPA (JULHO /09) para implementação em todo o Estado do cadastro informatizado de propriedades rurais e da GTA eletrônica no prazo de 01 ano a contar da assinatura do Termo. Foi implantado o Projeto Piloto da GTA eletrônica em 06 municípios - 2009 (Tucumã, São Felix do Xingu, Ourilândia do Norte, Água Azul do Norte, Marabá e Eldorado dos Carajás), aumentando assim as atividades de cadastramento e recadastramento georreferenciado dos estabelecimentos rurais - base digital - sistema GTA e do MAPA.

Como atividade direta do SEDESA, foram executados em 2009 controles do trânsito intra e interestadual de animais na “Área Livre de febre Aftosa”, emissão de Guias de Trânsito Animal, emissão de Autorizações de Importação e de Exportação de peixes ornamentais e de bovinos, bubalinos com finalidade de reprodução na Venezuela.

A exportação dos bovídeos com finalidade de reprodução requer abertura e acompanhamento de quarentena pelo SEDESA, a qual é realizada em parceria com a ADEPARA nas propriedades sob controle.

Este ano foram emitidas um total de 1458 Autorizações de exportação, sendo 100 Autorizações para 9.000 bovídeos destinados à reprodução e 605 Autorizações para 533.451 bovídeos destinados ao abate. 753 Autorizações para um total de 681.401 peixes ornamentais, sendo a maioria exportados pelo aeroporto de Belém.

Todas as atividades do VIGIZOO que demandaram recursos orçamentários e financeiros foram realizadas com recursos do PCEANIMAL e concomitante com as atividades do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, considerando que não foi descentralizado nenhum recurso neste Programa para o SEDESA-PA em 2009 .

Os quadros abaixo apresentam os resultados das principais atividades de vigilância e controle do trânsito de animais e produtos de origem animal realizados pelo SEDESA e ADEPARA

Fiscalizações realizadas no controle do Trânsito de animais e produtos de origem animal -2009

Mês	FISCALIZAÇÃO REALIZADA					TOTAL
	Fiscalizações móveis ADEPARA	Fiscalizações em postos fixos ADEPARA	GTA emitidas ADEPARA	GTA emitidas SEDESA	AECZI emitidas SEDESA	
JANEIRO	475	6266	38558	60	108	45467
FEVEREIRO	478	3888	33035	65	98	37564
MARÇO	631	1600	35677	28	91	38027
ABRIL	664	2693	46142	43	65	49607
MAIO	233	3447	22169	25	62	25936
JUNHO	23	1286	30260	77	136	31782
JULHO	47	1249	25684	71	131	27182
AGOSTO	277	1770	24452	91	151	26741
SETEMBRO	390	1888	21751	86	127	24242
OUTUBRO	375	1199	23199	80	136	24989
NOVEMBRO	201	1194	20322	74	131	21922
DEZEMBRO	428	1092	14578	54	123	16275
TOTAL	4222	27573	335827	754	1359	369735

Resultado de metas físicas e financeiras no exercício

Metas	Previsto		Realizado	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Fiscalização realizada – unid	185.000 unid		369.734	
Auditoria sobre ações de vigilância e controle do trânsito interestadual nos Postos fixos, móveis, ULSA e EAC, realizadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará	100 unid	0	87	0
Guia de Trânsito Animal (SEDESA)	500 unid		753	
Autorização de Exportação (SEDESA)	1000 unid		1458	
Autorização de Ingresso e saída de animais na área Livre de Febre Aftosa com Vacinação	50			
TOTAL		0		0

Ação 4738: Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA

A mosca da carambola é uma das espécies de moscas-das-frutas de importância econômica prejudicial à fruticultura mundial. Em fevereiro de 2007 houve ocorrência de focos de *Bactrocera carambolae*

no Distrito de Monte Dourado-Almeirim-Pará mas, em abril de 2008 foi declarado erradicado, após seis meses sem a presença da praga com as ações técnicas intensivas aplicadas. pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através do Departamento de Sanidade Vegetal e das Superintendências e das parcerias com outras instituições para erradicação da praga.

A introdução da Mosca da Carambola no território paraense acarretará impactos na economia estadual e nacional. No estado do Pará afetaria a produção e comercialização de citros (*Citrus spp.*), que ocupa uma área em torno de 15 mil ha, com uma produção estimada de 1.508.139t. Para a fruticultura nacional as perdas diretas chegariam a US\$150 milhões, considerando que a praga poderá se espalhar mais rapidamente para as regiões Nordeste, Sul e Sudeste e vir causar aumento nos custos de produção, impactos ambientais e queda nas exportações de frutos *'in natura'* frente às restrições fitossanitárias impostas pelos países importadores de frutas brasileira, como Estados Unidos, Japão, Argentina e outros países do MERCOSUL.

O Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola no Pará é executado para prevenção da introdução da *Bactrocera carambolae* em todo o Estado. Consiste de atividades de monitoramento em todos os municípios caracterizados como rota de risco, medidas de pós-erradicação no Vale do Jari, capacitação técnica e educação sanitária. O monitoramento é realizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará sob a coordenação e controle estadual do SEDESA e Coordenação Nacional do DSV-MAPA.

Atualmente são monitorados 46 municípios considerados áreas de alto risco de introdução e dispersão da praga no Estado, onde encontram-se instaladas 965 armadilhas, sendo 735 do tipo Jackson e 230 do tipo McPhail. Somente no Distrito de Monte Dourado-Almeirim encontram 244 Jackson e 101 McPhail.

Embora a mosca da carambola tenha sido erradicada no Vale do Jari ainda são realizadas ações de pós-erradicação em Monte Dourado-PA e Laranjal do Jari-AP, respeitada a divisão geopolítica dos estados e municípios,.

Em 2009 foi celebrado um Termo de Cooperação Técnica entre o MAPA – SFA/PA e SFA/AP, ADEPARA - Agência de Defesa Agropecuária do Pará e DIAGRO- Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá com o objetivo de compartilhar ações nos estados do Pará e Amapá visando o combate e conter o avanço da praga no Estado do Amapá e para os demais estados da Federação. Assim, as equipes da ADEPARA realizaram as ações de monitoramento e as medidas de pós erradicação em Laranjal do Jari tendo em vista a SFA-AP não dispor de veículo naquela localidade.

Em 2009 o SEDESA, cooperou na execução do Plano de erradicação da Mosca da Carambola no sul do Amapá, com a participação de FFA como instrutor nos cursos de capacitação e na supervisão e avaliação do Plano.

Alguns problemas de ordem técnica-administrativa e operacional foram encontrados em 2009 , o que veio afetar o desempenho desta ação, como:

- Indisponibilidade de veículos (carros ou moto) em alguns escritórios da ADEPARA; ou quando existentes com problemas de manutenção.
- Indisponibilidade de recursos financeiros nos escritórios da ADEPARA para aquisição de combustível, material de expediente e conservação dos imóveis.
- Indisponibilidade de material técnico-científico para divulgação e execução de atividades de educação sanitária.
- Falta de melhores condições de trabalho para os técnicos lotados nas ULSAV's e Postos de fiscalização.
- Dependência da SFA/AP quanto a disponibilização de material para o monitoramento no Pará.
- Quadro reduzido de fiscais no SEDESA frente a demanda do Serviço prejudicando o trabalho nas rotas de acesso mais difícil.
 - O trânsito de produtos vegetais do Estado do Amapá para o Pará continua sem controle.

A ADEPARA realizou as ações em 2009 com as sobras dos recursos provenientes do convênio 001/2008, que foi prorrogado até dezembro de 2009.

Medidas de controle e erradicação realizadas em Monte Dourado no período fevereiro de 2007 a dezembro de 2009

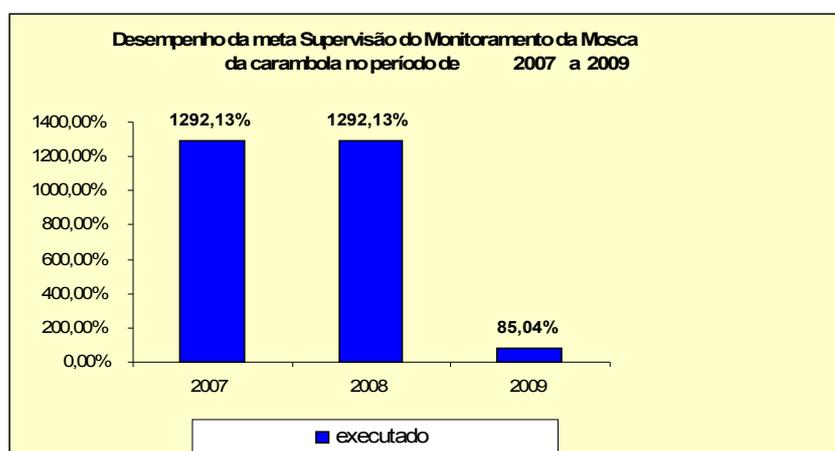
Localidade	Nº armadilhas		Nº de capturas		Coleta de Frutos (Kg)	Plantas Erradicadas	Blocos Distribu- ídos	Plantas Pulverizadas
	Jackson	Mcphail	Jackson	Mcphail				
MTD	59	34	0	0	0	0	0	1.726
Munguba	17	3	0	0	0	0	0	0
Est. Munguba – MTD	5	0	0	0	0	0	0	0
Bitubinha/ acesso	16	5	0	0	204	247	1.540	1.321
Águas Lindas	10	1	1	0	7	9	500	2.298
Aterro Sanitário	1	0	0	0	0	3	0	0
Braço	14	14	301	227	534	99	8.962	24.900
Planalto	13	12	95	73	73	3	7.572	23.707
Bandeira	14	11	63	8	37	21	10.560	20.677
Repartimento/Vila Nova	4	0	0	0	0	0	0	0
Porto Sabão	3	0	0	0	1	0	0	0
São Militão/Água Branca	6	4	1	0	0	3	0	0
Bananal	2	0	0	0	0	3	0	0
Vila Bananal	2	0	0	0	0	0	0	0
Est. Parte de Baixo	9	1	1	0	1	0	300	0
Recreio	2	0	0	0	300	2	0	0
Ramal Serra Grande	2	0	0	0	0	1	0	0
São Miguel	18	13	135	385	219	19	6.338	24.643
Estrada Nova	6	1	0	0	36	2	0	163
Vila dos Gatos	2	2	0	0	2	1	520	297
Ting lingue	2	0	0	0	0	0	0	0
Nova Vida	5	0	0	0	0	0	0	0
Pedral	2	0	0	0	0	4	0	0
Pimental	3	0	0	0	0	0	0	0
Est. MD-SM	6	0	0	0	0	0	0	0
BR Alm-MTD	21	0	0	0	0	2	0	0
Rio Paru	0	0	0	0	0	0	0	0
Buritizal	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	345		1.290		1.414	419	36.292	99.732

Resultado do Monitoramento da mosca da carambola nos municípios do estado do Pará no ano de 2009

Gerência ADEPARA	N° armadilhas		Monitoramentos programados	Monitoramentos realizados	% realizado
	Jackson	McPhail			
Breves	39	11	1.200	700	58,33%
Castanhal	64	16	1.920	1.840	95,83%
Soure	62	18	1.920	1.500	78,13%
Abaetetuba	48	10	1.392	1.322	94,97%
Capitão Poço	88	14	2.448	1.610	65,77%
Capanema	16	4	480	330	68,75%
Altamira	24	6	720	560	77,78%
Santarém	150	50	4.800	3.600	75,00%
TOTAL	491	129	14.880	11.462	77,03%

Metas e resultados da ação Erradicação da Mosca da Carambola

Metas	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Área prevenida – há	124.768.700	31.883,83	124.768.700	31.883,83
Área monitorada – há	8.792		8.792	
Armadilha instalada – unidade	1.016		965	
Supervisão, fiscalização do monitoramento da Mosca da Carambola	2032		1846	
Supervisão do monitoramento e das ações de combate da praga no Vale do Jari	1740		1362	
Supervisão do monitoramento e das ações de combate em Macapá	4		4	
Treinamento de Técnicos da ADEPARA	2		4	
Participação de FFA como instrutor em curso	3		5	
Curso de Educação Sanitária	2		1	
Multiplicadores capacitados	60		76	
Alunos capacitados por multiplicadores	0		1.400	
Comunidades assistidas	9		9	
TOTAL			31.883,83	



Ação 4842: Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOSA

As atividades do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) são de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que por ato de delegação passou a execução para a ADEPARÁ.

Para efetivá-las, O Governo Federal através do MAPA celebrou o Convênio nº 001/2005 para repasse de recursos financeiros, que somaram de 2005 a 2008 o valor de R\$ 12.594.923,87. Em 2009 a ADEPARA executou o saldo remanescente do convênio, na ordem de R\$ 4.500.000,00.

Muito embora já tenham sido aplicados 77% (setenta e sete por cento) dos recursos liberados, a eficácia e eficiência quanto à execução técnica das ações do PNEFA através da ADEPARÁ se encontram abaixo dos níveis técnicos mínimos preconizados para a atividade, aumentando consideravelmente os níveis de preocupação, em relação ao contido no relatório de auditoria técnica do Departamento de Saúde Animal - DSA/MAPA, realizada no mês de Novembro 2008 no que diz respeito, principalmente no que diz respeito à garantia do status da área “Livre de Febre Aftosa com Vacinação”, constituída pelos 43 municípios e partes de municípios localizados na região centro-sul do Estado do Pará, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal- OIE, através da Instrução Normativa nº 25, de 28 de junho de 2007.

Esta ação tem como Produto no PPA 2008-2011 “ÁREA LIVRE” e a atividade direta do SEDESA é coordenar, acompanhar e auditar a execução do PNEFA no Estado com o objetivo de atingir a meta do MAPA, de tornar o Brasil todo livre de Febre Aftosa em 2015.

Desta forma em 2009 foram verificados os controles efetuados pela ADEPARA com o objetivo de verificar o cumprimento dos procedimentos de vigilância epidemiológica e de controle necessários para manutenção do estado sanitário da área 1, para avanço do PNEFA nas áreas 2 e 3 do Estado, verificação das condições estruturais e técnicas de operacionalização das atividades do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Febre Aftosa bem como de orientar os profissionais que atuam nas unidades.

Foi constituído um Grupo de Trabalho - GT/SFA-PA, composto por técnicos da SFA-PA e ADEPARA objetivando emitir um diagnóstico da atual situação da ADEPARÁ. A partir das recomendações contidas no relatório de auditoria dos FFA's, responsáveis pela auditoria de Novembro de 2008, o GT/SFA-PA elaborou planos de ações, contendo ações imediatas de caráter emergencial e ações de curto e médio prazo, a serem efetivadas pelo Governo do Estado e pela Diretoria da ADEPARÁ, com metas previamente definidas e abrangendo os aspectos técnicos, administrativos, operacionais e de gerenciamento. Também, foi elaborado plano de trabalho para o Grupo de Trabalho da SFA-PA, com vista a conhecer a real situação administrativo-gerencial da ADEPARÁ, com foco na sede e para supervisão e acompanhamento da execução

das metas estabelecidas para serem executadas pela ADEPARÁ.

As auditorias realizadas tiveram caráter técnico orientativo e corretivo, frente às Gerências Técnicas vinculadas aos Programas Sanitários no Estado do Pará da Área Animal, na sede da ADEPARÁ, oportunidade em que foram ouvidos Diretores e Gerentes Técnicos, ao tempo em que, foram emanadas orientações e recomendações com a finalidade de inferir uma gestão mais eficaz sobre os programas sanitários, ações de gestão de cunho emergencial a serem efetivadas junto as Gerências Regionais (GR), Unidades (ULSA) , Escritórios de Atendimento a Comunidade (EAC), e Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFA), e ainda, sugeridas alterações de ordem estrutural e organizacional, a partir da estrutura organizacional oficial.

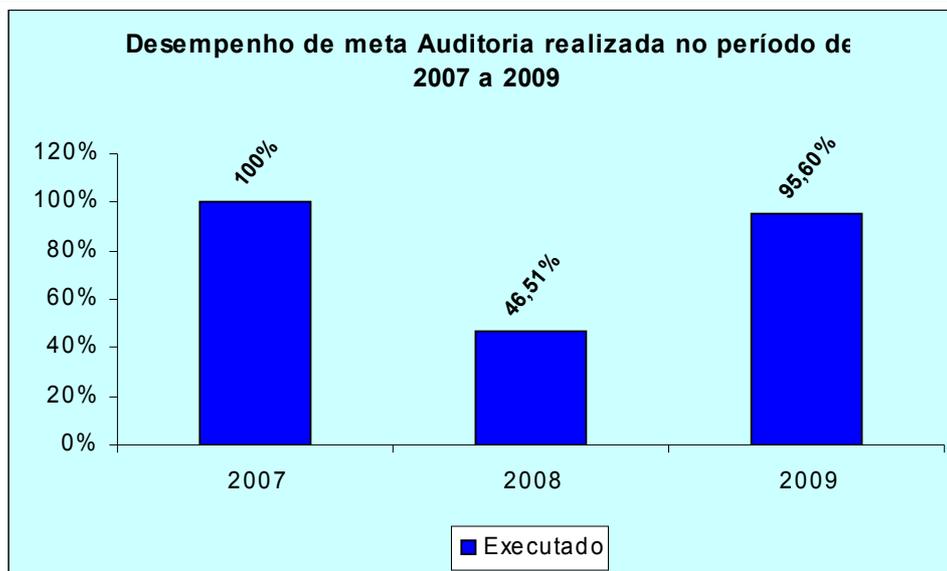
Em 2009 foram realizadas 87 auditorias com os objetivos de:

- Avaliar os aspectos estruturais e organizacionais da ADEPARÁ, existentes na Zona Livre, visando à eficácia dos controles técnicos voltados à Saúde Animal e aos Programas Sanitários Nacionais executados no Estado do Pará, especialmente, com relação ao PNEFA, com foco nos aspectos técnicos, administrativos, gerencial e operacional;
- Avaliar os controles das movimentações dos animais, seus produtos e subprodutos de origem animal;
- Avaliar a evolução, estagnação e/ou involução do Serviço de Atenção Veterinária, tomando-se como referências as recomendações técnicas e administrativas emanadas através dos Relatórios Técnicos de Auditorias e Supervisões efetuadas pelo DSA/MAPA e pelo Serviço de Defesa e Sanidade Agropecuária - SEDESA/DT/SFA-PA;
- Analisar as garantias técnicas e sanitárias oferecidas pela ADEPARÁ, levando-se em consideração, principalmente os aspectos pertinentes à Vigilância Epidemiológica, Controle do Trânsito de Animais, seus Produtos e Subprodutos de Origem Animal, Sistema de Informações, Cobertura Vacinal, Capilaridade e/ou Distribuição Espacial do Serviço, Cadastramentos e Recadastramentos das Unidades Epidemiológicas, e de todo o Sistema Agro-produtivo, visando especial e unicamente a MANUTENÇÃO com eficácia e eficiência da Zona Livre de Febre Aftosa Com Vacinação.

No acompanhamento do PNEFA em 2009 verificou-se que ainda continuam existindo as não conformidades apontadas no relatório da Auditoria Técnica realizada pelo Departamento de Saúde Animal- DSA/MAPA de Novembro de 2008, por outro lado se constatou durante a Auditoria Técnica do GTI, outras não conformidades, que fragilizam ainda mais o Sistema de Atenção Veterinária da ADEPARÁ, responsável pela MANUTENÇÃO e SUSTENTAÇÃO do atual status sanitário da Zona Livre de Febre Aftosa no Estado, ou seja, não apresentam os requisitos mínimos necessários para os padrões determinados pelos Programas Sanitários, em especial do PNEFA, requisitos esses determinados pelo MAPA e OIE.

Resultados da ação Erradicação da Febre Aftosa em 2009

Meta	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Área Livre com vacinação (Km ²)	647.302	376.927,53	647.302	293.403,24
Auditorias em Postos Fixos e nas ULSA	91		87	
TOTAL		376.927,53		293.403,24



Ação 8575: Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL

Entre as atividades prioritárias inerentes à esta ação no Pará estão o controle do Moko e da Sigatoka Negra na cultura da banana e helicônias, a Ferrugem Asiática da soja, a prevenção da Monilíase do cacauero e a prevenção de pragas quarentenárias da cultura dos citros como a Pinta Preta, o Cancro Cítrico, o Greening e a Mosca Negra dos citros.

As atividades voltadas ao controle da Sigatoka Negra (*Mycosphaerella fijiensis*) e do Moko da bananeira (*Ralstonia solanacearum*) têm como finalidade elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio da prevenção e do controle da disseminação destas pragas.

Durante o ano de 2009 foi priorizado o credenciamento de unidades de produção e unidades de consolidação ao Sistema de Mitigação de Risco (SMR) para as pragas Sigatoka Negra e Moko da bananeira visto que as Instruções Normativas, IN nº 17 de 31 de maio de 2005 e IN nº 17 de 27 de maio de 2009, preconizam que a comercialização interestadual deverá ocorrer somente de banana proveniente de área livre ou inserida em SMR. Como o Estado do Pará não tem área livre para as pragas Sigatoka Negra e Moko da Bananeira, o sistema de mitigação de risco tem sido nossa prioridade.

Desta forma, o SEDESA/SFA-PA auditou treze unidades de produção e seis unidades de consolidação localizadas nos municípios de Altamira e, fiscalizou as demais UP's e UC's já credenciadas na

região sudeste do Pará. Nas fiscalizações realizadas foram descredenciadas dezoito unidades de produção, a maioria em função da inexistência de responsável técnico. Na tabela 1 constam as informações gerais de todas as UP's e UC's atualmente credenciadas no referido SMR.

Foram encontrados alguns focos de Moko da bananeira no Estado do Pará, entre eles um em Castanhal, São Domingos do Capim e Altamira e, nove em Terra Alta. Para todos os focos encontrados os produtores receberam a orientação para erradicação.

Em função da comprovação científica das espécies de helicônias hospedeiras da praga sigatoka negra, a comercialização interestadual de espécies de helicônias não hospedeiras da referida praga foi liberada do cadastramento no sistema de mitigação de risco para a sigatoka negra, entretanto, o seu cadastramento é exigido no SMR para o Moko da bananeira.

Metas e resultados da ação no exercício

Metas	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Área controlada –(ha)	60.000	158.801,24	56.000	115.607,46
Supervisão dos levantamentos de detecção, delimitação, monitoramento do Moko e da Sigatoka Negra. – (ha)	6000		7.853	
Supervisão dos levantamentos de detecção de pragas do citros no Estado do Pará (Guignardia citricarpa, Xanthomonas axonopodis pv. citri, Morte súbita, Candidatus Liberibacter e Aleurocanthus woglumi) –	12.700		12.700	
Supervisão dos levantamentos para detecção, delimitação e mapeamento da ferrugem asiática e nematóide do cisto da soja – (ha).	20.000		57.631,92	
Supervisão dos levantamentos de detecção da praga Sinoxylon conigerum em áreas de cultivo de teca no Estado do Pará – (ha)	6000		2.480	
Supervisão de levantamento de detecção da Monilíase do cacauero.	600		1.908	
Fiscalização do Sistema de Mitigação de Risco para Sigatoka Negra em cultivos de Banana	45		40	
Análise de processos de SMR para Sigatoka Negra	10		9	
Supervisão do vazio sanitário da soja	2		83	
Supervisionar as ações de controle biológico da mosca negra dos citros realizadas pela Universidade Federal Rural da Amazônia –UFRA.	3		1	
Realização de treinamento em pragas da teca	2		1	
Auditoria nas ULSAS	2		49	
Reunião com Produtores	7		3	
TOTAL		158.801,24		115.607,46

Ação 8658: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL

As atividades referentes à Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais são relacionadas aos Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA, Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose- PNCEBT, Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos- PNSE, Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias-PNCRH, Programa Nacional de Sanidade dos Organismos Aquáticos –PNSOA e Sanidade Suídea.

As atividades voltadas ao controle da Sanidade Avícola têm dado ênfase ao cadastramento georeferenciado dos pontos de venda de aves vivas no Estado, a vigilância do trânsito intra e interestadual de aves de descarte e o registro de granjas matrizeira e incubatórios. Já foram identificados 1.893 pontos de recebimento e de venda de aves vivas no Estado, como por exemplo: feiras municipais, parques zoológicos, criatórios de aves ornamentais não comerciais e locais de venda de frangos abatidos para pronta entrega. Em 2009 foram realizadas Vistorias técnicas para registro de 4 incubatórios e matrizeiro no município de Santarém.

O Estado do Pará possui 25 granjas de postura com capacidade total de alojamento de 883.756 bicos, 278 granjas de corte com capacidade total de alojamento de 9.261.743 bicos distribuídos por 08 integradoras, 01 (uma) granja matrizeiro de corte com capacidade de alojamento de 53.040 bicos, e 06 estruturicaturas com 1.161 aves.

Em 2009 foram treinados e habilitados 4 Médicos Veterinários, Responsáveis Técnicos por granjas, para emissão de Guias de Trânsito Animal para aves e ovos férteis. Atualmente são 12 Técnicos habilitados e cadastrados no MAPA para emissão de GTA para aves.

Em virtude das duas auditorias do DSA-MAPA realizadas em 2008 no Estado, A ADEPARA apresentou à Coordenação Nacional do PNSA um Plano de Ação visando atender as recomendações que venham elevar a Classificação do status sanitário do Estado do Pará com relação à sanidade avícola.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose tem como objetivo Baixar a prevalência e a incidência de casos de brucelose e de tuberculose e Criar um número significativo de propriedades certificadas que ofereçam ao consumidor produtos de baixo risco sanitário. Em 2009 o SEDESA deu continuidade as atividades de capacitação e habilitação para Médicos Veterinários com vistas a realização de diagnósticos para brucelose e tuberculose. Foram habilitados 16 profissionais em 2009, perfazendo um total de 259 profissionais habilitados no MAPA para realização de diagnósticos de Brucelose e Tuberculose.

Com relação ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias, o SEDESA realiza ações visando ao efetivo controle da ocorrência da Raiva dos Herbívoros no Estado. A

principal meta é o controle populacional de seu principal transmissor, o *Desmodus rotundus*, na adoção da vacinação dos herbívoros domésticos (em áreas de risco), associados a outras medidas profiláticas e de vigilância adotados na defesa sanitária animal. Desta forma o SEDESA acompanha e coordena as ações executadas pela ADEPARA no controle dessa enfermidade.

Com o objetivo de realizar coleta de encéfalos para análise de encefalopatias transmissíveis o SEDESA realizou em 2008 um treinamento para os médicos veterinários e Fiscais Federais Agropecuários que atuam em abatedouros frigoríficos bem como realizou coleta de amostras de alimentação de ruminantes em propriedades de produção pecuárias.

Com relação ao PNSE e PNSOA as atividades estão de forma incipiente, contudo são hoje 11 laboratórios credenciados para diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina. O SEDESA auxilia o LANAGRO – Laboratório de Análises Agropecuárias nas fiscalizações e inspeções de laboratórios para fins de credenciamento bem como analisa e solicita providências à ADEPARA sobre os laudos com resultados Positivos. Em 2009 foi reestruturada a Comissão Estadual de Anemia Infecciosa Equina - CECAIE.

O Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS), concentra seus esforços nas enfermidades de grande poder de difusão, constantes na “lista de doenças” da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), com conseqüências econômicas ou sanitárias graves e de grande repercussão no comércio internacional.

A suinocultura comercial do Estado do Pará, ainda é considerada inexpressiva, sendo que grande parte das criações são de subsistência. Atualmente são 34.976 estabelecimentos rurais com suinocultura, que possuem rebanho suídeo de 260.587 animais, distribuídos no território estadual.

Em 2009 houve a ocorrência de foco de Peste Suína Clássica nos municípios de Afuá e Chaves, localizados no Arquipélago do Marajó, fronteira com o Estado do Amapá. A ocorrência foi saneada após o sacrifício de 244 suínos na região afetada. Tal fato chamou a atenção para a fragilidade do sistema de defesa sanitária naquela região, em virtude da proximidade com o Estado do Amapá e das relações sócio-econômicas existentes, que engloba a comercialização irregular de animais, seus produtos e subprodutos entre os dois Estados. Com o objetivo de controlar e erradicar a ocorrência do Foco de Peste Suína Clássica na Ilha do Marajó, evitar a introdução da mesma nas demais áreas do Estado, assim como as principais doenças infecciosas que afetam o rebanho suídeo, foi apresentado ao Departamento de Saúde Animal-MAPA um Plano de Ação Contra Peste Suína Clássica no Estado do Pará-PESS para ser implantado em 2010.

O quadro abaixo apresenta os resultados das principais atividades realizadas pelo SEDESA e ADEPARA na prevenção, controle e erradicação de doenças de animais no Estado em 2009.

Metas e resultados da ação exercício

Metas	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
Propriedade Atendida	18.000		36.725	
Fiscalização laboratórios – diagnóstico de AIE – PNCEBT	17		17	
Vistorias técnicas para registro de incubatórios e matrizeiro de Santarém	4		4	
Auditoria convênio 001/2005 –área animal	3		3	
Habilitação de M.Veterinários para emissão de GTA para aves	3		4	
Participação em reuniões de comitês de Sanidade Avícola e eqüídeos -	4		6	
Colheita de amostras para diagnóstico de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB)	6		4	
Inspeção de propriedades para apoio no treinamento prático/PNCEBT	4		4	
Participação/acompanhamento em curso de habilitação de MV para diagnóstico de Brucelose e tuberculose	4		3	
Reuniões Técnicas	24		30	
Treinamento – sanidade de organismos aquáticos – Cananéia – SP	0		1	
Treinamento sobre uso do Teste-rápido para EEB - Recife – PE	0		1	
Curso de metodologias e ferramentas de gestão de PNSA e PNSS/RJ	0		2	
II Curso de Epidemiologia aplicada –RJ	0	70.414,11	1	70.257,98
Inspeção e saneamento de foco de PSC em Afuá e Chaves	0		244	
Análise de processos para habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTA para aves e para diagnóstico do PNCEBT	10		15	
Habilitação de MV para diagnóstico de Brucelose e tuberculose	10		15	
Cadastramento/ e renovação de estabelecimentos e licenciamento para comercializar peixes ornamentais	20		22	
Workshop Internacional sobre DNC e IA – Campinas-SP	1		1	
Reunião técnica Nacional sobre PNSS, PNCRH, PSC ,	0		3	
Reunião técnica em Macapá-AP sobre ações conjuntas para PSC e PNEFA	0		1	
Reunião técnica em Parintins-AM sobre ações conjuntas para PNEFA	0		1	
Reunião técnica em Brasília-DF sobre GTA ELETRÔNICA	0		1	
Reunião Anual com Chefes SEDESA/Área Animal/João Pessoa/PB	1		1	
Encontro de Defesa Sanitária Animal – ENDESA – João Pessoa/PB	0		1	
Encontro de responsáveis pela análise Técnica/acompanhamento de Convênios –DF	0		1	
TOTAL.....		70.414,11		70.257,98

Serviço de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO

Ação 2180: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - FISCPLANTA

I. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras:

✓ A atividade consiste, na prática, em fiscalizar as cargas, bagagens e encomendas de produtos e insumos agropecuários e embalagens quando feitas em madeira que acondicionem quaisquer classes de mercadoria, acompanhadas ou não, que entram no País e certificar as cargas que se destinam ao mercado internacional, verificando o cumprimento de exigências, conforme as especificações normativas.

✓ Os procedimentos operacionais estão compilados no Manual de Procedimentos Operacionais do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO (Instrução Normativa MAPA no. 36/2006), que consolida, em um único instrumento, as normas e diretrizes que regulamentam a fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos, derivados e partes, resíduos de valor econômico e insumos agropecuários.

✓ No que diz respeito ao pessoal de apoio que presta serviço nas UVAGROs, embora haja boa vontade e interesse de todos na efetiva prestação do trabalho, a maioria requer ações imediatas de qualificação, como treinamentos na área de informática e em redação oficial, especialmente aos que estão localizados no Porto de Santarém, o que deve ser planejado para o próximo exercício.

✓ A atividade de fiscalização de bagagem é das mais importantes, e significa minimizar o risco de introdução e disseminação de doenças por meio de produtos de origem animal em trânsito sem autorização do MAPA ou que tenham trânsito restrito. O atendimento de vôos internacionais é, em sua grande maioria, executada simultaneamente por FFAs das duas áreas. Foram atendidos 398 vôos de origem internacional totalizando 18.030 passageiros e executadas 305 apreensões de aproximadamente 417,00 (quatrocentos e dezessete) Kg de produtos de origem vegetal e animal, cujo trânsito é restrito devido ao risco de introdução de pragas e doenças.

✓ Em 2009 foi dada continuidade à campanha educativa objetivando-se esclarecer aos passageiros sobre esse risco e prevenir o trânsito desses produtos. Foi encaminhado material educativo às companhias aéreas para distribuição aos passageiros em trânsito internacional e ao mesmo tempo, foi veiculada orientação ao público através do sistema sonoro do terminal aeroportuário.

Inicialmente, apresentamos quadro resumo das metas alcançadas e posteriormente os dados detalhados por Ação:

Quadro Resumo das Metas Alcançadas – VIGIAGRO/PA – 2009						
Nome do Programa	Segurança da Sanidade Agropecuária					
Ações	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos Agrícolas Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos Pecuários					
Processos/Atividades	Previsto	Previsto corrigido	Realizado	%	PI	SIPLAN
Fiscalização Realizada (*)	3.582	4.015	4.327	107,77	FISCPLANTA	Sim
Fiscalização Realizada(*)	808	1.489	2.319	162,73	FISCANIMAL	Sim
Planos Internos	Total das Metas					
	Previsto Inicial	Após atualizações	Realizado	%		
FISCPLANTA	3.582	4.015	4.327	107,77		
FISCANIMAL	808	1.489	2.319	162,73		
Total	4.390	5.504	6.646			
Planos Internos	Metas SIPLAN					
	Previsto	Previsto corrigido	Realizado	%		
FISCPLANTA	3.582	4.015	4.327	107,77		
FISCANIMAL	808	1.489	2.319	162,73		
Total	4.390	5.504	6.646			

(*) Carga e bagagem – exportação e importação.

Resultados das Fiscalizações Realizadas - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e insumos – FISCPLANTA

MOVIMENTO MENSAL – FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS E EXECUTADAS - EXERCÍCIO 2009

	MESES	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
PREVISTO	Exportação + Importação	300	250	300	260	300	300	350	300	300	300	322	300	3.582
PREVISTO CORRIGIDO	Exportação + Importação	334	345	336	300	300	300	350	300	350	350	400	350	4.015
EXECUTADO	Exportação + Importação	329	345	335	349	275	341	379	361	356	405	433	419	4.327
Porto de Belém	Exportação ^(*)	73	79	91	93	63	55	75	119	159	143	155	116	1.221
	Importação	44	42	40	46	52	63	53	54	48	48	54	46	590
	SUB-TOTAL	117	121	131	139	115	118	128	173	207	191	209	162	1.811
Aeroporto de Belém	Exportação	3	0	1	1	1	0	0	0	0	0	3	0	9
	Importação	77	66	70	63	42	65	88	82	61	73	70	94	851
	SUB-TOTAL	80	66	71	64	43	65	88	82	61	73	73	94	860
Porto de Vila do Conde	Exportação	77	95	66	69	72	23	81	50	52	52	67	74	778
	Importação	21	21	15	36	8	85	15	16	11	11	7	11	257
	SUB-TOTAL	98	116	81	105	80	108	96	66	63	63	74	85	1.035
Porto de Santarém	Exportação ^(**)	33	42	52	41	37	50	66	40	25	78	77	78	619
	Importação	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
	SUB-TOTAL	34	42	52	41	37	50	67	40	25	78	77	78	621

FONTE: SIPLAN

(*) Inclui as fiscalizações realizadas em 3(três) Terminais em Breves, Terminal de Munguba e Porto Seco Metrobel.

(**) Inclui as fiscalizações realizadas no Terminal da Cargill e Porto Seco Center Cargo.

A seguir, seguem os dados qualitativos desta ação que se referem à certificação na exportação e anuência na importação de vegetais e seus produtos, bem como de insumos agrícolas e dados de apreensões de produtos de importação proibida ou restrita, detectados por scanner em bagagens de passageiros oriundos de vôos internacionais:

IMPORTAÇÃO - ÁREA VEGETAL				
PRODUTOS COM DESPACHO AUTORIZADO - VIGIAGRO/PA - 2009				
PRODUTO	PONTO DE INGRESSO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR (US\$)
Fertilizante químico	Porto de Vila do Conde	47.507,000	TM	16.430.195,13
Trigo - grão	Porto de Belém	107.979,608	TON	26.885.756,70
Palha vegetal - Artesanatos	Aeroporto de Belém	26.730	KG	563,60
Dendê - Semente pré - germinada	Aeroporto de Belém	4.316.350	Unidade	4.634.710,59
Embalagem de madeira ⁽¹⁾	Aeroporto de Belém	6.674	KG	0,00
	Porto de Belém	452.909	KG	0,00
	Porto de Vila do Conde	33.399	KG	0,00
TOTAL GERAL				US\$ 47.951.226,02

⁽¹⁾Fiscalização de embalagem de madeira que acondicione quaisquer classes de mercadoria importada.

EXPORTAÇÃO - ÁREA VEGETAL				
PRINCIPAIS PRODUTOS CERTIFICADOS - VIGIAGRO/PA - 2009				
PRODUTO	PONTO DE EGRESSO	QUANTIDADE	UNID	VALOR (US\$)
Castanha do Brasil com casca	Porto de Vila do Conde	325.000	kg	488.675,00
	Porto de Belém	453.000	kg	723.085,00
Castanha do Brasil sem casca	Porto de Vila do Conde	16.000	kg	68.640,00
Pimenta do reino - grão	Aeroporto de Belém (*)	117	kg	0,00
	Porto de Vila do Conde	13.074.500	kg	32.410.870,71
	Porto de Belém	11.874.342	kg	28.527.178,93
Milho - grão	Porto de Santarém	257.460,14	TM	45.141.681,74
Soja - grão	Porto de Santarém	819.077,82	TM	333.911.196,38
Cumarú - fava	Porto de Belém	7.500	kg	110.750,00
Madeira	Porto de Santarém	13.130,412	m3	10.186.833,03
	Porto de Vila do Conde	8.186,239	m3	9.503.115,550
	Porto de Belém	22.597,503	m3	19.510.095,91
TOTAL GERAL				US\$ 480.582.122,20

(*) Amostras visando exportações futuras

FISCALIZAÇÃO DA BAGAGEM - VÔOS INTERNACIONAIS								
PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL APREENDIDOS COM DESTRUIÇÃO IMEDIATA – Exercício 2009								
PROCEDÊNCIA	PRODUTOS APREENDIDOS - ÁREA VEGETAL (em Kg)							TOTAL
	Sementes e Grãos	Mudas, bulbos, estacas e raízes	Frutos	Farinhas, pós e alimentos	Hastes, caules, folhas e flores	Agrotóxicos, fertilizantes e afins	Outros	
Guiana Francesa	12,40	2,60	20,05	0,00	13,35	1,00	31,90	81,30
Guiana Inglesa	0,50	0,00	0,00	0,00	0,30	0,00	0,00	0,50
Martinica	0,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65
Suriname	18,06	14,05	88,03	3,10	25,32	0,00	11,75	160,31
Venezuela	0,00	0,00	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12
TOTAL	31,61	16,65	108,20	3,10	38,97	1,00	43,65	242,88

Eventos realizados com participação de FFA – Engenheiros Agrônomos do VIGIAGRO-PA – 2009		
EVENTO	N. DE PARTICIPANTES	LOCAL
Curso de Identificação de Madeiras e Pragas Florestais Quarentenárias	3	Curitiba - PR
1º Simpósio de Manejo de Pragas	1	Belém - PA
Auditoria técnico-fiscal e operacional na Unidade de Vigilância Agropecuária Internacional do Aeroporto de Manaus e Superterminais.	1	Manaus - AM
Curso de Formação de Auditores Técnico-fiscal e Operacional.	1	Brasília - DF
Reunião Técnica da Coordenação Geral do VIGIAGRO para discussão sobre Zona Primária de Defesa Agropecuária e Lei da Vigilância Agropecuária.	1	Brasília - DF
30º AGROEX, Seminário do Agronegócio para Exportação e o I ENACEX da Amazônia.	1	Manaus - AM
Supervisão da UVAGRO – Porto de Santarém pela Chefia de Gestão.	1	Santarém - PA
Reunião Regional do SubComitê de Aeroportos.	1	Natal - RN
Reunião Regional do SubComitê de Aeroportos.	1	Belém - PA
Reunião Regional do SubComitê de Portos Organizados.	1	Belém - PA
Reunião Nacional das Chefias de Gestão,	1	Belém - PA
Oficina de Aprendizagem Interativa - Inspeção Fitossanitária e Perfis de Perigo. (*)	1	Assunción - PY

(*) Evento patrocinado pelo IICA

Comentários sobre o cumprimento das metas físicas - FISCPLANTA:

- ✓ As partidas inspecionadas inicialmente programadas no SIPLAN em número de 3.582 foram ajustadas para 4.015, considerando que mesmo com a continuidade do cumprimento de norma relativa à certificação de produtos classificados como categoria de risco fitossanitário zero, esperava-se aumento das exportações, da importação de material de multiplicação e das fiscalizações de embalagem de madeira.
- ✓ Com relação ao exercício de 2008, houve decréscimo de fiscalizações realizadas de apenas 1,38%, devido ao fator já citado da não certificação de produtos classificados como categoria de risco fitossanitário zero.

✓ No caso específico de bagagens as rotas de risco oriundas da região das Guianas, são consideradas estratégicas devido à ocorrência de pragas quarentenárias de importância para o Brasil e de onde procedem 80% dos vôos atendidos pela fiscalização do VIGIAGRO/PA. Houve aumento em torno de 25% na quantidade de apreensões com relação ao exercício anterior.

✓ No Porto de Vila do Conde, após grande esforço, o serviço encontra-se estruturado fisicamente, permanecendo, no entanto, a necessidade de reforço de pessoal das Unidades de Belém, para o atendimento de sua crescente demanda em ambas as áreas.

✓ Com o intuito de facilitar a administração e considerando as peculiaridades de cada Unidade, os FFA - Engenheiros Agrônomos, foram localizados no Aeroporto de Belém em número de 3 (três), e no Porto de Belém permaneceram os demais para atendimento das demandas do Porto Seco Metrobel e Munguba, além de prestarem apoio semanal ao Porto de Vila do Conde.

✓ Quanto ao Porto de Santarém, houve reforço no quadro de fiscais em meados do último exercício, no entanto, pelas projeções que se fazem de incremento das exportações de grãos, oriundos dos campos de produção do planalto central do Brasil, no que implicará, certamente, em aumento substantivo da carga de trabalho naquela UVAGRO, há necessidade de planejamento de novos investimentos em termos de infra-estrutura e de pessoal.

Ação 2181: Vig. e Fiscaliz. do Trânsito Internacional de Animais, seus produtos e Insumos – FISCANIMAL

Resultados das Fiscalizações Realizadas

MOVIMENTO MENSAL – FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS E EXECUTADAS – ÁREA ANIMAL

	MESES	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
PREVISTO	Exportação + Importação	80	60	60	60	60	70	70	80	68	70	70	60	808
PREVISTO CORRIGIDO	Exportação + Importação	116	125	118	120	120	120	140	120	120	130	120	140	1.489
EXECUTADO	Exportação + Importação	115	125	118	139	125	187	243	259	218	269	249	272	2.319
Porto de Belém (*)	Exportação	4	7	2	6	11	25	21	21	26	26	19	13	181
	Importação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	SUB-TOTAL	4	7	2	6	11	25	21	21	26	26	19	13	181
Aeroporto de Belém	Exportação	25	32	33	42	34	58	84	105	90	85	92	82	762
	Importação	45	38	38	43	23	33	56	58	43	52	36	78	543
	SUB-TOTAL	70	70	71	85	57	91	140	163	133	137	138	160	1.305
Porto de Vila do Conde	Exportação	41	48	45	48	57	71	82	75	59	106	102	99	833
	Importação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	SUB-TOTAL	41	48	45	48	57	71	82	75	59	106	102	99	833
Porto de Santarém	Exportação	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Importação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	SUB-TOTAL	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
% EXECUÇÃO		99,14	100,0	100,0	115,8	104,1	155,0	173,5	210,8	181,6	206,9	207,5	194,2	155,74
			0	0	3	7	0	7	3	7	2	0	9	

FONTE: SIPLAN

(*) Inclui as fiscalizações realizadas no Porto Seco Metrobel.

Dados qualitativos desta ação que se referem à certificação na exportação de animais e seus produtos, bem como de apreensões de produtos de importação proibida ou restrita, detectados por scanner em bagagens de passageiros oriundos de vôos internacionais, são apresentados a seguir:

EXPORTAÇÃO - ÁREA ANIMAL				
ESPÉCIES/PRODUTOS CERTIFICADOS - VIGIAGRO/PA – EXERCÍCIO: 2009				
PRODUTO/ESPÉCIE (*)	PONTO DE EGRESSO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR (US\$)
Animais de Companhia				
Canina	Aeroporto de Belém	67	Un	0,00
Felina	Aeroporto de Belém	03	Un	0,00
Animais para exposição / abate / reprodução				
Peixe ornamental	Aeroporto de Belém	566.124	Un	2.933.471,17
Bovinos e Bubalinos – abate	Porto de Vila do Conde	466.965	Cabeça	449.420.521,03
Bovinos e bubalinos – reprodução	Porto de Vila do Conde	10.946	Cabeça	10.543.662,11
Produtos de Origem Animal - Não Comestíveis				
Couro bovino e bubalino	Porto de Belém ⁽³⁾	541.261	KG	1.111.244,20
Couro bovino e bubalino	Porto de Vila do Conde	2.198.726	KG	1.898.020,75
Couro wet blue	Porto de Vila do Conde	1.287.904	KG	2.559.804,05
Couro – aparas	Porto de Belém ⁽³⁾	442.620	KG	343.642,50
Couro – raspa alvejada	Porto de Belém ⁽³⁾	48.490	KG	40.957,00
Produtos de Origem Animal Comestíveis⁽¹⁾				
Bexiga natatória seca	Aeroporto de Belém	104.149	KG	4.537.030,15
Bexiga natatória seca	Porto de Belém ⁽³⁾	160.658	KG	2.730.340,87
Camarão congelado inteiro	Porto de Belém ⁽³⁾	219.962	KG	2.256.746,80
Camarão congelado sem cabeça	Porto de Belém ⁽³⁾	300.728	KG	2.744.733,40
Carne bovina congelada	Porto de Belém ⁽³⁾	879.785	KG	2.537.134,57
Carne bovina congelada	Porto de Vila do Conde	3.669.534	KG	4.890.855,44
Filé de peixe congelado ⁽²⁾	Aeroporto de Belém	20,92	KG	54,60
Míúdo congelado de bovino	Porto de Belém ⁽³⁾	99.679,49	KG	292.336,18
Peixe eviscerado fresco	Aeroporto de Belém	158.617	KG	686.361,31
Peixe eviscerado congelado	Porto de Belém ⁽³⁾	499.451,40	KG	709.274,38
Peixe inteiro congelado	Aeroporto de Belém	986	KG	804,47
Peixe inteiro congelado	Porto de Belém ⁽³⁾	844.319	KG	1.944.140,88
TOTAL GERAL				492.181.135,86

(1) Produtos de origem animal certificados pelo SIPAG-PA e com embarque autorizado pelo VIGIAGRO/PA no ponto de egresso.

(2) Amostra

(3) Inclui produtos despachados no Porto Seco Metrobel.

FISCALIZAÇÃO DA BAGAGEM - VÔOS INTERNACIONAIS (*)							
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL APREENDIDOS COM DESTRUIÇÃO IMEDIATA – Exercício 2009							
Procedência	PRODUTOS APREENDIDOS - ÁREA ANIMAL (em kg)						TOTAL
	Carnes	Embutidos	Laticínios	Pescados	Produtos Apícolas	Outros	
Guiana Francesa	10,24	9,56	24,53	7,72	1,80	3,06	56,91
Venezuela	0,00	0,00	0,50	0,00	0,50	0,00	1,00
Guiana Inglesa	0,00	0,00	0,30	0,00	0,00	0,63	0,93
França	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Guadalupe	0,00	0,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,26
Suriname	39,22	1,14	15,91	33,21	3,30	19,20	111,98
Martinica	0,00	0,00	1,00	0,08	0,00	0,00	1,08
TOTAL	49,46	10,96	43,24	41,01	5,60	22,89	173,16

(*) Observar quadro demonstrando quantitativo de vôos fiscalizados/procedência.

FISCALIZAÇÃO DA BAGAGEM - VÔOS INTERNACIONAIS (*)			
ANIMAIS DE COMPANHIA LIBERADOS TRANSPORTADOS COMO BAGAGEM - Exercício 2009			
Procedência	Espécie	Unidade	Quantidade
Suriname	Canina	Um.	2
Guiana Francesa	Canina	Um.	2
França	Canina	Um.	1
Estados Unidos	Canina	Um.	1
Martinica	Canina	Um.	1
TOTAL			7

(*) Observar quadro demonstrando quantitativo de vôos fiscalizados/procedência.

Eventos realizados com participação de FFA – Médicos Veterinários do VIGIAGRO/PA – 2009		
EVENTO	N. DE PARTICIPANTES	LOCAL
Força tarefa - SVA Porto de Santos	2	Santos – SP
Reunião Técnica da CGV para discussão sobre infra-estrutura para fiscalização de animais vivos.	1	Campinas – SP
Reunião Regional do Subcomitê de Aeroportos.	1	Belém – PA

Comentários sobre o cumprimento das metas físicas - FISCANIMAL:

- ✓ No planejamento, as metas físicas foram corrigidas no SIPLAN de 808 para 1.489 fiscalizações a serem realizadas, com relação ao programado o início da atividade, considerando que foi buscada junto aos administradores infra-estrutura adequada dos recintos, além do aperfeiçoamento de rotinas conjuntas com os demais órgãos intervenientes no processo de exportação.
- ✓ O expressivo aumento de mais de 50%, da atividade se deve, não somente ao aumento das exportações de animais vivos, mas também ao melhor controle das exportações de produtos de origem animal, nos Portos de Belém, Vila do Conde e Aeroporto de Belém.
- ✓ Com relação ao quantitativo de 5 (cinco) FFA – Médicos veterinários, até maio do exercício anterior, todos estavam localizados no Aeroporto Internacional de Belém, o que, em princípio, parece ser um número alto, porém, essa equipe atendia demandas nos Portos de Belém e Vila do Conde e no Porto Seco Metrobel. Com a transferência dos embarques de bovinos vivos há, aproximadamente, dois anos do Porto de Belém para o Porto de Vila do Conde, houve necessidade de ajuste da situação, sendo tomadas as seguintes decisões: o atendimento em sistema de rodízio foi suspenso e dos cinco veterinários localizados no Aeroporto, dois permaneceram, um foi para o Porto de Belém e os outros dois, foram destacados para atender a demanda crescente em Vila do Conde, com deslocamentos quinzenais em revezamento.

Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG

Ação 2124 : Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal - FISCINAN

Resultados Alcançados: O quadro apresentado abaixo resume, em sua totalidade todas as ações relevantes desenvolvidas durante o presente exercício.

AÇÃO/OBJETIVO	PRODUTO	
	UNID.	Nº
Fiscalização em estabelecimento fabricante de produto	Nº	10
Vistoria em estabelecimento requerente de registro	Nº	03
Fiscalização em estabelecimento comercial	Nº	55
Colheita de amostra*	Nº	-
Registro de estabelecimento	Nº	03
Registro de Produto	Nº	38
Fiscalização de produto	Nº	1,134
Infração observada	Nº	09
Apreensão realizada	Nº	02
Multa aplicada	Nº	03
Participação em reunião técnica nacional	Nº	01
Informação técnica emitida	Nº	123
Curso realizado	Nº	-

* Não houve colheita de amostra para conformidade e pesquisa de ingredientes em função de impossibilidade do LANAGRO-PA, para o qual estavam programados os envios das amostras.

Comportamento das Metas Físicas: Na avaliação foram consideradas como “fiscalização realizada” as atividades de fiscalização em estabelecimentos fabricantes e comerciais, além de vistoria para registro de estabelecimento, conforme apresentado no quadro abaixo:

MÊS	PREVISTO	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO
Janeiro	0	0	Não programada
Fevereiro	0	0	Não programada
Março	01	01	100,00
Abril	01	01	100,00
Maio	16	16	100,00
Junho	01	01	100,00
Julho	08	08	100,00
Agosto	05	05	100,00
Setembro	15	21	140,00
Outubro	03	07	233,33
Novembro	0	0	Não programada
Dezembro	03	08	266,67
TOTAL	53	68	128,30

Ação 2179: Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM

Resultados Alcançados: Os quadros que se sucedem dão uma noção geral de todas as ações desenvolvidas na fiscalização de sementes e mudas no âmbito estadual.

O quadro 01 reflete os resultados alcançados na fiscalização de estabelecimentos e faz um comparativo entre o programado e o efetivamente realizado.

Quadro 01:

ATIVIDADE	UN.	REALIZ.	PROGR.	E/P (%)
Produtor de sementes.	nº	31	65	55,38
Produtor de mudas.	nº	48	96	58,33
Comerciante de sementes.	nº	98	16	193,75
Comerciante de mudas	nº	01		
Usuário de sementes	nº	03		
Usuário de mudas.	nº	01	05	20,00
Responsável técnico.	nº	50	04	1.525,00
TOTAL	nº	232 (186)	189	98,41

O Quadro 02 já mostra a movimentação ocorrida em relação ao credenciamento no Renasem, coleta de amostras de sementes, resultados de laboratório e fiscalizações de campo.

Quadro 02:

	ATIVIDADE	UN.	EXECUT.
CREDENCIAMENTO NO RENASEM	Produtor de sementes.	nº	12
	Produtor de mudas.	nº	35
	Armazenador de Sementes	nº	02
	Beneficiador de Sementes	nº	02
	Responsável técnico.	nº	25
	Comerciante de sementes	nº	36
	Vistoria prévia.	nº	44
	TOTAL	nº	114 (54%)
COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTE	Amostra de fiscalização da produção.	nº	10
		ton.	100
	Amostra de fiscalização do comércio.	nº	49
		ton.	122,19
	Amostra para fins de certificação pelo MAPA.	nº	06
	ton.	17,33	
TOTAL DE AMOSTRA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTO	nº	59 (82)	
	ton.	222,19 (304,2)	
ANÁLISE DE SEMENTE	Amostra fiscal da produção dentro do padrão.	nº	10
		ton.	100
	Amostra fiscal da produção fora do padrão.	nº	0
		ton.	0
	Amostra fiscal do comércio dentro do padrão.	nº	22
		ton.	38,6
	Amostra fiscal do comércio fora do padrão.	nº	22
		ton.	54,12
	Amostra fiscal de semente certificada dentro do padrão.	nº	1
		ton.	1,36
Amostra fiscal de semente certificada fora do padrão.	nº	4	
	ton.	22,18	
TOTAL AMOSTRA FISCAL DENTRO DO PADRÃO	nº	33	
	ton.	139,62	
TOTAL AMOSTRA FISCAL DENTRO DO PADRÃO	nº	26	
	ton.	76,3	
FISCALIZAÇÃO DE CAMPO	Semente C1	nº	28
		ha	149,7
	Semente C2	nº	06
		ha	134,2
	Semente S1	nº	01
		ha	20,67
Semente S2	nº	07	

		ha	334,61
	TOTAL	nº	42
		ha	639,18
FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS (cap. xii, dec. 5.153/04), VIVEIROS E UNIDADES DE PROPAGAÇÃO IN VITRO	Jardim Clonal.	nº	03
		unid	16.088
	Planta sem origem genética comprovada.	nº	14
		unid	2.929.107
	Campo de planta sem origem genética comprovada.	nº	11
		unid	2.812.422
	Área Natural de Coleta de Sementes (ACS-NS)	nº	01
		unid	303
	Área Alterada de Coleta de Sementes (ACS-AS)	nº	02
		unid	1.604
Muda	nº	13	
	unid	11.432.476	
	TOTAL	nº	44
		unid	17192000
CERTIFICAÇÃO REALIZADA PELO MAPA	Vistoria de campo de semente C1	nº	25
		ha	144,7
	Vistoria de campo de semente C2	nº	03
		ha	67,1
	TOTAL	nº	28
		ha	211,8

Dando seqüência aos procedimentos fiscais desenvolvidos no segmento “semente e mudas” apresentamos a seguir o Quadro 03 o qual retrata a parte documental do processo de fiscalização em termos de números de documentos emitidos.

Quadro 03:

	ATIVIDADE	UN.	EXECUT.
DOCUMENTOS EMITIDOS	Termo de Fiscalização	nº	152
	Auto de Infração	nº	21
	Termo de Suspensão de Comercialização de Sementes.	nº	07
		Lote	0
		ton.	76.325
	Termo de Interdição de Estabelecimento	nº	02
	Proc. Adm. Fiscal Proced. em 1ª Instância	nº	03
	Proc. Adm. Fiscal Improced. em 1ª Instância	nº	02
	Proc. Adm. Fiscal Proced. em 2ª Instância	nº	0
	Proc. Adm. Fiscal Improced. em 2ª Instância	nº	03
PENALIDADES APLICADAS E TAXAS	Multa aplicada.	R\$	41.800,00
	Renasem – inclusão, alteração e renovação.	R\$	8.937,00
	Inscrição de campos de sementes.	R\$	2.715,90
	Certificação de sementes.	R\$	1.970,33
	Inscrição de viveiros/matrizes.	R\$	3.002,00
	Multa aplicada.	R\$	101.805,00
	Multa recolhida.	R\$	18.300,00
OUTRAS AÇÕES	Autorização de importação de sementes.	nº	18
	Visto de liberação de importação de sementes.	nº	01
		t	0,163
		R\$	7.636,20
	Eventos realizados.	nº	01
	Participação em eventos.	nº	09
	Palestras proferidas.	nº	03
Autorização de importação de sementes.	nº	18	

Ainda em relação às atividades inerentes a sementes e mudas merece registro o papel do SEFAG junto à Comissão de Sementes e Mudanças do Pará – CSM/PA.

Sementes e Mudanças com garantia de identidade botânica e qualidades física, fisiológica e sanitária são insumos vegetais fundamentais para o desenvolvimento econômico, com sustentabilidade sócio-ambiental do agronegócio paraense. Representam ainda, um custo de investimento muito baixo com retorno alto e seguro quando comparado a outros custos na implantação de um empreendimento rural, sendo componentes da cadeia do agronegócio, presentes no início de cultivos familiares de ciclo curto, cultivos industriais de ciclo longo, cultivos consorciados, pastagens e reflorestamentos.

Nesse contexto e com base na Legislação Brasileira sobre Sementes e Mudanças (Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003 e Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004), foi instituída oficialmente a Comissão de Sementes e Mudanças do Pará – CSM/PA – Portaria nº 70, de 16 de abril de 2008 / SFA/MAPA/PA, tendo funções consultivas, informativas e de assessoramento ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, objetivando o aprimoramento do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças – SNSM. A Comissão Paraense é constituída por 35 entidades do setor público e privado que tenham alguma atividade relacionada com sementes e mudanças, sendo presidida pelos Engenheiros Agrônomos Pedro Paulo da Costa Mota (SFA/PA), Lourimar Bezerra do Nascimento (ADEPARA) e Manoel Moura Melo (AEAPA), presidente, vice-presidente e secretário, respectivamente.

Ação 2141: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI

Resultados Alcançados: Como resultados das 164 fiscalizações realizadas durante o presente exercício foram amostradas 3.250 toneladas de fertilizantes e 6.605 toneladas de corretivos as quais geraram a emissão de 48 autos de infração e 6 multas foram aplicadas. Além disso, tivemos a participação de um FFA no Curso de Relatoria de Processos de Fiscalização em Foz do Iguaçu – PR, e em blitz de sementes na região de Cascavel, também no Paraná.

Ação : Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX

Resultados Alcançados: Somente as empresas prestadoras de serviços fitossanitários que atuam na aplicação de agrotóxicos no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras necessitam do credenciamento junto ao MAPA, este credenciamento que é objeto das fiscalizações do Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/PA.

Fiscalizações em Empresas Prestadoras de Serviços Fitossanitário	10 fiscalizações realizadas – Termo de Fiscalização Emitido
Credenciamento de Empresa P. S. Fitossanitário	01 Credenciamento – Termo de Inspeção Emitido.

Atividades realizadas e relacionadas ao Plano Interno – FISAGROTOX no ano de 2009.

- Participaram os Fiscais Federais Agropecuários Pedro Paulo da Costa Mota e Janair Barreto Viana, no município de Castanhal, no período de 18 a 19/03/2009, de reunião técnica sobre produção de mudas e

receituário agrônomo, programação esta realizada pela Emater Regional de Castanhal, congregando 14 (catorze) escritórios locais da Emater, que durante 02 (dois) dias, foi discutido os problemas e soluções para implementação do receituário agrônomo no Estado do Pará, bem como houve contribuição dos FFA's quanto à legislação de agrotóxicos, tecnologia de aplicação de agrotóxicos, toxicologia dos agrotóxicos, dentre outros;

- Participação no treinamento sobre produção de mudas e receituário agrônomo no município de Bragança, na Unidade Didático – Agroecológica do Nordeste Paraense – UDB, da Emater – Pará, programação esta realizada pela Emater, congregando técnicos de escritórios locais da Emater e produtores rurais, que durante 03 (três) dias (27 a 29/04/ 2009), discutimos os problemas e soluções para implementação do receituário agrônomo no Estado do Pará. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA participou, deste evento através dos Fiscais Federais Agropecuários Janair Barreto Viana e Pedro Paulo da Costa Mota. Houve, neste treinamento, palestra do FFA Pedro Paulo da Costa Mota;

- No período de 20 a 24/07/2009 aconteceu em Vitória, capital do Espírito Santo, o 7º Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos com a participação do FFA Júlio Pontes Barriga, novo integrante da equipe deste SEFAG, além do Engº Agrº Luis Carlos Cordeiro de Guamá, da ADEPARÁ, órgão estadual de defesa agropecuária;

- O MAPA, através do SEFAG/PA, participou durante o ano de 2009 da Comissão Estadual de Agrotóxico - CEA, ligada à Agência de Defesa Agropecuária do Pará - ADEPARÁ, entre as diversas ações foi lançado e em execução a Campanha: Uso Correto de Agrotóxicos no Estado do Pará, com envolvimento de diversos órgãos, como o Ministério Público Estadual. Na CEA participam pelo MAPA os Fiscais Federais Agropecuários Pedro Paulo da Costa Mota e Janair Barreto Viana;

Ações Relevantes

AÇÃO/OBJETIVO	PRODUTO	
	TIPO	Nº
Fiscalização em estabelecimentos produtores de MGA.	Fiscalização realizada	06
Vistoria em estabelecimento requerente de registro como produtor.	Vistoria realizada	02
Reprodutores inscritos	Animal registrado	14
Baixas de reprodutores	Baixa realizada	11
Cancelamento de estabelecimento produtor	Cancelamento realizado	01
Participação em Reunião Técnica Nacional	Reunião realizada	01
Informações Técnicas emitidas	Informações emitidas	26
Cursos Realizados	Capacitação realizada	02

Comportamento das Metas Físicas

Na avaliação do comportamento das metas físicas, foram consideradas como “fiscalização realizada” as atividades de fiscalização em estabelecimentos comerciantes e vistoria para registro de estabelecimento.

Produto: **FISCALIZAÇÃO REALIZADA**

Mês	Previsto	Realizado	% execução
Maio	10	11	110,00
Junho	01	02	200,00
Agosto	01	01	100,00
Setembro	03	03	100,00
Dezembro	01	01	100,00
Total	16	18	112,50

Considerações Finais

Embora o Estado do Pará só tenha um estabelecimento produtor de material genético animal e que o principal produto da ação seja a “fiscalização realizada”, é intensa a atividade de escritório, verificada pelo número informações técnicas emitidas, as quais são resultados de análises de processos, pareceres, programações, registros de estabelecimentos, etc.) O responsável técnico do PI FISCGENE também responde pelo PI FISPROVET.

Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDA

O Serviço acima desenvolve ações dentro de três programas principais:

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

As atividades desenvolvidas em 2009 foram realizadas em diversos municípios do estado do Pará, incluindo a execução de contratos de repasse por meio de emendas parlamentares e convênios celebrados com o Ministério da Agricultura através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo – SDC. Os recursos são definidos no Orçamento Geral da União. Foram assinados dez convênios pela SDC/MAPA no Estado do Pará, no montante geral de R\$ 3.860.000,00, para diversos objetivos como recuperação de estradas vicinais, apoio a eventos destinados para o setor agropecuário como o Frutal da Amazônia, Amazonpec, feiras, estudos para registro de identificação geográfica e Boas Práticas Agropecuárias. As emendas parlamentares destinadas para investimentos somaram em 2009 o montante de R\$ 39.330.000,00, para aquisição de patrulhas mecanizadas, e recuperação de feiras, mercados e matadouros.

Recursos envolvidos/Empenhado/pago:

ND	APRODUTOR			FISCONTRATO		
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO
339014	R\$ 2.435,87	R\$ 2.435,87	R\$ 2.435,87	R\$ 5.556,73	R\$ 5.556,73	R\$ 5.556,73
339030	R\$ 358,76	R\$ 358,76	R\$ 358,76	R\$ 512,64	R\$ 512,64	R\$ 512,64
339033	R\$ 982,58	R\$ 982,58	R\$ 982,58	R\$ 3.400,00	R\$ 3.400,00	0
339039	R\$ 7.920,00	R\$ 7.920,00	R\$ 7.920,00	0	0	0
449052	R\$ 3.378,99	R\$ 3.378,99	R\$ 404,99	0	0	0
SOMA	R\$ 15.076,20	R\$ 15.076,20	R\$ 12.102,20	R\$ 9.469,37	R\$ 9.469,37	R\$ 6.069,37
PESSOAS BENEFICIADAS	86000					

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Para a operacionalização deste programa, foram realizadas diversas palestras, seminários e reuniões com produtores rurais e órgãos dos governos do Estado e dos Municípios detentores de produtos propensos ao registro de Identificação Geográfica. Destacamos a oficina na Semana Estadual de Propriedade Intelectual, palestras em seminários e eventos como o AMAZONPEC, ECOMEX e o convênio, no valor de R\$ 125.000,00 celebrado com o Governo do Estado através da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará com vistas aos estudos para a conquista do registro para o produto açaí no Município de Igarapé-Miri. Realizou-se ainda um seminário sobre IG no Município de Igarapé-Miri para difundir o conceito para os produtores e o poder público municipal. Participação no I workshop Embrapa sobre IG em Bento Gonçalves – RS.

Recursos envolvidos:

Empenhado/pago

ND	INDGRAF		
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	EMPENHADO
339014	3423,07	3423,07	3423,07
339033	7740.00	7740.00	7740.00
339039	395.00	395.00	395.00
SOMA	11558.07	11558.07	11558.07
PESSOAS BENEFICIADAS		394	

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

Dentro deste Programa, merece destaque a ação de **Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – DESENORG**, que buscou a capacitação de técnicos e produtores, a organização dos mesmos, a promoção do alimento orgânico, fomento, por meio de palestras, cursos, oficinas, visitas técnicas, fóruns sociais, feiras, reuniões, degustações e distribuição de sementes. Estas ações resultaram num significativo número de 6.433 pessoas beneficiadas em todo estado.

A) Ação: Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CETORGAN1:

As principais ações referem-se à constituição da Comissão da Produção Orgânica no Pará e capacitar os produtores e técnicos sobre a legislação e os mecanismos de garantia da conformidade orgânica. Assim sendo, registramos:

- Publicação de edital em julho sobre a Comissão de Produção Orgânica CPORG-PA;
- Realização de uma Assembléia para escolha das entidades representativas na CPORG-PA (10

pessoas beneficiadas);

- Realização da terceira etapa do curso sobre Garantia da Conformidade Orgânica em Manaus.AM (1 pessoas beneficiadas);

Realização de uma oficina sobre Mecanismos de Garantia da Conformidade Orgânica (29 pessoas beneficiadas);

Organização de palestras sobre Certificação de Produtos Orgânicos na SFA-PA (15 pessoas beneficiadas).

EMPENHADO/PAGO/PAGO

ND	DESENG			CETORGAN1		
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO
339014	R\$ 1.551,55	R\$ 1.551,55	R\$ 1.551,55	R\$ 742,86	R\$ 742,86	R\$ 742,86
339030	R\$ -					
339033	R\$ 2.018,00	R\$ 2.018,00	R\$ 1.096,19	R\$ 647,57	R\$ 647,57	R\$ 647,57
339039	R\$ 6.205,00	R\$ 6.205,00	R\$ 6.205,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SOMA	R\$ 9.774,55	R\$ 9.774,55	R\$ 8.852,74	R\$ 1.390,43	R\$ 1.390,43	R\$ 1.390,43
PESSOAS BENEFICIADAS	6.433			55		

Ação: Fomento a Inovação no Agronegócio – INOVAGRO

- Apoio na realização da Semana Paraense de Propriedade Intelectual em Belém, coordenada pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, na qual realizamos uma oficina sobre Identificação Geográfica de Produtos Agropecuários.

EMPENHADO/PAGO

Ação: Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo – PROMOCOOP2

ND	INOVAGRO		
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO
339014	R\$ 1.985,15	R\$ 1.985,15	R\$ 1.985,15
339030	R\$ 3.549,20	R\$ 3.549,20	R\$ 3.549,20
339033	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.014,55
339039	R\$ 12.750,00	R\$ 12.750,00	R\$ 12.750,00
SOMA	R\$ 21.234,35	R\$ 21.234,35	R\$ 20.248,90
PESSOAS BENEFICIADAS	250		

Apoio na Operação Arco Verde do Governo Federal, onde o Ministério da Agricultura através do SEPDAAG se fez presente em 16 municípios paraenses selecionados pela Casa Civil da Presidência da República. Na ocasião foram apresentadas as ações relativas ao Cooperativismo, Integração Lavoura –

Pecuária e Floresta, Produção Orgânica e entrega de uma Patrulha Mecanizada para cada município.

- Participação de um Fiscal Federal Agropecuário em Curso de Especialização a Distância sobre Gestão Cooperativista em Lavras.

EMPENHADO/PAGO

ND	PROMOCOOP2			ORGMANEJO2		
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	PAGO	DOTAÇÃO	EMPENHADO	PAGO
339014	R\$ 10.783,79	R\$ 10.783,79	R\$ 10.783,79	R\$ 10.601,29	R\$ 10.601,29	R\$ 10.601,29
339030	R\$ 2.429,52	R\$ 2.429,52	R\$ 2.429,52	R\$ 1.492,00	R\$ 1.492,00	R\$ 1.492,00
339033	R\$ 3.187,77	R\$ 3.187,77	R\$ 3.187,77	R\$ 2.961,42	R\$ 2.961,42	R\$ 2.961,42
339039	R\$ -					
339093	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00
SOMA	R\$ 16.401,08	R\$ 16.401,08	R\$ 16.401,08	R\$ 15.354,71	R\$ 15.354,71	R\$ 15.354,71
PESSOAS BENEFICIADAS	32.000					

Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para agricultura e Alimentação - REGENAGRO

- Participação em Paragominas e Dom Eliseu na entrega de viveiros de produção de mudas de essências florestais e de kit's de rapel para coleta de sementes florestais, fruto de convênio MAPA e EMBRAPA.

EMPENHADO/PAGO/ PAGO

ND	REGENAGRO		
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	PAGO
339014	R\$ 845,70	R\$ 845,70	R\$ 845,70
SOMA	R\$ 845,70	R\$ 845,70	R\$ 845,70
PESSOAS BENEFICIADAS	600		

Ação: Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC

As ações relacionadas a Produção Integrada aconteceram em duas cadeias produtivas, a de Abacaxi e a de Flores Tropicais. No que diz respeito a cadeia produtiva do Abacaxi as ações envolveram a elaboração de diagnóstico, o monitoramento das áreas produtivas e a capacitação. O diagnóstico, também chamado "Marco Zero" foi elaborado em 11 áreas de produtores interessados (11 pessoas beneficiadas) em aderir o programa sendo 9 no município de floresta do Araguaia e 2 no município de Salvaterra.

Ainda sobre Produção Integrada foi realizado Seminário Setorial no Frutal Amazônia em Junho (30 pessoas beneficiadas).

EMPENHADO/PAGO /PAGO

ND	AF00AGRIC		
	DOAÇÃO	EMPENHADO	PAGO
389014	R\$ 18926,07	R\$ 18926,07	R\$ 18926,07
389080	R\$ 220,44	R\$ 220,44	R\$ 190,44
389088	R\$ 19901,00	R\$ 19901,00	R\$ 18723,94
389086	R\$ 1002,70	R\$ 1002,70	R\$ 1002,70
389088	R\$ 721,52	R\$ 721,52	R\$ 721,52
SOMA	R\$ 42771,73	R\$ 42771,73	R\$ 41294,67
PESSOAS BENEFICIADAS	440		

Ação: DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA - DESENORG

Principais Atividades:

As atividades desta ação realizadas no Estado do Pará se desenvolveram dentro do Plano Interno DESENORG e contemplaram a **organização** de produtores, a **capacitação** de agentes atuantes em produção orgânica de alimentos, a **promoção** da agricultura orgânica, e o **fomento** da produção. Dentro deste escopo foram assistidos 479 produtores e beneficiadas 5.385 pessoas.

Na maioria das atividades desenvolvidas dentro desta ação não houve custos para a SFA-PA/MAPA, devido principalmente pela parceria envolvida. Foram parceiros as entidades governamentais e não governamentais que compõem a Comissão da Produção Orgânica no Pará.

Resultados:

A ação teve como objetivo promover o produto orgânico e incentivar o seu consumo, capacitar, incentivar e organizar a produção de produtos orgânicos, e fomentar a produção orgânica através de diversos eventos realizados em Belém, e em outros municípios do Estado. Estiveram presentes nestes eventos produtores, consumidores, gestores, estudantes e lideranças locais totalizando 479 produtores rurais e 5.385 pessoas.

Tabela 1 – Metas e resultados da ação

Previstas		Realizadas		
Física	Financeira	Física		Financeira
		Pessoas beneficiadas	Produtores assistidos	
		479	5.385	R\$13.744,58

Outras atividades:

Foram analisadas 25 emendas parlamentares totalizando **R\$ 28.807.750,00**, beneficiando **119.250** pessoas em 80 municípios paraenses. As ações foram concentradas basicamente na aquisição de patrulhas mecanizadas para o apoio na produção agropecuária da agricultura familiar, na melhoria e recuperação de estradas vicinais e na comercialização da produção através de feiras do produtor.

Tabela 2 – Resultados:

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-	-	119.250 pessoas	R\$28.807.750,00

Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG

As principais ações desenvolvidas pelo Serviço de Inspeção Animal e Vegetal – SIPAG são as seguintes:

Ação 2141 - PI: INSPANIMAL3

Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
69 estabelecimento/mês	73 estabelecimentos/mês	R\$ 224.784,63	R\$ 214.886,41

NATUREZA DE DESPESA	PROVISÃO RECEBIDA	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADADO
339014.00	R\$ 133.651,74	R\$ 129.597,49
339033.00	R\$ 75.730,00	R\$ 71.178,61
339030.00	R\$ 10.327,37	R\$ 9.337,79
339039.00	R\$ 5.075,52	R\$ 4.775,52
TOTAL	R\$ 224.784,63	R\$ 214.889,41

Considerando o planejado pela Gestão Nacional do PI: INSPANIMAL3 relativo às ações determinadas ao SIPAG-PA para o ano de 2009 constata-se como recursos liberados no SIOR o montante de R\$ 224.784,63 destinados a custeio e investimentos. Tais recursos foram disponibilizados, após a análise das necessidades, para a efetivação das atividades específicas do SIPAG-PA:

Para fins de análise específica da utilização dos recursos destinados ao SIPAG-PA no ano de 2009 é viável esclarecer que as ações da Fiscalização Federal Agropecuária no âmbito do DIPOA/MAPA, considerando os objetivos pré-estabelecidos abrangem as seguintes atividades:

Inspeção Industrial e Sanitária em estabelecimentos em regime de inspeção permanente e periódica; Fiscalização em estabelecimento produtor, Vistoria em estabelecimento produtor, Auditoria técnico-fiscal operacional em estabelecimentos sob Inspeção Federal, Supervisões Técnicas em estabelecimento sob Inspeção Federal, Substituição Temporária de Técnicos em estabelecimentos sob inspeção permanente, Coleta de Amostras, Apreensão de produtos, Averiguação de denúncias, Vistoria de terreno para futura implantação de indústrias, Vistoria final de projetos aprovados para estabelecimentos novos, Regime Especial de Fiscalização, Interdição de estabelecimentos, Ações interinstitucionais, Reunião Técnica Regional, Reunião Técnica Nacional, Reunião Interinstitucional, Atividades de apoio técnico ao SIPAG-PA, Atividade de apoio técnico ao DIPOA, Participação de técnicos do SIPAG-PA em cursos promovidos pelo MAPA.

Ação: 8939 - PI: IPVEGETAL 3

Trata-se de estabelecimentos industriais registrados ou não no SIPAG/DT-PA, com atividades de produtores, envasilhadores, standardizadores, importadores e exportadores de bebidas em geral, inclusive vinhos e derivados da uva e do vinho, localizadas no Estado do Pará.

META FINANCEIRA PROGRAMADA, PROVISIONADA E LIQUIDADA.

ELEMENTOS DE DESPESAS		VALOR (R\$)				%
IDENTIFICAÇÃO	CÓDIGO	PROGRAMADO	PROVISÃO CONCEDIDA (A)	EMPENHADO	LIQUIDADO (B)	B/A x 100
DIÁRIA	3390-14	10.208,00	8.578,00	8.578,00	8.578,00	100
MAT.CONSUMO	3390-30	7.750,00	3.428,27	3.428,27	3.428,27	100
PAS. DESP. LOCOMOÇÃO	3390.33	4.000,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00	100
SERV. TERC.	3391.37	39.768,00	13.256,00	13.256,00	13.256,00	100
SERV TERC/ PJ.	3390-39	3.200,00	3.990,00	3.990,00	3.990,00	100
BOLSA/ ESTAGIÁRIO	3350.39	4.368,00	-	-	-	000
MAT. PERMAN	4490.52	15.000,00	15.000,00	12.748,95	12.748,95	84,50
TOTAL	-	84.294,00	48.452,27	43.731,22	41.854,52	86,38

PROVISÃO RECEBIDA E APLICADA POR FONTE (0100 + 0150)

ELEMENTOS DE DESPESAS		VALOR (R\$)		
IDENTIFICAÇÃO	CÓDIGO	PROVISÃO RECEBIDA POR FONTE		TOTAL GERAL
		0100	0150	
DIÁRIA	3390-14	2.967,00	5.611,80	8.578,80
MAT.CONSUMO	3390-30	450,00	2.978,27	3.428,27

PAS. DESP. LOCOMOÇÃO	3390.33	2.200,00	2.000,00	4.200,00
SERV. TERC.	3391.37	6.628,00	6.628,00	13.256,00
SERV TERC. P. JURÍDICA	3390-39	100,00	3.890,00	3.990,00
MAT. PERMAN	4490.52		15.000,00	15.000,00
TOTAL	-	12.345,00	36.108,07	48.452,27

METAS FÍSICAS

IDENTIFICAÇÃO / TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE	OUTRAS INFORMAÇÕES
01. Registro de Estabelecimento		
• Concedido	07	
• Alterado	01	
02. Registro de Produto		
• Concedido	220	
• Renovado	14	
• Cancelado	171	
• Em Exigência (Em 30/12/2008)	03	
03. Participação em Reuniões e Eventos		
• Interno	08	
• Externo	02	
04. Inspeção / Fiscalização		
• Vistoria para fins de registro e emissão de documentos	16	
• Inspeção / Fiscalização em Indústria	94	
• Número de Indústrias inspecionadas em conformidade plena	41	
• Termo de Colheita de Amostra	49	
• Auto de Infração	06	
• Termo de Apreensão	01	
• Intimação	06	
• Outros (Declaração de Regularidade Industrial e outros tipos)	02	
• Produto Amostrado		
Polpa (kg)	169.740,00	

Suco, Néctar, água de coco, etc. (L)	15.952,00	
Vinhos (L)	670.334,00	
Bebida mista de açaí e guaraná (KG)	16.290,00	
Rótulo (kg)	66,32	OBS. 88 mil
• Produto em conformidade	27	Analizados no LANAGRO/PA
• Produto não conforme	22	Analizados no LANAGRO/PA
• Fechamento de estabelecimento	01	Funcionando sem registro no MAPA
• Certificado de exportação	01	20,00 kg de açaí p/Tailândia
05. Processo Administrativo		
• De auto de infração instaurados	03	
• De denúncias formais	02	
• Advertência	03	
• Multa aplicada (mil ufir)	01	Processo de 2008
• Multa recolhida (mil ufir)	01	Processo de 2008

As ações e atividades programadas e executadas pela área de vinhos e bebidas do SIPAG/DT-PA, em 2009, notadamente, em termos de inspeção e fiscalização, vistoria, TCAs, emissão de documentos oficiais, registro de estabelecimentos e de produtos (bebidas não alcoólicas não fermentadas, polpas de frutas, bebidas alcoólicas, inclusive por misturas, vinhos, derivados da uva e do vinho e fermentados acéticos), foram levadas a efeito de forma direta e com total observância e cumprimento dos necessários e indispensáveis preceitos de legalidade e sustentabilidade técnica, econômico-financeira, social e ambiental, sempre com adoção de procedimentos práticos alicerçados na legislação federal vigente, e ainda, nos atos normativos complementares do MAPA, sem descuidar das normas dos órgãos de vigilância sanitária e de defesa do consumidor, que também foram observadas e exigidas o fiel cumprimento, logicamente, guardadas as devidas competências legais, visando ao todo à garantia da identidade, qualidade e inocuidade das bebidas em geral, produzidas e comercializadas no mercado interno e para exportação.

Centrou-se o foco das ações sem qualquer desvio de finalidade do objeto do programa, visando à mensuração e análise comparativa e evolutiva de resultados alcançados em relação a exercícios anteriores, que em 2009, se mostraram ótimos, conforme verificado pelo expressivo quantitativo de produtos conformes e diminutos não conformes, encontrados nas análises laboratoriais oficiais realizadas pelo LANAGRO/PA. Além do mais, concentrou-se as atividades de inspeção e fiscalização na Capital e nos municípios da Região metropolitana, devido as maiores e principais indústrias paraense de bebidas estarem localizadas justo nessas localizações, bem com serem as responsáveis por quase 95% (noventa e cinco por cento) da produção e comercialização de bebidas em geral e polpas de frutas, tanto no mercado interno como

externo, atingindo-se assim, o objetivo principal de se inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos produtores e envasilhadores, e por conseguinte a premissa de garantia de oferta de produtos conformes e, a otimização de recursos humanos e financeiros disponibilizados as atividades em voga.

O consumidor da atualidade está mais consciente, conhecedor de seus direitos, atento e exigente, o que demanda a necessidade por um eficiente e eficaz controle de identidade, qualidade, conformidade e certificação dos produtos e derivados para consumo humano, quer seja para o mercado interno como para exportação. E, por conseqüência, logicamente, imprime-se um aumento de arrecadação de impostos e divisas, o que é imprescindível para o desenvolvimento das políticas públicas em geral, se tornando dessa forma, um incentivo extra para a fixação de famílias no campo e possibilitando mais investimentos em tecnologias de ponta para incremento da produção e da produtividade, diminuição do desperdício de matéria-prima devido o processamento adequado e tecnológico das polpas de frutas utilizadas a fabricação de bebidas e, melhorando a competitividade dos produtos regionais no exigente mercado globalizado.

Exercitando essa visão e entendimento o SIPAG/DT-PA por meio da Área de Vinhos e Bebidas, executou a programação anual aprovada e desdobrada mês a mês para o exercício 2009, cujos resultados alcançados foram encaminhados na forma de Relatório Mensal a CGVB/DIPOV/SDA/MAPA, bem como os dados lançados no Sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN do governo federal para divulgação e conhecimento da sociedade. Os trabalhos foram desenvolvidos com a participação de dois FFAs para cobrir todos os 143 municípios do estado do Pará, em termos de inspeção e fiscalização de bebidas em geral.

PI: PADCLASSIF

Metas/Execução Física

Produto Fiscalizado (Ton)

	PROGRAMADO	REALIZADO	% EXECUÇÃO
JANEIRO	5.000	9.000	180,00
FEVEREIRO	5.000	0	90,00
MARÇO	10.000	21.954	154,77
ABRIL	10.000	438	104,64
MAIO	10.000	15.284	116,69
JUNHO	10.000	12.782	118,92
JULHO	5.000	6.169	119,32
AGOSTO	10.000	7.778	112,93
SETEMBRO	10.000	20	97,90
OUTUBRO	10.000	4.831	92,07
NOVEMBRO	10.000	6.825	89,56
DEZEMBRO	5.000	12.795	97,88
TOTAL	100.000	97.876	97,87

Produtos da atividade de fiscalização

Produtos	Programado	Realizados	% Execução
Estabelecimentos Fiscalizados	250	232	92,80
Intimação	10	12	120,00
Coleta de Amostras	75	67	89,33
Termo de Suspensão da Comercialização (ton)	50	78,67	157,34
Auto de Infração	20	21	105

NATUREZA DE DESPESA	PROVISÃO RECEBIDA	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADADO
339014.00 (Diárias)	R\$ 39.606,89	R\$ 39.606,89
339033.00 (Passagens)	R\$ 3.282,84	R\$ 3.282,84
339030.00 (Mat. Consumo)	R\$ 23.610,61	R\$ 23.610,61
3390.37.00 (Locação Mão Obra)	R\$ 29.120,00	R\$ 29.120,00
339039.00 (Outros Serviços/P.Jurídica)	R\$ 27.240,00	R\$ 27.240,00
4490.52 (Mat. Permanente)	R\$ 5.970,65	R\$ 5.970,65
TOTAL	R\$ 128.830,99	R\$ 128.830,99

As ações de padronização e classificação foram desenvolvidas com a participação de 05 FFAs, 01 Técnico Agrícola e 01 Classificador que atendeu os 143 municípios do estado do Pará.

Abaixo o quadro da Execução Física das principais ações realizadas.

Referente a este quadro, é oportuno salientar que as metas físicas para o exercício de 2009 foram demonstradas acima quando da análise dos resultados do exercício.

Para o exercício de 2010, há ainda ajustes nas metas SIPLAN,

Quadro da Execução Física das principais Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a realizar em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a realizar 2010
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	8572	Atividade	2	Há	60000	56000		158.801,24	115.607,46	
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	8658	Atividade	2	Unid	18000	41460		70.414,11	70257,98	
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	2134	Atividade	2	Unid	8600	28188		15.138,07	13.338,07	
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	2139	Atividade	2	Unid	185000	369734		Não tem	Não tem	
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	2180	Atividade	2	Unid	4015	4327		120.322,29	120.322,29	
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	2181	Atividade	2	Unid	1489	2319		373.502,45	373.502,45	
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	4738	Atividade	2	Há	124768700	124768700		31.883,83	31.883,83	
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	4842	Atividade	2	Km²	647302	647302		376.927,53	296.403,24	
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0356	8938	Atividade	2	Unid	69	73		224.784,63	214886,41	
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0356	8939	Atividade	2	Unid	95	94		12.345,00	48.452,27	
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0356	4746	Atividade	2	Ton	100000	97870		128.830,99	128.830,99	
Agricultura	Normatização e Qualidade	1426	8606	Atividade	2	Unid				13.744,58	13.744,58	
Agricultura	Normatização e Qualidade	1426	8611	Atividade	2	Unid				15.076,20	15.076,20	
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0375	2179	Atividade	2	Unid	229	441		183.269,13		
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0375	2124	Atividade	2	Unid				3.098,82	3.098,82	
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0375	2141	Atividade	2	Unid	166	169		28.978,39	28.978,38	

2.4.5- Indicadores de Desempenho

Serão apresentados os indicadores das ações estabelecendo um link com o item anterior na ordem dos serviços:

SEDESA

Os indicadores analisados foram das ações que demandaram recursos em 2009 que fazem parte do Programa da Sanidade na Agropecuária conforme estabelecido no PPA 2008-2011 e de suas principais atividades executadas. Desta forma foram utilizados Indicadores de desempenho principais e auxiliares para cada ação, sendo que o primeiro, o principal, está alinhado com o Sistema de Planejamento SIGPLAN e os demais medem a principal atividade da ação no SEDESA/PA.:

PI VIGIFITO

INDICADOR 1: Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2008, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2009 = QR\ 2009 - QP\ 2009$$

$$VA\ 2008 = 28.188 - 8.600 = \mathbf{19.588}$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2008, em percentagem:

$$VR2008 = [(QR2009 : QP2009).100$$

$$\% = (QR2009 : QP2009). 100$$

$$\% = (28.188 : 8.600). 100 = \mathbf{327,76\ \%}$$

INDICADOR 2: Nº de Auditoria Realizada

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2009, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2009 = QR\ 2009 - QP\ 2009$$

$$VA\ 2009 = 110 - 120 = \mathbf{-10}$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2009, em percentagem:

$$VR2009 = [(QR2009 : QP2009).100]$$

$$\% = (QR2009 : QP2009). 100$$

$$\% = (110 : 120). 100= 91,6\%$$

INDICADOR 3: Área sob Vigilância de pragas

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2009, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2009 = QR\ 2009 - QP\ 2009$$

$$VA\ 2009 = 8.792 - 8.792= 0$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2009, em percentagem:

$$VR2009 = [(QR2009 : QP2009).100]$$

$$\% = (QR2009 : QP2009). 100$$

$$\% = (8.792 : 8.792). 100= 100\%$$

➤ Análise de Desempenho

Para aferição do desempenho operacional da ação VIGIFITO calculou-se os indicadores de Eficácia sobre o desempenho das auditorias no controle do trânsito realizado pelo SEDESA e sobre o trabalho da vigilância e controle do trânsito que é realizado nas ULSA's e nos Postos de Fiscalização pela ADEPARA.

Verificou-se que o Serviço de Sanidade Agropecuária apresentou-se eficaz quanto ao cumprimento da meta física 2009 em 91,6%.

Da mesma forma o Trabalho realizado nos Postos fixos da ADEPARA mostrou-se altamente eficaz em relação ao produto Fiscalização Realizada, no controle de fronteiras, apresentando um valor de 327,76%. Deve-se ressaltar que a programação desta meta é realizada pelo Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/MAPA, com base em anos anteriores. Este resultado demonstra o quanto aumentou o fluxo de produtos vegetais nas barreiras sanitárias do Estado, tanto de entrada como de saída do Estado, principalmente frutos cítricos e, que o DSV deverá ajustar para maior a programação para 2010.

PI ERRADMOSCA

INDICADOR 1: Incidência da Praga "Mosca da Carambola"

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2008, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2009 = QR\ 2009 - QP\ 2009$$

$$VA\ 2009 = 124.768.700 - 124.768.700 = 0$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2008, em percentagem:

$$VR2009 = [(QR2009 : QP2009).100$$

$$\% = (QR2009 : QP2009). 100$$

$$\% = (124.768.700 : 124.768.700). 100= 100\%$$

INDICADOR 2: Nº de Supervisão/Fiscalização realizada

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2009, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2009 = QR\ 2009 - QP\ 2009$$

$$VA\ 2009 = 3208 - 3772 = -1090$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2009, em percentagem:

$$VR2009 = [(QR2009 : QP2009).100$$

$$\% = (QR2009 : QP2009). 100$$

$$\% = (3208 : 3772). 100= 85,04\%$$

➤ **Análise de Desempenho**

Para avaliação do desempenho operacional da ação ERRADMOSCA calculou-se a Eficácia para não incidência da Mosca da carambola no Pará, ou seja para a atividade de prevenção e controle que está sendo executada pela a SFA e ADEPARA. O produto, “Área Controlada”, mostra um resultado 100% positivo para o cumprimento da meta de manter todo o Estado livre da praga.

A atividade de supervisão do monitoramento é realizada diretamente pelo SEDESA e tem o objetivo de verificar o controle de qualidade do monitoramento da mosca da carambola executado pela ADEPARA. Os cálculos abaixo mostram que o Serviço de Sanidade Agropecuária teve um desempenho físico de 85,04% em 2009.

Os recursos recebidos foram gastos 100% nas atividades de supervisão do monitoramento, das ações de pós-erradicação da Mosca da Carambola no Vale do Jari e na cooperação Técnica com o Plano de erradicação do Sul do Amapá. Contudo, não foram suficientes para executar 100% a meta programada, sendo necessário ajustar o valor para 2010.

PI PCEVEGETAL

INDICADOR 1: Incidência de pragas Quarentenárias Ausentes no Estado

Fórmula de cálculo: Taxa de sanidade agropecuária para pragas Quarentenárias Ausentes no Estado do Pará

$$\text{TSA} = \frac{124.768.700 + 0}{124.768.700} \times 100 = 100\%$$

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2009, em Quantidade da Meta Física.

$$\text{VA 2009} = \text{QR 2009} - \text{QP 2009}$$

$$\text{VA 2009} = 124.768.700 - 124.768.700 = 0$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2009, em percentagem:

$$\text{VR2009} = \left[\frac{\text{QR2009}}{\text{QP2009}} \right] \cdot 100$$

$$\% = \left(\frac{\text{QR2009}}{\text{QP2009}} \right) \cdot 100$$

$$\% = \left(\frac{124.768.700}{124.768.700} \right) \cdot 100 = 100\%$$

INDICADOR 2: Nº de Supervisão/Fiscalização realizada

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2009, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2009 = QR\ 2009 - QP\ 2009$$

$$VA\ 2009 = 42 - 47 = -5$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2009, em percentagem:

$$VR2009 = [(QR2009 : QP2009).100$$

$$\% = (QR2009 : QP2009). 100$$

$$\% = (42 : 47). 100 = \mathbf{89,36\%}$$

INDICADOR 3: Área Controlada para Pragas Quarentenárias Presentes

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2008, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2009 = QR\ 2009 - QP\ 2009$$

$$VA\ 2009 = 56.000 - 60.000 = -4000ha$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2009, em percentagem:

$$VR2009 = [(QR2009 : QP2009).100$$

$$\% = (QR2009 : QP2009). 100$$

$$\% = (56.000 : 60.000). 100 = \mathbf{93,33\%}$$

➤ **Análise de Desempenho**

Nesta ação o Indicador principal é Incidência de Pragas Quarentenárias Ausentes no Estado cujo produto é Área Controlada, ou seja, área onde a praga não se encontra. Considerando que nesta atividade estão envolvidos diretamente o SEDESA e a ADEPARA, na avaliação de desempenho foi analisada apenas a Eficácia,

tendo em vista que a SFA não tem controle sobre os recursos orçamentários e financeiros utilizados pela Agência de Defesa. E, quanto à este, o Serviço tem se mostrado eficaz uma vez que o Estado do Pará, todo, encontra-se sem a presença de “Pragas Quarentenárias Ausentes” listadas na Instrução Normativa nº 52/2007.

Para a principal atividade realizada diretamente pelo SEDESA, foi estabelecido o Indicador “Nº de Supervisão/Fiscalização realizada”. Nesta atividade o SEDESA teve um desempenho de meta física de 89,36%.

O Indicador “Área Controlada para Pragas Quarentenárias Presentes” indica a área que a ADEPARA trabalha na prevenção e controle das pragas que já estão presentes no País e que ameaçam o Estado de sua introdução. A área trabalhada corresponde principalmente às áreas cultivadas com citros, soja e banana. O resultado mostra um alcance de 93,33%.

Em 2009 parte dos recursos orçamentários e financeiros descentralizados na rubrica 3390-30 foram programados e executados pelo Gabinete da SFA/PA, contudo não foram executados na íntegra por não realização em tempo hábil dos procedimentos administrativos na SFA/PA. Este fato refletiu num resultando do desempenho financeiro da ação de 72,80% , não ocasionado pelo SEDESA (**VERIFICAR SE FICA OU SAI**)

PI VIGIZOO

INDICADOR 1: Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2008, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2009 = QR\ 2009 - QP\ 2009$$

$$VA\ 2008 = 369735 - 185.000 = \mathbf{184.735}$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2008, em percentagem:

$$VR2008 = [(QR2009 : QP2009).100$$

$$\% = (QR2009 : QP2009). 100$$

$$\% = (369735 : 185.000). 100 = \mathbf{199,85 \%}$$

INDICADOR 2: Nº de Auditoria Realizada

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2009, em Quantidade da Meta Física.

VA 2009 = QR 2009 – QP 2009

VA 2009 = 87 – 100 = -13

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2009, em percentagem:

VR2009 = [(QR2009 : QP2009).100

% = (QR2009 : QP2009). 100

% = (87 : 100). 100 = 87%

➤ **Análise de Desempenho**

Para aferição do desempenho operacional da ação VIGIZOO calculou-se os indicadores de Eficácia sobre as atividades de vigilância e Fiscalização do trânsito de animais e de produtos de origem animal realizado pelo SEDESA e ADEPARA e sobre a atividade de auditoria realizada pelo SEDESA sobre o trabalho da vigilância e controle do trânsito que é realizado nas ULSA's e nos Postos

O Indicador “Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras, tem como produto “Fiscalização Realizada”, que é uma meta programada pelo Departamento de Saúde Animal– DSA/MAPA, com base em anos anteriores. Em 2009 os dados apresentados mostrou um desempenho 199,85 %, quase 100% acima do programado. Atribui-se ao resultado a maior organização e informação de dados sobre as fiscalizações realizadas pela ADEPARA, bem como ao aumento de exportações de animais vivos fiscalizados pelo SEDESA.

As auditorias nas ULSA's e nos Postos de Fiscalização da ADEPARA são realizadas concomitante com as auditorias do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, inclusive otimizando os recursos orçamentários e financeiros do PI FEBREAFTOSA. O desempenho apresentado foi de 87%.

PI FEBREAFTOS

INDICADOR 1: Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação

EFETIVIDADE -

AL = $\frac{\text{Área livre no Estado.....}}{\text{área do Estado do Pará}} \times 100 = \frac{647.302...}{1.247.687} \times 100 = 51,88\%$

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2009, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2009 = QR\ 2009 - QP\ 2009$$

$$VA\ 2009 = 647.302\ km^2 - 647.302 = 0$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2008, em percentagem:

$$VR2009 = [(QR2009 : QP2009).100$$

$$\% = (QR2009 : QP2009). 100$$

$$\% = (647.302\ km^2 : 647.302). 100 = 100\ %$$

INDICADOR 2 : Nº de Auditoria realizada

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2009, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2009 = QR\ 2009 - QP\ 2009$$

$$VA\ 2009 = 87 - 91 = -4$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2009, em percentagem:

$$VR2009 = [(QR2009 : QP2009).100$$

$$\% = (QR2009 : QP2009). 100$$

$$\% = (87 : 91). 100 = 95,60\%$$

➤ Análise de Desempenho

Na ação FEBREAFTOSA foram empenhados R\$376.927,53 (trezentos e setenta e seis mil, novecentos e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos) e foram liquidados R\$293.403,24 (duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e três reais e vinte e quatro centavos). Parte dos recursos descentralizados foi para custear a campanha de agulha oficial de Vacinação contra a febre aftosa nos Estados do Amazonas e do Amapá em 2009. De forma que os gastos realizados não correspondem apenas às atividades realizadas pelo SEDESA.

O Indicador de Efetividade para “Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação”, corresponde a existência e o que representa a manutenção da atual Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação no Estado do Pará, em relação área do Estado, 51,88%.

Em 2009 foi programada apenas a manutenção da área tendo em vista o Estado não ter apresentado as

condições necessárias para a expansão da área livre.

Quanto às atividades realizadas diretamente pelo SEDESA, houve uma reprogramação das auditorias inicialmente previstas tendo em vista a intensificação de auditorias na sede da ADEPARA realizadas pelo Grupo de Trabalho Técnico criado para propor o reordenamento dos Programas sanitários da saúde animal. O SEDESA atingiu um desempenho de 95,60% do programado.

PI PCEANIMAL

INDICADOR : Incidência de doenças dos animais no Estado

Fórmula de cálculo: Número de propriedades atendidas para prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2009, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2009 = QR\ 2009 - QP\ 2009$$

$$VA\ 2009 = 36.725 - 18.000 = \mathbf{18725}$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2009, em percentagem:

$$VR2009 = [(QR2009 : QP2009).100$$

$$\% = (QR2009 : QP2009). 100$$

$$\% = (36.725 : 18.000). 100 = \mathbf{204,02\ \%}$$

INDICADOR : Nº de Supervisão/Fiscalização realizada

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2009, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2009 = QR\ 2009 - QP\ 2009$$

$$VA\ 2009 = 279 - 38 = \mathbf{241}$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2009, em percentagem:

$$VR2009 = [(QR2009 : QP2009).100$$

$\% = (QR2009 : QP2009). 100$

$\% = (279 : 38). 100 = 734,21\%$

➤ **Análise de Desempenho**

O principal Indicador desta ação é “Incidência de doenças dos animais” cujo produto é “Propriedade Atendida”. As atividades desenvolvidas contemplam o trabalho da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará e dos profissionais, Médicos Veterinários, habilitados como responsáveis técnicos e para realização de diagnósticos de doenças dos animais, na execução dos demais Programas de prevenção, controle e erradicação de doenças de animais realizado no Estado sob a coordenação e supervisão do SEDESA, como: Programa Nacional de Sanidade Avícola -PNSA, Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose-PNCEBT, Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros -PNCRH, Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos- PNSE.

A meta “ Propriedade Atendida” é inicialmente programada pelo DSA-MAPA com base nos anos anteriores. Para análise do desempenho foi calculada a Eficácia e obteve-se um resultado de 204,02 %. Este resultado demonstra mais uma vez um crescimento dos Programas PNSA, PNCEBT, PNCRH, PNSE no Estado, que antes só havia prioridade para o FEBREAFTOS.

As atividades de Supervisão/Fiscalização contemplam todas as ações de controle realizadas pelo SEDESA, conforme detalhado no quadro 9. O desempenho alcançado em 2009 de 734,21% deve-se ao acompanhamento da ocorrência de Peste Suína Clássica nos municípios de Afuá e Chaves/PA, não previstos na programação inicial.

Dos recursos orçamentários e financeiros recebidos em 2009 houve uma execução de 99,77% com despesas inerentes às atividades de supervisão, reuniões técnicas, cursos e estruturação do Serviço.

VIGIAGRO

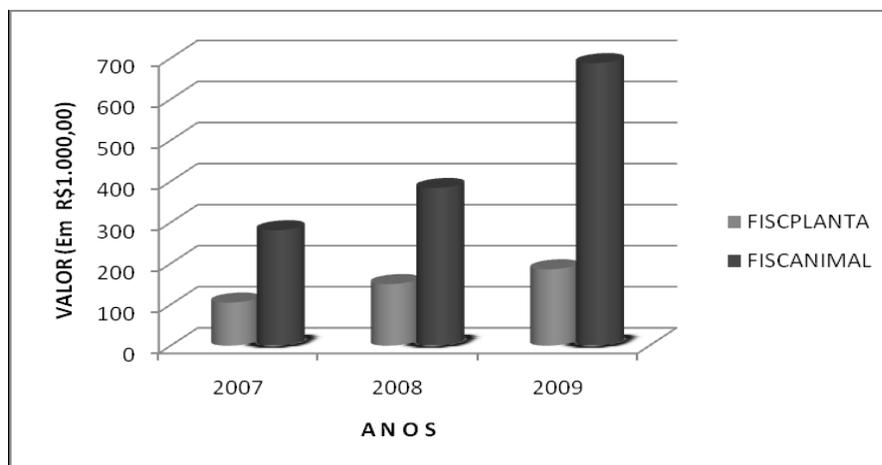
Cabe comentar neste tópico, que as ações da Vigilância Agropecuária Internacional não geram receita pelos serviços prestados, visto que todas as etapas dos processos de certificação na exportação e anuências na importação são executadas sem qualquer custo para os usuários do serviço.

Com relação às despesas, os recursos destinados para custeio e investimento são, em sua maior parte, compartilhada para a manutenção do Serviço e das Unidades, visto que as instalações físicas, pessoal de apoio terceirizado e equipamentos utilizados são comuns às duas ações.

Nos últimos três anos, houve aumento de quase 44% e 60% dos recursos destinados ao custeio e

investimento para as ações Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos, respectivamente, como demonstra o gráfico abaixo:

Evolução dos recursos destinados ao VIGIAGRO/PA: 2007-2009



No quadro abaixo, o detalhamento da evolução das despesas por elemento despesa/ano:

AÇÃO – PI	Elemento de Despesa	Valor (Em R\$ 1,00) – Executado		
		2007	2008	2009
FISCPLANTA	Diárias	50.136,47	60.245,73	52.729,01
	Passagem aérea	35.720,00	42.490,25	24.169,68
	Mat. Consumo	1.533,51	4.543,94	25.148,10
	Out. Serv. – PJ	9.648,00	27.719,68	82.625,50
	Mat. Permanente	6.415,55	13.073,86	0,00
	TOTAL	105.460,53	150.081,46	184.672,29
FISCANIMAL	Diárias	19.767,76	32.288,15	52.032,39
	Passagem aérea	17.900,00	650,45	5.779,53
	Mat. Consumo	689,85	9.196,66	10.400,00
	Out. Serv. – PJ	18.870,00	36.204,79	90.290,53
	Mat. Permanente	12.891,99	6.452,57	156.901,00
	TOTAL	70.119,60	84.792,62	315.403,45

Os recursos financeiros descentralizados para o exercício de 2009 para execução das ações estão demonstrados, por elemento de despesa, no quadro abaixo:

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos Agrícolas.

Quadro Resumo – Recursos Orçamentários e Financeiros – Exercício 2009						
Plano Interno	Elemento de Despesa	Programado	Dotação	Empenhado	Liquidado	Empenho a liquidar
FISCPLANTA	3390-14	52.930,00	52.729,01	52.729,01	52.729,01	0,00

	3390-30	29.130,00	24.169,68	24.169,68	21.666,53	2.503,15
	3390-33	25.240,00	25.148,10	25.148,10	25.148,10	0,00
	3390-37	65.000,00	65.000,00	65.000,00	40.532,79	24.467,21
	3390-39	18.200,00	17.625,50	17.625,50	17.625,50	0,00
		190.500,00	184.672,29	184.672,29	157.701,93	26.970,36
FISCANIMAL	3390-14	58.370,00	52.032,39	52.032,39	52.032,39	0,00
	3390-30	7.070,00	5.779,53	5.779,53	5.779,53	0,00
	3390-33	10.400,00	10.400,00	10.400,00	2.836,47	7.563,53
	3390-37	65.000,00	64.951,53	64.951,53	64.951,53	0,00
	3390-39	28.660,00	25.339,00	25.339,00	25.339,00	0,00
	4490-52	215.000,00	215.000,00	156.901,00	156.901,00	0,00
		384.500,00	373.502,45	315.403,45	307.839,92	7.563,53

Considerando, com base no planejamento para 2009, que os recursos financeiros disponibilizados no transcorrer do exercício foram suficientes ao custeio e manutenção das Unidades, ao deslocamento de Fiscais sediados no Porto e Aeroporto de Belém, tanto para o apoio à fiscalização nas outras Unidades como para viabilizar a participação em eventos nacionais (cursos e reuniões). Houve, porém, entrave administrativo no andamento, em tempo hábil, das solicitações relativas ao apoio na prestação de serviços, sobretudo, na área de informática (manutenção de rede e equipamentos), bem como na **aquisição** de material de consumo e permanente.

Indicadores de desempenho

A certificação e/ou autorização de embarque na exportação e a anuência ou liberação na importação de produtos agropecuários em trânsito como cargas ou bagagens passam por processo de fiscalização de cada partida nos pontos de ingresso/egresso e para tanto, são emitidos termos e despachos definidos no Manual de Procedimentos Operacionais (Instrução Normativa no. 36/2006).

O produto “fiscalização realizada” foi definido como indicador de desempenho por representar as ações do VIGIAGRO, pois se refere à somatória do número de Termos de Fiscalização, Requerimentos para Inspeção de Embalagem de Madeira, Termos de Fiscalização do Trânsito Internacional de Passageiros, Termos de Fiscalização de Bagagem e Encomenda e Termos de Retenção, expedidos nas Unidades.

Esse indicador tem servido como parâmetro para as chefias na tomada de decisões no gerenciamento do Serviço e Unidades, visto que esse dado somado às peculiaridades de cada segmento e aos tipos de produtos/espécies com exportação/importação controlados possibilitam decidir sobre a melhoria e adequação de

infra-estrutura, equipamentos, pessoal, veículos e a utilização de forma priorizada dos recursos financeiros alocados nos Planos Internos, tendo como objetivo final a melhoria do desempenho de cada Unidade no cumprimento das responsabilidades institucionais.

➤ **Análise de Desempenho**

Para medir o desempenho das ações do VIGIAGRO/PA, serão utilizados cálculos de **eficiência** e **eficácia**. Com relação à **efetividade** serão tecidos apenas comentários relativos a estas ações.

Cálculo de Eficiência e Eficácia:

A eficácia das ações será medida pelos resultados alcançados frente ao que foi planejado, utilizando-se como fórmula de cálculo o número de fiscalizações realizadas sobre o número total de fiscalizações programadas no ano:

Eficácia = Executado x 100/Programado.

Já a eficiência será medida pela relação entre os resultados alcançados e os recursos utilizados, utilizando-se a seguinte fórmula:

Eficiência = Variação relativa (%) = [(CUR/CUP)x100]-100, onde:

CUR = Custo Unitário Realizado e CUP = Custo Unitário Programado.

Demonstrativo do cálculo de Eficácia e Eficiência por Ação/PI:

PI	No. de Fiscalizações		EFICÁCIA	Recursos Financeiros (Em R\$1,00)		CUP	CUR	EFICIÊNCIA
	Programadas	Realizadas		Programadas	Realizadas			
FISCPLANTA	4.015	4.327	107,77%	190.500,00	184.672,29	47,44	42,67	-10,05 %
FISCANIMAL	1.489	2.319	162,73%	384.500,00	315.403,15	258,22	136,00	0,52 %
TOTAL	5.504	6.646		575.000,00	500.075,44			

Eficácia - Comentários:

✓ A programação inicial no SIPLAN, é no Módulo Regionalização dos Coordenadores Nacionais (CAN's), que distribuem os valores das metas físicas para os Estados regionalizados. Posteriormente, é possibilitada, aos Coordenadores Estaduais, a correção do inicialmente previsto para essas metas. Em 2009, essas previsões iniciais foram de 3.582 e 808 fiscalizações realizadas para os PIs FISCPLANTA e FISCANIMAL, respectivamente. A correção da previsão inicial foi feita pelo Coordenador Estadual para 4.015 e 1.489 e, foram realizadas, 4.327 e 2.319 fiscalizações, respectivamente. Isso demonstra a dificuldade de se prever o produto desta ação, devido aos fatores que interferem no trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários, já citados em outros tópicos. O percentual de **162,73%**, resultado do cálculo da eficácia da ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito

Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos Pecuários ações é significativamente alto e traduz os já relatados incrementos na exportação de animais e seus produtos.

Quanto a ação da Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos Agrícolas, o percentual de **107,77%** traduz o fato de a meta ter sido programada dentro de um contexto de cumprimento da norma de categorização de risco fitossanitário que evita a interveniência do serviço no processo de exportação para certificação de produtos de categoria zero e 1 (um), exceto quando, comprovadamente, exigida pelo país importador.

Eficiência - Comentários:

A eficiência de um processo, quando maior que 100%, significa que alguma melhoria foi introduzida e houve menor gasto do recurso que o previsto.

O resultado do cálculo da eficiência das ações foi baixo (0,52 %) para a ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos Pecuários e até negativo (-10,05%) para a ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos Agrícolas. Isso significa necessidade de melhoria no processo de planejamento e execução de compras de materiais, equipamentos e serviços.

As despesas relativas a custeio e investimentos tiveram recursos devidamente disponibilizados, mas não foram concluídos processos de compras importantes e de grande monta. De oito processos formalizados para compra de material e serviços, três não foram concluídos, inclusive o de equipamentos de informática. Vale destacar a informação sobre a suspensão de descentralização de recursos no início do 2º. Semestre que, também, provocou atraso na conclusão dos processos. Esses fatos, aliados ao alto percentual de execução das metas físicas, interferem diretamente no resultado da eficiência.

Há necessidade, portanto, de proporcionar melhor preparo do pessoal responsável pela emissão e execução dos pedidos para aquisição de materiais, serviços e equipamento, aliado a necessidade de constante acompanhamento dos processos pelo pessoal do Serviço, ou seja, de maior integração entre as áreas técnicas e administrativas, visto que essa disfunção impacta, ao final, na eficiência das ações da área fim.

EFETIVIDADE

Com relação à **efetividade** das ações, podemos afirmar que as medidas legais de ordem zoofitoquarentenárias referentes ao ingresso/egresso de vegetais, animais, e seus produtos e de controle de qualidade dos insumos agrícolas, vem sendo adequadamente aplicadas pelo Serviço e suas Unidades, possibilitando a interferência nos processos de exportação ou importação para, quando necessário, determinar as correções de não conformidades, cumprindo, desta forma, a missão institucional e os objetivos do Sistema VIGIAGRO.

SEFAG

Os indicadores de desempenho foram calculados para medir, em diferentes aspectos, o comportamento da execução das ações realizadas.

Indicadores obtidos: O quadro abaixo apresenta os indicadores de eficiência e eficácia alcançados, os quais refletem o desempenho das atividades desenvolvidas na fiscalização de produtos destinados a alimentação animal:

TIPO	VALOR*
Indicadores de Eficiência	
Custo unitário realizado (CUR2009)	R\$ 60,84
Custo unitário programado (CUP2009)	R\$ 250,00
Varição absoluta entre o CUR2009 e o CUP2009	- R\$ 189,16
Varição percentual entre o CUR2009 e o CUP2009 (VP2009)	- 75,66%
Indicadores de Eficácia	
Varição absoluta entre o número de fiscalizações realizadas em relação à quantidade programada para 2009 (VAFR2009)	15
Varição percentual entre o número de fiscalizações realizadas e o número de programadas para 2009 (VPF2009)	28,30%

* O sinal negativo em alguns valores indica apenas que houve uma variação para menos do indicador correspondente.

A variação em porcentagem entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado para 2009 (- R\$ 189,16) indica que o custo médio unitário para realizar uma fiscalização foi 75,66% mais baixo que o custo médio unitário programado. Este valor foi fortemente influenciado pela não disponibilização de recursos para aquisição de passagens aéreas em fiscalização.

A variação em porcentagem entre o número de fiscalizações realizadas e o número de fiscalizações programadas para 2009 indica que foram realizados 28,30% mais estabelecimentos que o programado para 2009. Este resultado foi influenciado pela otimização do recurso disponível para as áreas de fiscalização de insumos pecuários (alimentos para animais e produtos de uso veterinário), uma vez que a maioria dos estabelecimentos comerciais fiscalizados comercializa produtos das duas áreas, não sendo descartada a oportunidade em se fiscalizar produtos de área de alimentos para animais quando, no deslocamento dos servidores, foram utilizados recursos da área de produtos de uso veterinário (PI-FISPROVET).

➤ **Análise de Desempenho**

A fiscalização em estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais foram prejudicadas, sobretudo pelo número insuficiente de Fiscais Federais Agropecuários dedicados ao PI-FISCINAN. Verifica-se que embora o principal produto da ação seja a “fiscalização realizada”, é intensa a atividade de escritório, verificada pelo número de informações técnicas emitidas, as quais são resultado de análises de processos, pareceres, programações, registros de estabelecimentos e produtos, etc. Atualmente, somente um FFA executa, com dedicação exclusiva, as ações de fiscalização de insumos destinados a alimentação animal no Estado do Pará, que possui 20 (vinte) estabelecimentos fabricantes (rações, suplementos, e ingredientes de origem vegetal), 16 (dezesesseis) matadouros-frigoríficos produtores de ingredientes de origem animal, 01 (um) importador de suplementos e cerca de 340 (trezentos e quarenta) estabelecimentos comerciais localizados em todo o Estado.

SEPDAG

Foram utilizados como indicadores de desempenho operacional das ações desenvolvidas pelo SEPDAG/DT/SFA-PA o número de produtores atendidos e pessoas beneficiadas, tendo como resultado o beneficiamento de **126.651** pessoas beneficiadas.

Utilizamos o PI DESENGORG para avaliação dos resultados visto ser o único PI do serviço que é programado pela coordenação nacional e incluído no SIPLAN para registro dos resultados programados e realizados.

EFICIÊNCIA: Custo de uma unidade do produto da ação em relação à estimativa inicial.

Custo Unitário Realizado em 2009 (CUR):

CUR= CR2009/QR2009

CUR= 8.852, 74/6.433

CUR= R\$ 1, 37

Custo Unitário Programado em 2009 (CUP):

CUP= CP2009/QP2009

CUP= 11.000, 00/400

CUP= R\$ 27, 50

Varição Absoluta (VA) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2009:

VA2009= CUR2009 – CUP2009

VA= R\$ 1, 37 – R\$ 27, 50

VA= (R\$ 26, 13)

Varição Relativa (VR) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2009

VR= (CUR2009/CUP2009 X 100) – 100

VR= (1, 37/ 27, 50 X 100) – 100

VR= 95,01%

EFICÁCIA: Número de Unidades de Produção da ação realizadas em relação à meta física programada.

Varição absoluta (VA):

VA= QR2009 – QP2009

VA= 6.433 – 400

VA- 6.033 pessoas beneficiadas

Varição Relativa (VR):

VR= (QR2009/QP2009 x 100) – 100

VR= (6.433/400 X 100) – 100

VR= 1.508.25%

➤ Análise de Desempenho

Os resultados obtidos foram significativos, o que reflete o esforço da equipe do Serviço de Políticas e de Desenvolvimento Agropecuário para o alcance de resultados em favor do agronegócio do Estado do Pará através dos Programas disponibilizados pelo Ministério da agricultura, Pecuária e do abastecimento.

SIPAG

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SIPAG/DT/SFAPA, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com as orientações contidas no documento “Técnicas de auditoria – Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos”, publicado em 2000 pelo TCU. Os indicadores foram criados objetivando a princípio, a análise de três dimensões: eficiência, eficácia e efetividade.

PI: INSPANIMAL3.

Eficiência: (custo total/nº de inspeções realizadas).

Eficiência = 84.068,21 / 73 = R\$ 1.151,62(custo unitário).

Eficácia: (executadoxprogramado) x 100= % de estabelecimento inspecionado no ano

Eficácia = 73/ 69 X 100 = 105,80 %.

Efetividade: (índice de conformidade dos produtos inspecionados – análise laboratorial).

Efetividade: 703 / 714 X 100 = 98,46%.

➤ **Análise de Desempenho**

Ao interpretarmos os avanços obtidos na gestão/09 na INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - IISPOA/SIPAG/DT/SFA/PA vemos, tal qual ao exercício anterior, uma crescente demanda, relativa às ações, produtos e metas estabelecidas uma vez que, com a manutenção do status sanitário do Estado, mais indústrias foram implantadas, novos mercados foram atingidos, houve novas contratações melhorando o corpo técnico e um aprimoramento em nossas atividades de tal maneira que os objetivos traçados foram alcançados de forma significativa o que é óbvio ao observar-se o alcance de um percentual expressivo na **efetividade** uma vez que o **índice de conformidade (98,46%)** alcançado sugere que a ação fiscal está sendo relevante à oferta de produtos de qualidade ao consumo, combinado a crescente adequação das indústrias, sob a nossa égide, aos padrões de qualidade total condicionados nos acordos multilaterais da comercialização o que também influencia o mercado interno combinado a crescente especialização do quadro funcional do SIPAG-PA.

Ao consideramos o universo programado como metas objetivando a melhoria de qualidade de vida motivada pela manutenção da saúde em níveis aceitáveis e o combate à fraude econômica, observamos de forma concreta os seguintes avanços:

1. A utilização dos recursos de forma coerente e otimizada com o devido acompanhamento com um **custo unitário (R\$ 1.151,62) para o universo de atividades que compõem a fiscalização agropecuária**, considerado bom, o que denota **eficiência** na execução das metas, as quais obedeceram uma nova configuração na relação de atividades atribuídas ao SIPAG-PA numa nova roupagem na nomenclatura do sistema de gerenciamento de recursos, fatos que levaram o técnico a exceder a fiscalização rotineira de outrora, o que é visível na forma de utilização dos recursos disponibilizados, no controle efetivo do custeio com o devido direcionamento da provisão recebida e do valor empenhado e liquidado dentro de um módulo de programação com os objetivos e produtos bem especificados;
2. O estreitamento nas parcerias levando a Superintendência Federal de Agricultura no Pará –

SFA/MAPA/PA ao redirecionamento do serviço e um maior alcance dos resultados perfazendo assim um reflexo positivo na sociedade;

3. O aprimoramento dos sistemas de informações gerenciais no serviço e a maior integração dos trabalhos viabilizada pelo entendimento intersetorial e hierárquico o que facilitou a liberação e a melhor utilização dos recursos;
4. A melhor transparência do serviço tanto na execução do programado, quanto na divulgação dos resultados;
5. A criação da consciência fiscal e sua influência no consumidor, na busca da perpetuação do trinômio: inspeção x fiscalização x qualidade;
6. A maior participação dos técnicos do SIPAG-PA em atividades e eventos nacionais, específicos do serviço, o que contribui para a vivência nacional e a representatividade do serviço nas outras instâncias e instituições parceiras;
7. Maior abrangência das ações do SIPAG-PA em nível regional contribuindo para o avanço do agronegócio do Estado e efetivamente do nosso país.

O fato de atingirmos percentuais acima do computo total (**105,80%**), considerados os produtos e metas programadas, torna **eficaz** as nossas ações e nos compromete a um futuro de maiores desafios o que sugere acompanhar o avanço tecnológico dos elementos aplicados na “fraude intencional” e aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos; otimizar o tempo ao estudo de meios analíticos para a solução de problemas gerais e específicos; superar as dificuldades do baixo conhecimento do operacional nas áreas de implantação das indústrias e influenciar a profissionalização da representação técnica e legal das indústrias; adequar a utilização de recursos à realidade regional e nacional; promover o interesse do público interno e externo à área de atuação provocando inclusive o aprimoramento das relações interinstitucionais e o aperfeiçoamento das parcerias levando a racionalização do uso dos recursos e a adequação dos acordos de cooperação técnica; revisão dos procedimentos buscando elevar a qualidade do serviço prestado à sociedade.

PI: IPVEGETAL

- **CUSTO UNITÁRIO DE INSPEÇÃO/FISCALIZAÇÃO DE CAMPO (IN LOCO)**

R\$8.578,80 – 1.082,87(D c/ curso) + 1.322,53(S/30) + 178,00(S/39) + 1.406,00(P/33)= R\$10.402,46 : 94(INSP.) =
R\$110,66

Nota: **D** = Diária / **S** = Suprimento de Viagem / **P** = Passagens

EFICIÊNCIA “E” = (CUSTO TOTAL DE DESLOCAMENTO (¹) / Nº DE INSP. REALIZADAS)

➤ **E = R\$10.402,46 / 94 CUSTO UNITÁRIO DE R\$110,66**

(¹) Composto pelo Somatório de: Diárias + Passagens + Suprimentos de Viagens Aplicados.

EFICÁCIA “EF” = (META FÍSICA EXECUT. / PROGR.) x 100 = % ESTAB. INSPEC. P/ ANO

EF = 94 : 100 x 100 = 94 %.(PERC. DE EST. INSP. P/ ANO).

➤ **Análise de Desempenho**

A relação custo/benefício referente à execução das ações e atividades de inspeção e fiscalização de bebidas em geral, realizadas pelo SIPAG/DT-PA (MAPA), em 2009, foi de **R\$110,66/estabelecimento inspecionado/fiscalizado**. Índice este, bem abaixo do valor oficial de uma diária para deslocamento interno de servidor do Governo Federal. Que, se levamos em consideração a necessidade média de 01 (um) dia inteiro para se inspecionar e/ou fiscalizar por completo uma indústria de porte médio a grande, aliada as dimensões continentais, as peculiaridades e carências de infra-estrutura rodoviária, aérea e fluvial para o interior, a precariedade da malha viária existente e do sistema de transporte sob concessão pública no Estado do Pará, pode-se concluir que se trata de um índice técnico e econômico-financeiro considerado bom a ótimo, devido à eficácia que a inspeção federal representa à sociedade, haja vista, a exigência de Padrão de Identidade e Qualidade – PIQ, oficial, logicamente, e permanente controle de qualidade dos produtos produzidos e ofertados no comércio interno e de exportação.

Cabendo registrar, também, que isso se deu em razão do bom desempenho em termos de produtividade por deslocamento, pois, apesar do pequeno número de Fiscais Federais Agropecuários em exercício na Área de Vinhos e Bebidas do SIPAG/DT-PA, 02 (dois) apenas, e por via de consequência o reduzido número possível de deslocamentos para o interior do Estado com fins de inspeção e fiscalização **In Loco** de estabelecimentos industriais registrados ou não no MAPA, haja vista, a necessidade e imprescindibilidade de se conciliar à fiscalização no interior com o atendimento diário requerido pelos clientes internos e externos, localizados na capital e na Região metropolitana, e ainda assim, se executou 94% (noventa e quatro por cento) das metas físicas programadas para o exercício de 2009. Como tarefa intrínseca da inspeção e fiscalização se operou o trabalho de verificação da produção propriamente dita, englobando-a da recepção da matéria prima até a expedição dos produtos acabados, bem como a amostragem de produtos ainda dentro dos estabelecimentos produtores e envasilhadores, de todas as envergaduras, complexidades e finalidades, quais sejam: De bebidas não alcoólicas, alcoólicas, inclusive por misturas, polpas de frutas, vinhos e derivados da uva e do vinho e de fermentados acéticos, as quais foram imediatamente identificadas e encaminhadas a laboratórios integrantes da rede LANAGRO/MAPA para análise laboratorial oficial fiscal ou de controle industrial, de importação e exportação, conforme o caso, possibilitando-se dessa maneira uma análise comportamental e evolutiva do empresariado paraense do ramo de

bebidas em relação ao conhecimento e adoção de tecnologias, econômico, mercadológico, legal e demais normas oficiais reguladoras das atividades e, por conseguinte, a oferta com segurança de bebidas com Padrão de Identidade e Qualidade – PIQ, oficial, sem se prescindir da imprescindível sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Considerando-se a existência 144 estabelecimentos industriais de bebidas registrados no SIPAG/DT-PA, no final de 2009, e aproximadamente 2.500 diferentes tipos de produtos, 94 inspeções/fiscalizações representam 65% (sessenta e dois por cento) do total, o que vale dizer que em termos de estatística aplicada é um percentual que reflete a realidade do setor com confiabilidade e pequena margem de erros, cujos dados levantados e compilados podem e devem ser considerados e utilizados na revisão, ampliação, reformulação e formulação de novas políticas públicas de todas as esferas de governo para apoio, incentivo e crescimento sustentável das diversas cadeias produtivas e industriais de bebidas não alcoólicas e alcoólicas no Estado e na Região, para que de fato, possibilite um aumento da geração de emprego, renda e arrecadação de divisas tão importantes para ajudar no equilíbrio da balança comercial brasileira na área do agronegócio. **(RETIRAR)**

Também torna-se imprescindível ressaltar que o parque industrial de bebidas localizado no Estado do Pará, ainda está muito voltado para produção e exportação de polpa de frutas regionais (**matéria prima bruta**) sem qualquer agregação de valor, com destaque para o açaí produzido e envasilhado em tambores de 200kg, com destino à Europa, Estados Unidos, Japão e, poucos Estados brasileiros. Refrigerantes, sucos, néctares e cervejas, com raras exceções ainda é privilégio de grandes grupos econômicos brasileiros e internacionais aqui recentemente instalados.

PI: PADCLASSIF

ECONOMICIDADE: mede o grau de minimização dos custos incorridos na execução de uma ação, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Refere-se à capacidade de uma Instituição de gerir adequadamente os recursos financeiros colocados a sua disposição.

Fórmula: $VACTR = CR2009 - CR2008$ sendo: VACTR = variação absoluta entre o custo total realizado em 2009 e o custo total realizado em 2008

VACTR = R\$ 128.830,99 - R\$ 49.972,12

VACTR = R\$ 78.858,87

EFICIÊNCIA: foi calculada para algumas **atividades** executadas, sendo definida como a relação entre os produtos

gerados por uma atividade e o custo dos insumos empregados para tal num determinado período de tempo mantendo-se a qualidade do serviço.

Fórmula:

Eficiência = $\text{Custo Total(R\$)} \times 100 / \text{n}^\circ \text{Produtos Obtido}$

Eficiência = $\frac{\text{R\$ } 117.479,30 \times 100}{97.876 \text{ toneladas}}$

Eficiência = 120,00%

EFICÁCIA: foi determinada para as **atividades** executadas, sendo consideradas como o grau de alcance das metas programadas, num determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados, ou seja, a relação percentual entre o executado e o programado para cada atividade.

Fórmula: **Eficácia** = $\frac{\text{Executado}}{\text{Programado}} \times 100$

Eficácia = $\frac{97.876 \text{ ton} \times 100}{100.000 \text{ toneladas}}$ **Eficácia = 97,87%**

➤ **Análise de Desempenho**

Segundo mostra o quadro acima, foi descentralizado para o PI PADCLASSIF o valor total de R\$ 128.830,99 entre todos os elementos de despesas para atender despesas com Reuniões Técnicas, Projeto Castanha-do-Brasil, e efetiva Fiscalização da Classificação Vegetal no Estado do Pará, assim como despesas para aquisição de materiais permanentes e serviços de reforma do prédio do SIPAG/CLASSIFICAÇÃO VEGETAL.

Considerando o indicador de ECONOMICIDADE, observamos que obtivemos uma variação absoluta positiva no custo total de R\$ 78.858,87 no exercício de 2009, considerando-se os recursos financeiros recebidos no ano de 2008.

Quanto ao indicador de EFICIÊNCIA, atingimos uma variação percentual de 120,00% em relação ao

custo total e a execução física realizada em 2009.

Quanto ao indicador da EFICÁCIA, obtivemos 97,87% de atingimento da meta programada para 2009 na Ação Fiscal desenvolvida no Estado do Pará.

Ressaltamos que no exercício de 2009, tivemos uma variação relativa de 42,53% de recursos financeiros recebidos para efetivação fiscal no Estado do Pará, em relação aos recursos financeiros recebidos em 2008, fato este que demonstra significativo crescimento para melhor desempenho da fiscalização no Estado do Pará garantindo a qualidade, assim como, a segurança alimentar dos consumidores.

3 - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, SOB OS ASPECTOS:



Composição dos Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos – situação apurada em 31/12/2009			
Regime ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutário		0	
Próprios	252	252	
Requisitados	0	0	
Celetistas	16	16	
Cargos de livre provimento	259	259	
Estatutários	243	243	
Não Estatutários	16	16	
Estagiários	11	11	
Terceirizados	58	58	
Total	580	580	*

*Ver Quadro de análise crítica

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios 2007, 2008 e 2009

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Estatutários (inclusive os cedidos com ônus)	281	8106471,64	289	8992217,52	286	11.353,368,21
Celetista (inclusive os cedidos com ônus)	0	0	0	0	16	757009,05
Total de Pessoal Próprio	281 (***)	8106471,64	289		290	12110377,26

(*) Dados extraídos do SIAPE até dezembro/2009

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Cargo em provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)	0	0	01	31.195,68	01	8.084,13

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício com ônus para a UJ	0	0	0	0	0	0
Pessoal Requisitado em exercício sem ônus para a UJ	05	0	05	0	04	0
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	05	0	05	0	04	0

Quadro Terceirizado

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde.	Custo	Qtde.	Custo	Qtde.	Custo
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	63	901.727,72	55	933.600,00	42	1.633.358,49
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	32	483.863,49	32	487.092,00	28	799.382,11
Pessoal Terceirizado Outras atividades	0	0	0	0	0	0

Atividades de Área Fim	0	0	0	0	0	0
Estagiários	28	99.333,20	05	27.560,00	11	70.800,00
Total Pessoa Terceirizado + Estagiários	123	1.484.924,41	92	1.448.192,00	81	2.432.740,60

➤ **Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos instituídos pela Unidade.**

A Unidade não possui indicador gerencial.

➤ **Análise crítica sobre a situação dos Recursos Humanos.**

A SFA/PA tem sob sua responsabilidade cinco Programas Finalísticos e um Programa de Apoio compondo trinta e duas ações com ramificações, sendo geridas por cinco serviços.

Para a operacionalização destas ações, há a necessidade de uma reavaliação e readequação dos recursos humanos, vez que a lotação atual não atende de forma satisfatória as demandas da área fim, cujo déficit será demonstrado abaixo.

Relativo a área meio, a lotação atual atende bem nos seus diversos segmentos.

É oportuno salientar que nos Relatórios de Gestão referente aos exercícios de 2007 e 2008, foi computado a força de trabalho do LANAGRO, apesar de tratar-se de outra Unidade Gestora. Para o exercício de 2009, o LANAGRO fez constar do seu Relatório de Gestão, o seu quadro de pessoal.

Serviços	Lotação Ideal				
	Fiscal Federal Agropecuário	Agente/Auxiliar Administrativo	Agente Inspeção	Engenheiro Agrônomo	Estagiário
Serviço de Inspeção Animal e Vegetal - SIPAG	29	10	07	0	01
Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA	02	04	0	01	1
Serviço de Fomento Agropecuário - SEFAG	13	02	0	01	0
Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO	10	01	01	0	0
Total:	54	17	08	01	01

4- RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

(Anexo II e X da DN-TCU – 93/2008)

“não houve ocorrência no período”

5 - RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Anexo II da DN TCU 93/2008)

Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi

Ano Inscrição	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	858.360,49	92.274,83	1.083.871,90	-	858.360,49	92.274,83	1.083.871,90	-
2008	205.237,30	0,0	188.002,71	17.234,59	1.058.154,78	0,0	578.114,29	27.348,16
2009	224.659,11	00	220.295,24	4.363,87	768.294,56	1.300,00	451.602,01	124.258,83
Total	1.288.156,80	92.274,83	1.492.169,85	21.598,46	2.684.809,83	93.574,83	2.113.588,20	151.606,99

Nota:

- Devem ser informados os valores constantes do Siafi dos últimos três exercícios;
- O quadro deve ser complementado por uma análise abordando:
- as razões para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro; discriminação de valores referentes a restos a pagar que permanecem no sistema sem que porventura sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

6 - DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIA (RECEBIDA E REALIZADA) NO EXERCÍCIO

(Anexo II da DN TCU 100/2009)

Transferências (convênios e outros tipos)

Tipo*	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total Pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	525363	Processo: 70230.000006/2005-71 5º Termo Aditivo, ao convênio MAPA-ADEPARA Nº 001/2005 Assinatura: 30/06/2009 Vigência: 30/06/2009 a 31/12/2009	Prorrogação da vigência do convênio para 31/12/2009, constante na clausula nona, do convênio MAPA/SFA-PA nº 001/2005 . Alteração e reformulação do plano de trabalho/plano de aplicação do 4º Termo Aditivo., visando a Continuação da Ampliação e Manutenção do Sistema Unificado de Atenção a Saúde Animal no Estado do Pará.	13/07/2009	4.570.052,93	sem recursos adicionais	810.000,00	Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará CNPJ: 05470347/000/-11	Vigiu em 31/12/2009 Está aguardando prestação de contas e está sendo Auditado para relatório final de acompanhamento do convênio
1	596608	Processo: 21030.000711/2007-81 Convênio nº 0001/2007 Assinatura: 7/12/2007 Vigência: 21/2/2009	Convênio objetivando a continuação e ampliação dos programas de sanidade vegetal do Estado do Pará	11/12/2007	1.430.000,00	0	130.000,00	Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará CNPJ: 05470347/000/-11	Apresentado Prestação de contas em abril de 2009 Encerrado Com os objetivos Físicos alcançados
1	630495	Processo: 21030.001166/2008-21 1º Termo Aditivo do convênio MAPA-	Prorrogar prazo de vigência do convênio MAPA/SFA-PA Nº	09/07/2009	1.587.630,50	sem recursos adicionais	158.900,00	Agência Estadual	Apresentado prestação de contas em fevereiro de

		ADEPARA Nº 001/2008 Assinatura: 26/06/2009 Vigência: 31/12/2009	001/2008 para 31/12/2009 , alteração e ampliação de etapas de metas, para continuação e ampliação de projetos de vigilância, monitoramento e combate às pragas, como sigatoka negra, mosca negra dos citros, mosca da carmbola entre outras.Reformulação do plano de trabalho/plano de aplicação do Termo Inicial.					de Defesa Agropecuária do Estado do Pará CNPJ: 05470347/000/- 11	2009. Está sendo Auditado para relatório final de acompanhamento do convênio
2	-	Processo: 21030.002390/2008-31 Termo de Cooperação Técnica MAPA/ADEPARA/DIAGRO nº 001/2008 Assinatura: 24/12/2008 Vigência: 02/01/2010 - 01 ano contados a partir de sua publicação no Diário Oficial da União	Estabelecer a cooperação técnica entre o MAPA, DIAGRO e ADEPARA para o apoio técnico à execução das políticas de promoção da sanidade e da Vigilância Agropecuária no Estado do Amapá em conformidade com o SUASA	02/01/2009	Não envolve recursos financeiros	Não envolve recursos financeiros	Não envolve recursos financeiros	-Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará CNPJ: 05470347/000/- 11 -Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá CNPJ:	Em fase de renovação

Obs: Tipo de transferência: 1 - convênio, 2 - acordo, 3 - ajuste, 4 - parceria, 5 - subvenção, 6 – auxílio, 7 – contribuição ou 8 - outros.

No último caso, mencionar outros tipos de transferências que não envolvam recursos financeiros, tais como transferências de materiais ou acordos de cooperação técnica, desde que tais atos de gestão sejam relevantes para avaliação da gestão da unidade jurisdicionada. Neste caso, nem todos os campos serão objeto de preenchimento obrigatório.

**** Situação da avença:** efetuar, quando for o caso, os seguintes registros:

Observação 1: no caso de instauração de processo administrativo para sindicância ou de TCE, informar:

- número do processo;
 - fato que originou;
 - identificação da unidade ou do responsável pela apuração;
 - identificação dos responsáveis (nome, CPF e cargo/função);
 - valores originais e datas de competência; e
- situação do processo (providências adotadas e a adotar, inclusive quanto à suspensão de transferência, prazo de conclusão do processo etc).

Observação 2: no caso de convênio com saldo de VALORES A LIBERAR, com vigência expirada, comentar os motivos estruturais ou situacionais que determinam a pendência, bem como o plano de liberação ou cancelamento.

Observação 3: no caso de convênio com SALDOS A APROVAR, com vigência expirada, comentar os motivos estruturais ou situacionais que determinam a pendência, bem como o plano de finalização da análise.

Observação 4: no caso de convênio com SALDOS A COMPROVAR, com vigência expirada, relatar os motivos estruturais ou situacionais que determinam a pendência, a ocorrência ou não de notificação ao conveniente e inscrição em inadimplência, mencionando as datas e os números dos respectivos expedientes, ou justificar a falta de notificação ou de inscrição em inadimplência.

7- FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

“não houve ocorrência no período”

8- RENUNCIA TRIBUTÁRIA

“não houve ocorrência no período”

9- DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFÍCIOS DIRETOS DA RENUNCIA – (Anexo II da DN TCU 100/2009)

“não houve ocorrência no período”

10 - RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

(Anexo II da DN TCU 100/20098)

Nota Técnica nº 260/2010/CGU – Regional Pará/CGU/PR

Assunto: Revisão do Plano de Providência Permanente da SFA/PA relativa às recomendações do Relatório de Auditoria nº 224901

Ocorrências:

1. Programa 0357 : SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA

Constatação 012 – Ação: 2134 – Vig. Fiscaliz. do Trânsito Interestadual de Vegetais - VIGIFITO

Recomendação 001 – “Recomendamos a SFA/PA que implemente mecanismos efetivos de revisão de seu planejamento anual, com o objetivo de mitigar as dificuldades apresentadas para a consecução anual das metas definidas, visando evitar a ocorrência de distorções entre o planejado e o efetivamente realizado”.

Recomendação 002 – “Recomendamos a SFA/PA que defina o principal indicador para a aferição do desempenho operacional da 2134 – PI VIGIFITO, fazendo alinhamento da série histórica, para que o mesmo possa ser utilizado como ferramenta gerencial.

Manifestação da Unidade:

Recomendação 001: Planejamento Anual

O Planejamento das ações para 2009 seguiu o modelo do Planejamento estratégico do MAPA , onde são definidos os objetivos e resultados estratégicos.

As atividades foram programadas de acordo com a capacidade operacional do SEDESA. Contudo, alguns entraves imprevistos afetam o inicialmente programado afetando o desempenho das metas. Visando diminuir as distorções entre o previsto inicial e o efetivamente realizado, em 2009 adotamos o PREVISTO CORRIGIDO, como forma de adequar a capacidade operacional. Os Quadros 1 a 4 apresentam o Planejamento do SEDESA para 2009.

Foram definidos os Indicadores para o SEDESA de acordo com orientações do TCU- Brasília, para que seja adotado como INDICADOR PRINCIPAL os Indicadores utilizados pelo MAPA no PPA2008-2011, informados no SIPLAN e, INDICADORES AUXILIARES como as principais atividades executadas pelo Serviço.

Desta forma, estão definidos no Quadro 5 todos os Indicadores das ações realizadas direta e indiretamente pelo SEDESA.

Planejamento Estratégico 2009 / Objetivos estratégicos para Sanidade Vegetal

ATIVIDADES	Responsabilidade
1- Articular com o Estado para caracterização e manutenção de áreas livres de pragas e/ou Sistemas de mitigação de risco de pragas	
1.1. Sensibilização de produtores	SFA/ADEPARA
1.2. Levantamentos Fitossanitários	SFA/ADEPARA
1.3. Elaboração de Relatórios	SFA/ADEPARA
1.4. Auditoria para caracterização	SFA/DSV
1.5. Supervisão	SFA
1.6. Auditoria para Manutenção	DSV/SFA
2- Executar Programas de Controle e Prevenção de Pragas	
2.1. Delimitar área	ADEPARA
2.2. Monitorar nível populacional/incidência	ADEPARA
2.3. Implementar Medidas de Prevenção e Controle	ADEPARA
2.4. Comunicar ao DSV o status da área	SFA
3- Fortalecer o Serviço Oficial de Defesa Vegetal	
3.1. Diagnóstico da estrutura estadual	DSV/SFA/ADEPARA
3.2. Elaboração da proposta do convênio com base no diagnóstico e na avaliação da capacidade fitossanitária	SFA/ADEPARA
3.3. Melhorar sistema de acompanhamento de resultados finalísticos do convênio	SFA/ADEPARA
3.4. capacitação	DSV/SFA
4- Definir Rotas de Risco	
4.1. Elencar pragas prioritárias	SFA/ADEPARA
4.2. Identificar principais origens e destinos de produtos de maior risco	SFA/ADEPARA
4.3. Identificar principais rotas de trânsito	SFA/ADEPARA
4.4. Identificar pontos estratégicos para barreiras fitossanitárias	SFA/ADEPARA
4.5. Aplicar medidas fitossanitárias nas barreiras interestaduais	ADEPARA
5- Certificação Fitossanitária	
5.1. Habilitação de Responsáveis Técnicos para certificação de produtos hospedeiros de pragas de interesse nacional.	ADEPARA
6- Educação Sanitária	
6.1. Implantação de Programa de Educação Sanitária na Defesa Vegetal	SFA/ADEPARA
7. Capacitação	
7.1. Participação em eventos de capacitação/Reunião Técnica	SFA

Quadro 2 – Planejamento Estratégico para Sanidade Vegetal exercício 2009

AÇÃO	ATIVIDADE	ONDE	INDICADOR	PROGRAMAÇÃO META		TOTAL Meta Física	TOTAL Meta Financeira
				FÍSICA			
				Previsto inicial	Previsto Corrigido		
1 - Articular com Estados e Municípios para manutenção de Sistemas de Mitigação de Risco para as pragas Sigatoka negra e Moko da Bananeira							R\$158.801,24
1.1.Sensibilização da Cadeia Produtiva	Reunião com Produtores	Oeste e Sudeste	Nº de reuniões	7		7	R\$158.801,24
1.2.Levantamentos Fitossanitários	Supervisão dos levantamentos de delimitação do moko e da sigatoka Negra em UPs inseridas no SMR.	Sudeste	Área controlada (ha)	6.000		6.000	
	Supervisão dos levantamentos de detecção, delimitação, monitoramento do moko e da sigatoka Negra, em áreas não inscritas no SMR.	Nordeste Oeste	Área controlada (ha)	1500		1500	
1.3.Elaboração de Relatórios	Enviar relatórios trimestralmente do SMR ao DSV	Belém		4		4	
1.4.Avaliação	Análise de processos de Sistemas de Mitigação de Risco para sigatoka negra	Belém	Nº de processos analisados	10		10	
	Controle dos mapas referentes a distribuição do moko e sigatoka negra	Belém		1		1	
1.5.Auditoria para Caracterização e Manutenção	Auditoria em UPs e UCs para credenciamento no SMR	Oeste e Sudeste	Nº de auditorias/ Fiscalização	10		10	
	Elaboração de Parecer Técnico para credenciamento das UPs e UCs	Belém		10		10	
	Fiscalização nas UPs e UCs para manutenção no SMR			45		45	
2 - Executar Programas de Controle e Prevenção de Pragas							

2.1. Levantamento para detecção, delimitação de área	Supervisão dos levantamentos de detecção de pragas do citros no Estado do Pará (<i>Guignardia citricarpa</i> , <i>Xanthomonas axonopodis</i> pv. citri, morte súbita, <i>Candidatus Liberibacter</i>)	Todo Estado	Área prevenida (ha)	12.700		12.700	
	Supervisão dos levantamentos de delimitação da mosca negra dos citros	Nordeste, Oeste	Área controlada (ha)	12.700		12.700	
	Supervisão dos levantamentos para detecção da ferrugem asiática da soja e nematóide do cisto	Oeste, Nordeste, Sudeste e Sudoeste	Área prevenida (ha)	20.000		20.000	
	Supervisão dos levantamentos de detecção da praga <i>Sinoxylon conigerum</i> em áreas de cultivo de teca no Estado do Pará	Sul e Sudeste	Área prevenida (ha)	6.000		6.000	
	Supervisão de levantamento de detecção da monilíase do cacauzeiro.	Oeste e Xingu	Área prevenida (ha)	600		600	
2.2. Implementar Medidas de Prevenção e Controle	Supervisionar as ações de controle biológico da mosca negra dos citros realizadas pela UFRA	Belém, Nordeste do Pará	Nº de supervisões/fiscalização	3		3	Recursos da ação PCEVEGETAL
	Supervisão/Fiscalização das medidas de prevenção e controle realizadas pela ADEPARA.	Todo Estado	Nº de supervisões/fiscalização	2		2	
	Participar como instrutores em palestras educativas, cursos e treinamentos.	Todo estado	Nº de cursos, treinamentos e palestras	2		2	
	Acompanhar as ações de educação sanitária implantadas pela ADEPARA.	Todo estado		2		2	
	Supervisão do Vazio Sanitário para Ferrugem Asiática	Oeste, Nordeste, Sudeste e Sudoeste	Nº de supervisões/fiscalização	2		2	

2.3. Declarar e comunicar status da área	Declarar ao DSV o status fitossanitário do Estado do Pará em relação às pragas <i>Guignardia citricarpa</i> , <i>Xanthomonas axonopodis</i> pv. citri, <i>Candidatus Liberibacter</i> , <i>Sinoxylon conigerum</i> , <i>Bactrocera carambolae</i> , Ácaro vermelho e Monilíase do cacauero	Belém	Relatório emitido	1		1	
2.4. Monitorar nível populacional / incidência	Supervisão e fiscalização do monitoramento da Mosca da Carambola	Marajó, Belém, Nordeste e Oeste	Nº de supervisões/ fiscalização	2032		2032	R\$31.883,83
	Supervisão do monitoramento e das ações de combate da praga no Vale do Jari	Vale do Jari		2270	1.740	1.740	
3 - Fortalecer Serviços Oficiais de Defesa Vegetal							00,00
3.1. Elaboração da proposta do convênio com base no diagnóstico e na avaliação da capacidade fitossanitária	Reunião com a ADEPARA para discutir as propostas do Plano de trabalho do convênio	Belém		3		3	00,00
	Emissão de Parecer de Viabilidade Técnica	Belém		1		1	
	Atualizar o plano de auditoria do convênio 2009	Belém		1		1	
	Envio para ADEPARA dos relatórios das auditorias realizadas	Belém		3		3	
	Reunião com a ADEPARA para discussão da execução das metas do plano de trabalho.	Belém		3		3	
3.2. capacitação	Participar de curso de capacitação em formatação e acompanhamento de convênios	Brasília		1		1	
4 – Definir Rotas de Risco							R\$15.138,07
4.1. Identificar principais rotas de trânsito	Reunir com a ADEPARA visando definir principais rotas de trânsito de acordo com a praga : BR 316, BR 010, BR 222, BR 230, BR 153, BR 163, PA 150, Rios Amazonas, Tapajós, etc	Belém		1		1	R\$15.138,07

4.2. Identificar pontos estratégicos para barreiras fitossanitárias	Reunir com a ADEPARA visando definir a localização de barreiras fitossanitárias	Belém		2		2	
4.3. Aplicar medidas fitossanitárias nas barreiras interestaduais e internacionais	Auditorias no controle do trânsito interestadual nas barreiras fitossanitárias	Marajó, Belém, Nordeste, sul e sudeste e Oeste		120		120	
	Participação como instrutor em Curso de Atualização em Legislação fitossanitária	Belém		2		2	
	Emitir parecer de sanidade no Requerimento de Autorização para Importação de produtos vegetais	Belém		10		10	
	Reunião com importadores para repassar os procedimentos a serem adotados.	Belém		1		1	
	Analisar o resultado da análise fitossanitária	Belém		10		10	
5. Certificação Fitosanitária							
5.1. Habilitação de Responsáveis Técnicos para certificação de produtos hospedeiros de pragas de interesse nacional.	Análise do conteúdo programático do curso de CFO para as pragas: <i>Aleurocanthus woglumi</i> , <i>Mycosphaerella fijiensis</i> e <i>Ralstonia solanacearum</i>	Belém		2		2	Recursos da ação VIGIFITO1
	Participar como palestrante em curso certificação fitossanitária	Belém		2		2	

5.2. Manutenção do banco de dados de RT habilitados	Manutenção do banco de dados de RT habilitados	Marajó, Belém, Nordeste, sul e sudeste e Oeste		2		2	
6. Educação Sanitária							
6.1 Implantação de Programa de Educação Sanitária na Defesa Vegetal	Supervisionar as ações de educação sanitária executadas pela ADEPARA	Monte Dourado		2		2	Recursos da ação ERRADMOSCA
7. Capacitação/Eventos							
7.1. Participação em eventos de capacitação/Reunião Técnica	ENFIT	Natal		1		1	Recursos da ação PCEVEGETAL
	Curso sobre pragas dos citros	Cordeirópolis		1		1	
	Curso sobre Educação Sanitária	Brasília		1		1	
	Curso de capacitação sobre o ácaro vermelho	São Paulo		1		1	
	Curso de capacitação sobre moníliase	Costa Rica		1		1	

Recomendação 002: Indicador (PI VIGIFITO)**Indicador 1: Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras**

Exercício	Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
2006	Física	20.000	85.342	426,71 %
	Financeira	3.453,42	3.074,37	89,02%
2007	Física	80.000	75.000	93,75%
	Financeira	324.547,45	322.865,41	99,48%
2008	Física	2200	10.367	471,22%
	Financeira	12.600,00	5.802,96	46,06%
2009	Física	8.600	28.188	327,76%
	Financeira	15.138,07	13.338,07	88,10%

Indicador 2: Nº de Auditoria realizada

Exercício	Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
2006	Física	12	32	283,33 %
	Financeira	3.453,42	3.074,37	89,02%
2007	Física	5	21	420%
	Financeira	324.547,45	322.865,41	99,48%
2008	Física	60	32	53,33%
	Financeira	12.600,00	5.802,96	46,06%
2009	Física	120	110	91,66%
	Financeira	15.138,07	13.338,07	88,10%

Constatação 013 – Ação: Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSC

Recomendação 001 – OS 224901 - “Recomendamos a SFA/PA que implemente mecanismos efetivos de revisão de seu planejamento anual, com o objetivo de mitigar as dificuldades apresentadas para a consecução das metas definidas, visando evitar a ocorrência de grandes distorções entre o planejado e o efetivamente executado”

Manifestação da Unidade: O Planejamento Anual e o Planejamento Estratégico para o exercício de 2009, mostrado acima (Manifestação da Unidade referente ao PI VIGIFITO), refere-se as ações de Defesa Sanitária Vegetal, abrangendo as ações 2134 – Vigilância, Fiscalização Interestadual de produtos, sub-produtos e Insumos – VIGIFITO e 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA.

Indicadores (PI ERRADMOSCA)**Indicador 1: Incidência da praga mosca da carambola – área prevenida**

Exercício	Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
2006	Física	125.000.000	125.000.000	100 %
	Financeira	59.972,14	55.721,41	92,91%
2007	Física	125.000.000	125.000.000	100%
	Financeira	144.118,00	144.118,00	100%
2008	Física	125.000.000	125.000.000	100%

	Financeira	258.686,23	136.415,00	52,73%
2009	Física	124.768.700	124.768.700	100%
	Financeira	31.883,83	31.883,83	100%

Indicador 2: Supervisão do monitoramento da mosca da carambola

Exercício	Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
2006	Física	200	125	62,50 %
	Financeira	59.972,14	55.721,41	92,91%
2007	Física	610	7882	1292,13%
	Financeira	144.118,00	144.118,00	100%
2008	Física	610	7.882	1292,13%
	Financeira	258.686,23	136.415,00	52,73
2009	Física	3772	3.215	85,04%
	Financeira	31.883,83	31.883,83	100%

Constatação 019 – Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOSA

Recomendação: OS 224901 – “Recomendamos a SFA/PA que implemente mecanismos efetivos de revisão de seu planejamento anual, com o objetivo de mitigar as dificuldades apresentadas para a consecução das metas definidas, visando evitar a ocorrência de distorções entre o planejado e o efetivamente realizado.”

Manifestação da Unidade:**Objetivos Estratégicos para Sanidade Animal exercício 2009**

ATIVIDADES	Responsabilidade
Articular com o Estado para caracterização e ampliação de áreas livres (auditoria, supervisão, monitoramento, implementação) de doenças	
1.1. Sensibilização de Estados e Municípios	SFA
1.2. Levantamentos zoossanitários	SFA/ADEPARA
1.3. Elaboração de Relatórios	SFA/ADEPARA
1.4. Avaliação	SFA/DSA
1.5. Auditoria para caracterização	SFA/DSA
1.6. Reconhecimento pelo DAS	DSA
1.7. Supervisão das Áreas Livres	SFA
2- Executar Programas de Controle e Prevenção de doenças	
2.1. Delimitar área	ADEPARA
2.2. Monitorar ocorrência	ADEPARA
2.3. Implementar Medidas de Prevenção e Controle	ADEPARA
2.4. Comunicar ao DSA o status da área	SFA
3- Fortalecer o Serviço Oficial de Defesa Animal	
3.1. Diagnóstico da estrutura estadual	SFA/ADEPARA
3.2. Elaboração da proposta do convênio com base no diagnóstico e na avaliação da capacidade zoossanitária	SFA/ADEPARA
3.3. Melhorar sistema de acompanhamento de resultados finalísticos do convênio	SFA/ADEPARA
3.4. capacitação	DSA/SFA

4- Definir Rotas de Risco	
4.1. Elencar doenças prioritárias	SFA/ADEPARA
4.2. Identificar principais origens e destinos de produtos de maior risco	SFA/ADEPARA
4.3. Identificar principais rotas de trânsito	SFA/ADEPARA
4.4. Identificar pontos estratégicos para barreiras zoossanitárias	SFA/ADEPARA
4.5. Aplicar medidas zoossanitárias nas barreiras interestaduais	ADEPARA
5- Melhorar sistemas de Quarentena animal	
5.1. Instruir os procedimentos para os quarentenários	SFA/ADEPARA
5.2. Sistematizar a comunicação dos resultados da quarentena	
5.3. Supervisionar e acompanhar quarentena a nível de campo	
6- Certificação de Propriedades	
6.1. Habilitação de Médicos Veterinários para diagnóstico de doenças.	
6.2. Manutenção do banco de dados de Médicos Veterinários habilitados	
6.3. Monitoramento e certificação de propriedades	
7- Educação Sanitária	
7.1. Acompanhamento e participação como instrutores em ações de campo	

Planejamento Estratégico para Sanidade Animal- exercício 2009

AÇÃO	ATIVIDADE	ONDE	INDICADORES	PROGRAMA ÇÃO META FÍSICA		TOTAL Meta Física	TOTAL Meta Financeira
				Pre vist o inici al	Prev isto Corr igid o		
1- Articular com o Estado para caracterização, manutenção e ampliação de áreas livres de doenças							R\$ 376.927,53
1.1.Sensibilização da cadeia produtiva	Reunião com entidades de classe	Belém	- Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação	2		2	R\$ 376.927,53
	Participação em eventos e reuniões	Belém		4		4	
1.2.Elaboração de Relatórios	Emissão de relatórios de Auditoria nas áreas 1, 2 e 3 para febre aftosa	Belém		6		6	
1.3.Avaliação	Reuniões com ADEPARA	Belém		6	12	12	
1.4.Auditoria para ampliação	Auditoria em Postos fixos , ULSA e EAC na área 2 para febre aftosa	Região do Nordeste do Estado		86		86	
	Auditoria em Postos fixos , ULSA e EAC na área 3 para febre aftosa	Marajó, Baixo Amazonas		21	8	8	
1.5.Supervisão da Área Livre	Supervisão na área livre de febre aftosa com vacinação	Região centro sul do Estado	- Número de Auditorias realizadas	136	79	79	
1.6.Auditoria para manutenção	Auditoria em Postos fixos e nas ULSA e EAC na área 1 - livre de febre aftosa com vacinação	Região centro sul do Estado		136	79	79	
2- Executar Programas de Controle e Prevenção de doenças							R\$70.414,11
2.1- Sanidade Avícola							
1.Implementar Medidas de Prevenção e Controle	Capacitação e Habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTA para aves	Em todo o Estado	-Número de Propriedade atendida Número de Supervisão/Fiscalização realizada	4		4	R\$70.414,11
	Reunião com o Órgão Estadual	Belém		12		12	
	Reunião com o COESA	Belém		4		4	
	Fiscalização de matrizeiros	Santarém		3		3	
	Reunião com a cadeia produtiva	Belém		2		2	
2.1.2.Supervisionar áreas delimitadas	Auditoria do PNSA em ULSA's, Postos de Fiscalização	Região sudeste		1		1	
2.1.3.Comunicar ao DSA o status da área	Enviar relatórios ao DAS	Belém		1		1	

2.2- Controle e Erradicação da Brucelose e tuberculose						
2.2.1. Implementar Medidas de Prevenção e Controle	Fiscalização da Execução do PNCEBT nas ULSAs e Postos Fixos	Em Todo o Estado	Número de Supervisão/ Fiscalizaçã o realizada	14		14
	Fiscalização da execução das atividades de Médicos Veterinários habilitados no PNCEBT	Em todo o Estado		07		07
	Fiscalização de laboratórios/salas de diagnóstico de brucelose	Em todo Estado		07		07
	Participação em eventos e reuniões	Em todo Estado		01		02
	Vistoria prévia em instalações para realização de treinamentos para habilitação de Médicos Veterinários no PNCEBT	Em todo Estado		04		04
	Acompanhamento e participação como instrutor de cursos/treinamento para habilitação de Médicos Veterinários no PNCEBT	Em todo Estado		04		04
2.3- Prevenção e Controle de Doenças dos Equídeos						
2.3.1. Implementar Medidas de Prevenção e Controle	Fiscalização de laboratórios de diagnóstico de AIE credenciados pelo MAPA	Em todo o Estado	- Número de Propriedad e atendida	3		3
	Certificação de propriedade para AIE	Belém		4		4
	Reunião da CECAIE/PA	Belém -PA		2		4
2.3.2. Supervisionar áreas delimitadas	Fiscalização de Propriedades Contaminadas	Em todo o Estado	- Número de Supervisão/ Fiscalizaçã o realizada	1		3
2.3.3. Comunicar ao DSA o status da área	Emissão e envio de relatórios	Belém -PA		1		1
2.4- Prevenção e Controle da Raiva dos Herbívoros						
2.4.1. Implementar Medidas de Prevenção e Controle	Controle sobre animais importados	Em todo o Estado	Número de Supervisão/ Fiscalizaçã o realizada	1		1
	Coleta de amostras para monitoramento de BSE	Em todo o Estado		4		4
2.4.2. Supervisionar áreas delimitadas	Supervisão do PNCRH	Em todo o Estado		1		1
2.4.3. Comunicar ao DSA o status da área	emissão de relatório	Belém		1		1
2.5- Prevenção e Controle de doenças de organismos aquáticos						
2.5.1. Implementar Medidas de Prevenção e Controle	Cadastramento/ e renovação de estabelecimentos e licenciamento para comercializar peixes ornamentais	Em todo o Estado	Número de Supervisão/ Fiscalizaçã o realizada	20		20
3- Fortalecer o Serviço Oficial de Defesa Animal						
3.1. Elaboração da proposta do	Acompanhamento e orientação na elaboração de proposta de	Belém	Convênio celebrado	1		1

convênio com base no diagnóstico e na avaliação da capacidade zoossanitária	convênio a ser celebrado com o MAPA						
3.2.Melhorar sistema de acompanhamento de resultados finalísticos de convênio	Atualizar Plano de Auditoria do convênio MAPA-ADEPARA	Belém	Número de Supervisão/ Fiscalização realizada	1		1	
	Realizar Auditorias na execução de convênios na sede e nas Unidades Locais e Regionais do conveniente	Em todo o Estado		4		4	
3.3.Capacitação	Treinamento em análise e fiscalização de convênio	Brasília		1		1	
	Reunião Anual com Chefes SEDESA/Área Animal/João Pessoa/PB	a definir		1		1	
	Encontro de Defesa Sanitária Animal – ENDESA – João Pessoa/PB	a definir		1		1	
4- Definir Rotas de Risco							00,00
4.1.Identificar principais rotas de trânsito	Autorização de ingresso e saída de animais	Em todo o Estado	Número de Auditoria realizada	50		50	Recursos do FEBREAFITOS
4.2.Identificar pontos estratégicos para barreiras zoossanitárias	Reunir com a ADEPARA para definir localização de barreiras sanitárias	Belém		5		5	
4.3.Aplicar medidas zoossanitárias nas barreiras internacionais interestaduais e intra-estaduais.	Emissão de GTA,	Em todo o Estado		500		500	
	Auditoria nas ações de vigilância realizadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará	Em todo o Estado	68		68		
	Auditoria sobre o controle do trânsito interestadual nas Barreiras zoossanitárias	Em todo o Estado	100		100		
5 – Melhorar Sistema de Quarentena Animal							00,00-
5.1.Instruir os procedimentos para os quarentenários	Reunião com órgão estadual	Em todo o Estado	Número de Supervisão/ Fiscalização realizada	12		12	Recursos do PCEANIMAL
	Reunião com exportadores	Em todo o Estado		5		5	
	Vistoria Técnica em propriedades	Em todo o Estado		10		10	
	Capacitação de Técnicos do órgão estadual	Em todo o Estado		2		2	
5.2.Sistematizar a comunicação dos resultados da quarentena	Análise de processos de exportação	Belém	10		10		
	Autorização para emissão de CZI para exportação	Belém	100				
	Autorização de importação	Belém	1		1		
5.3.Supervisionar e acompanhar quarentena a nível	Fiscalização de propriedades	Em todo o Estado	10		10		

de campo							
6- Certificação de Propriedades							00,00
6.1.Habilitação de Médicos Veterinários para diagnóstico de doenças.	Habilitação de médicos Veterinários para realização de diagnóstico de Brucelose e Tuberculose	Belém	Número de MV Habilitados	10		10	Recursos do PCEANIMAL
	Habilitação de médicos Veterinários para emissão de GTA para aves	Belém		3		3	
6.2.Manutenção do banco de dados de Médicos Veterinários habilitados	Registro na WEB de Profissionais Habilitados no PNCEB	Belém		10		10	
6.3.Monitoramento e certificação de propriedades	Monitoramento de propriedades	Em todo o Estado	Número de Fiscalizações Realizadas	3		3	
7- Educação Sanitária							00,00
7.1.Acompanhamento e participação como instrutores em ações de campo	participação como instrutores em eventos de educação sanitária	Em todo o Estado	Participação em eventos de educação sanitária	2		2	

Recomendação 2: OS 224901 – “Recomendamos a SFA/PA que defina o principal indicador para aferição do desempenho operacional da 4842 – FEBREAFTOSA, fazendo alinhamento da série histórica, para que o mesmo possa ser utilizado como ferramenta gerencial.”

Manifestação da Unidade: Ação: FEBREAFTOSA

Indicador 1: Área declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação

Exercício	Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
2007	Física	1.247.687	647.302	51,88%
	Financeira	122.363,74	55.820,60	45,62%
2008	Física	1.247.687	647.302	51,88%
	Financeira	559.967,22	533.228,91	95,23%
2009	Física	647.302	647.302	100%
	Financeira	15.138,07	13.338,07	88,10%

Indicador 2: Nº de Auditoria realizada

Exercício	Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
2006	Física	30	30	100 %
	Financeira	15.458,96	15.458,96	100%
2007	Física	91	91	100%
	Financeira	122.363,74	55.820,60	45,62%
2008	Física	43	20	46,51%
	Financeira	559.967,22	533.228,91	95,23%
2009	Física	91	87	95,60%
	Financeira	15.138,07	13.338,07	88,10%

2 - Programa 0356 : SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Constatação 016

Recomendação 001: OS 224901 : “ Recomendamos a SFA/PA que implemente mecanismos efetivos de revisão de seu planejamento anual, com o objetivo de mitigar as dificuldades apresentadas para a consecução das metas definidas, visando evitar a ocorrência de distorções entre o planejado e o efetivamente realizado.”

Manifestação da Unidade:

Resultado Quantitativo e Qualitativo da Gestão: No relatório acima identificado a CGU/PA consigna que os programas das áreas finalistas alcançaram metas muito aquém das planejadas, atribuindo tal fracasso a falta de capacidade operacional da unidade para desenvolver suas atividades finalísticas, consignando ainda, que em algumas ações, como a 0356/8939 (Segurança e Qualidade dos Alimentos e Bebidas IPVEGETAL) as metas física e financeira sofreram mudanças radicais nos últimos três anos;

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas: Constatação de baixo atingimento de metas programadas para o exercício de 2008 no tocante ao Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas – Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal. Observando que nos últimos três anos houve uma queda acentuada no alcance das metas físicas (atendimento direto ao público, vistorias, inspeções, fiscalizações e investigações de denúncias “in loco” nos estabelecimentos industriais e comerciais):

Exercício	Meta	Previsão	Execução	Exec. / Prev. (%)
2006	Física	100	90	90
	Financeira	26.640,00	16.270,24	54,89
2007	Física	100	66	66
	Financeira	23.473,81	14.103,60	60,08
2008	Física	100	58	58
	Financeira	69.883,43	35.194,01	50,36

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS:

Na elaboração da programação anual de metas físicas e financeiras para qualquer ação/atividade contínua no âmbito governamental, que no Brasil se processa em ano anterior ao da execução propriamente dita, haja vista, que na época determinada para tal (outubro/novembro) não se dispõe do OGU aprovado, o que torna imperioso que se eleja o prioritário dentro de demandas consideradas como prioridades surgidas no exercício vigente e anteriores, isso para se tentar buscar e permitir uma maior eficiência no uso dos recursos humanos e materiais existentes/disponíveis e, aplicação dos orçamentário-financeiros projetados, todos cada vez mais reduzidos ano após ano no âmbito do serviço público federal, sendo que, no caso em tela, ou seja, pessoal habilitado e capacitado (Fiscal Federal Agropecuário) localizado e em exercício na área de vinhos e bebidas do SIPAG/DT-PA foi reduzido drasticamente nos últimos 03 (três)

anos, passando de um efetivo de 06 (seis) FFAs em 2006 para 02 (dois) FFAs em 2008, situação que ainda permanece inalterada, o que prejudicou sobremaneira a execução das atividades em termos “*quantitativos*”, mas não “*qualitativos*” no referido período, pois isso impingiu uma mudança de estratégia operacional à continuidade da atividade de inspeção e fiscalização industrial, tecnológica e higiênico-sanitária de vinhos e bebidas alcoólicas e não alcoólicas, inclusive polpa de frutas, com destaque para açaí (carro chefe no Estado do Pará) e assim garantir ao consumidor em geral (no mercado interno e externo) que os produtos ofertados atendessem os Padrões de Identidade e Qualidade – PIQ oficial estabelecido em legislação federal e normas complementares editadas pelos órgãos de fiscalização e controle da atividade (MAPA, ANVISA e INMETRO) e, desse modo atender as necessidades e expectativas da sociedade com a execução da ação.

Nesse contexto, se programou a realização de 100 inspeções /fiscalizações em estabelecimentos industriais registrados no SIPAG/DT-PA (MAPA), sendo executado apenas 58 (cinquenta e oito) fiscalizações no exercício 2008.

Entretanto, considerando-se a existência de pouco mais de 100 estabelecimentos em atividade em todo o Estado, haja vista a alta rotatividade empresarial da atividade, aliada a condição de que o parque industrial de bebidas do Estado do Pará, ainda está muito voltado para produção e exportação de polpa de frutas regionais (matéria prima bruta), com destaque para o açaí produzido e envasado em tambores de 200kg com destino à Europa, Estados Unidos, Japão e poucos Estados brasileiros (Rj, SP, ES, BA, RN, etc.). Pois, refrigerantes, sucos, néctares e cervejas, com raras exceções ainda é privilégio de grandes grupos econômicos brasileiros e internacionais que agora é que estão chegando e se instalando no Estado do Pará. Vale ressaltar, que as 58 inspeções/fiscalizações representam 58% (cinquenta e oito por cento) do total programado, o que vale dizer que em termos de estatística aplicada é um percentual que reflete a realidade do setor com confiabilidade e pequena margem de erros, até porque, centrou-se o foco nas indústrias localizadas nos municípios da Região metropolitana de Belém, responsável por quase 95% (noventa e cinco por cento) da produção e comercialização total de bebidas no Estado do Pará, inclusive vinhos que apesar de egresso do Sul do Brasil são utilizados na fabricação de bebidas alcoólicas mistas por misturas, com isso, além de se atingir o objetivo principal de se fiscalizar o produto produzido, comercializado, exportado e consumido pela população em geral, se aperfeiçoou a utilização de recursos humanos, materiais e financeiros disponibilizados.

Também, cabe esclarecer a douda equipe de auditoria da CGU/PA, que para realização das 58 (cinquenta e oito) fiscalizações se solicitou e utilizou apenas R\$5.547,19, gerando um custo de unitário de **R\$95,64** por fiscalização realizada in loco nos estabelecimentos registrados.

Por outro lado deve ser observado e analisado que parte dos recursos provisionados no IPVEGETAL2, por ordem superior (Coordenação Nacional) foram utilizados pela área de Fiscalização da Classificação Vegetal, que descentralizou os referidos recursos para esse fim.

META FINANCEIRA PROGRAMADA, PROVISIONADA E LIQUIDADA.

- PLANO INTERNO: IPVEGETAL2 / FONTE 0100 (1)

ELEMENTOS DE DESPESAS		VALOR (R\$)				%
IDENTIFICAÇÃO	CÓDIGO	PROGRAMADO	PROVISÃO CONCEDIDA (A)	EMPENHADO	LIQUIDADO (B)	B/A x 100
DIÁRIA	3390-14	19.973,46	6.096,56	6.096,56	6.096,56	100
MAT.CONSUMO	3390-30	12.150,00	458,80	458,80	458,80	100
PAS. DESP. LOCOMOÇÃO	3390.33	9.300,00	1.715,09	1.715,09	1.715,09	100
SERV. TERC.	3391.37	-	15.069,00	15.069,00	15.069,00	100
SERV TERC. P. JURÍDICA	3390-39	7.100,00	-	-	-	-
RESTITUIÇÃO	3390.39	-	89,00	89,00	89,00	100
BOLSA AUX. P/ ESTAGIÁRIO	3350.39	6.360,00	-	-	-	-
MAT. PERMAN	4490.52	15.000,00	-	-	-	-
TOTAL	-	69.883,46	23.428,45	23.428,45	23.428,45	100

- PLANO INTERNO: IPVEGETAL2 / FONTE 0150

ELEMENTOS DE DESPESAS		VALOR (R\$)				%
IDENTIFICAÇÃO	CÓDIGO	PROGRAMADO	PROVISÃO CONCEDIDA (A)	EMPENHADO	LIQUIDADO (B)	B/A x 100
DIÁRIA	3390-14	-	5.368,38	5.368,38	5.368,38	100
MAT.CONSUMO	3390-30	-	521,02	521,02	521,02	100
PAS. DESP. LOCOMOÇÃO	3390.33	-	4.376,16	4.376,16	4.376,16	100
SERV. TERC.	3391.37	-	1.500,00	1.500,00	1.500,00	100
TOTAL	-	-	11.765,56	11.765,56	11.765,56	100

- PROVISÃO TOTAL RECEBIDA (FONTE 0100 + 0150) = **R\$ 35.194,01**
- RECURSOS EFETIVAMENTE UTILIZADOS PELA ÁREA DE VINHOS E BEBIDAS
- ELEMENTO DE DESPESA

3390.14 (DIÁRIA): **R\$ 4.638,13**

3390.30 (MATERIAL DE CONSUMO): **R\$ 820,02**

3390.33 (PASSAGEM ÁEREA): **R\$ 2.196,48**

3390.37 (SERV. GERAIS E APOIO ADM. TERCEIRIZADO): **R\$ 16.569,00**

3390.39 (RESTITUIÇÃO): **R\$ 89,00**

- TOTAL GERAL: **R\$ 24.312,63**
- TOTAL UTILIZADO NA FISCALIZAÇÃO: R\$4.638,13 + R\$820,02 + R\$89,00 = **R\$ 5.547,19**
- CUSTO UNITÁRIO POR FISCALIZAÇÃO REALIZADA: R\$5.547,19 / 58 = **R\$ 95,64**
- (%) EXECUTADA: R\$24.312,63 / R\$35.194,01 x 100 = **69,08% DO PROVISIONADO**

RECURSOS UTILIZADOS PELA CLASSIFICAÇÃO VEGETAL (OUTRA ATIVIDADE)

- TOTAL GERAL: **R\$ 10.881,38**
- (%) EXECUTADA: R\$10.881,38 : R\$35.194,01 x 100 = **30,92% DO PROVISIONADO**

ATUALIZAÇÃO PERMANENTE DO PLANO DE PROVIDENCIAS EM 2009

META FINANCEIRA PROGRAMADA, PROVISIONADA E LIQUIDADADA.

- PLANO INTERNO: IPVEGETAL2 / FONTES 0100 E 0150

ELEMENTOS DE DESPESAS		VALOR (R\$)				%
IDENTIFICAÇÃO	CÓDIGO	PROGRAMADO	PROVISÃO CONCEDIDA (A)	EMPENHADO	LIQUIDADADO (B)	B/A x 100
DIÁRIA	3390-14	10.208,00	8.578,00	8.578,00	8.578,00	100
MAT.CONSUMO	3390-30	7.750,00	3.428,27	3.428,27	3.428,27	100
PAS. DESP. LOCOMOÇÃO	3390.33	4.000,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00	100
SERV. TERC.	3391.37	39.768,00	13.256,00	13.256,00	13.256,00	100
SERV TERC. P. JURÍDICA	3390-39	3.200,00	3.990,00	3.990,00	3.990,00	100
BOLSA AUX. P/ ESTAGIÁRIO	3350.39	4.368,00	-	-	-	000
MAT. PERMAN	4490.52	15.000,00	15.000,00	12.748,95	12.748,95	84,50
TOTAL	-	84.294,00	48.452,27	43.731,22	41.854,52	86,38

- **PROVISÃO RECEBIDA E APLICADA POR FONTE (0100 + 0150)**

ELEMENTOS DE DESPESAS		VALOR (R\$)		
IDENTIFICAÇÃO	CÓDIGO	PROVISÃO RECEBIDA		TOTAL GERAL
		POR FONTE		
		0100	0150	
DIÁRIA	3390-14	2.967,00	5.611,80	8.578,80
MAT.CONSUMO	3390-30	450,00	2.978,27	3.428,27
PAS. DESP. LOCOMOÇÃO	3390.33	2.200,00	2.000,00	4.200,00
SERV. TERC.	3391.37	6.628,00	6.628,00	13.256,00
SERV TERC. P. JURÍDICA	3390-39	100,00	3.890,00	3.990,00
BOLSA AUX. P/ ESTAGIÁRIO	3350.39	-	-	-
MAT. PERMAN	4490.52		15.000,00	15.000,00
TOTAL	-	12.345,00	36.108,07	48.452,27

• **CUSTO UNITÁRIO DE INSPEÇÃO/FISCALIZAÇÃO DE CAMPO (IN LOCO)**

- $R\$8.578,80 - 1.082,87(D \text{ c/ curso}) + 1.322,53(S/30) + 178,00(S/39) + 1.406,00(P/33) = R\$10.402,46$:
94(INSP.) = **R\$110,66**

Nota: D = Diária / S = Suprimento de Viagem / P = Passagens

5.2. PROGRAMAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2009 (BEBIDAS EM GERAL E VINHOS)

PRODUTO DA AÇÃO	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PROGRAMADO	REALIZADO
ESTABELECIMENTO INSPECIONADO / FISCALIZADO	100	94	84.294,00	48.452,27

INDICADORES DE DESEMPENHO

EFICIÊNCIA "E" = (CUSTO TOTAL DE DESLOCAMENTO (1) / Nº DE INSP. REALIZADAS)

➤ E = R\$10.402,46 / 94 CUSTO UNITÁRIO DE **R\$110,66**

(1) Composto pelo Somatório de: Diárias + Passagens + Suprimentos de Viagens Aplicados.

EFICÁCIA "EF" = (META FÍSICA EXECUT. / PROGR.) x 100 = % ESTAB. INSP. P/ ANO

➤ EF = 94 : 100 x 100 = **94 %.(PERC. DE EST. INSP. P/ ANO).**

As demais constatações constantes da referida Nota Técnica nº 260/2010/CGU/PR foram atendidas, quais sejam:

Constatação 010:

Recomendação 001: OS 224901 – “Recomendamos a Unidade que na prorrogação de contratos realize pesquisa de preços de mercado a no mínimo 03 (três) interessados ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.”

Tipo da Comunicação: Recomendação Atendida

Recomendação 002: OS 224901 – “Recomendamos a Unidade que atente para a existência de interesse comum ou parentesco entre as firmas consultadas, efetuando o cotejo de endereços, telefones e dados das firmas e de seus sócios, realizando consulta ao SICAF e aos bancos de dados públicos como o SINTEGRA e LISTA ON LINE.”

Tipo de Comunicação: Reiteração por decurso de prazo (sem manifestação)

Manifestação da Unidade: A Unidade manifestou-se em 17/03/2010 quando da atualização do Plano de Providencia Permanente

Constatação 014:

Recomendação 001 – OS 224901 – “Recomendamos a Unidade que implemente efetivamente o acompanhamento sistemático do convênio 001/2005, definindo metodologia confiável, visando obter informações sobre o realizado e comprovação dos itens aferidos referentes a cada meta do convênio.”

Tipo de Comunicação: Recomendação Atendida

Recomendação 002 – OS 224901 – “Recomendamos a SFA/PA que designe para acompanhamento do convênio 001/2005 servidor ou servidores capacitados e com perfil adequado para a realização da tarefa.”

Tipo de Comunicação: Recomendação Atendida

11- DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

(Anexo II da DN TCU 100/2009)

“não houve ocorrência no período”

12- ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

(Anexo II da DN TCU 100/2009)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC
		QUANTIDADE
Admissão	13	(*)
Desligamento	0	0
Aposentadoria	00	00
Pensão	15	15

(*) Atos de admissão de Pessoal Efetivo, esta unidade não tem competência para este tipo de registro, fica a cargo da Coordenação Geral de Recursos Humanos do MAPA.

13- REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Pará
Serviço de Atividades Gerais – SAG/DAD
Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAG



Memoº Nº 003 / SMP/SAG/DAD/SFA/PA

Em, 26 de março de 2010

Ao: Chefe da DAD/SFA/PA

Assunto: RELATÓRIO DE GESTÃO DA SFA/PA-2009

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que os contratos celebrados pela SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO NO PARÁ SFA/PA, estão devidamente lançados, disponíveis e atualizados respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais- SIASG, conforme determina a Lei 8.666/1993.

Atenciosamente,

MARCELINO TOKINORI TSUNEMITSU
Chefe do SMP/SAG/DAD/SFA/PA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Superintendência Federal de Agricultura no Pará
Gabinete do Superintendente



DECLARAÇÃO

Declaro para que surta todos os efeitos legais que, o sistema SICONV, executa de modo formal todas as atividades inerentes à execução de cadastramento de proponentes, na qualidade de unidade cadastradora.

Belém, 26 de março de 2010.

Herdimir de Assis Moreira
Chefe da DAD/SFA/PA
Substituto

14- OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

O programa apoio tem por finalidade dar suporte logístico para a execução das ações finalísticas. Entretanto, ressalta-se que o não realinhamento nos valores do limite estabelecido para o PI **MANUT – PA**, têm dificultado sobremaneira tal apoio.

Sendo assim, e considerando que, por demanda da sociedade, as ações finalísticas aumentam a cada ano, entendemos que há necessidade de criar mecanismos que viabilize o apoio por parte dos PIs técnicos nas despesas de custeio.

É oportuno esclarecer que neste Relatório de Gestão, constam apenas as tabelas pertinentes a esta SFA/PA, as quais foram feitas dentro das normas emanadas pelo TCU (DN TCU 100/2009).

15- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará tem como objetivo cumprir as metas estabelecidas pelo governo Federal, com também aplicar recursos públicos de maneira eficaz.

Dentro do que propõe os Programas de Governo estabelecidos no PPA 2008-2011, as atividades realizadas obedeceram a um modelo legal vigente, cujos programas e ações sob responsabilidade e participação desta SFA/PA tiveram importância fundamental no desenvolvimento agropecuário regional com integração do meio rural ao urbano, com reflexos na melhoria de vida das pessoas.



Ademir Conceição Carvalho Teixeira
Superintendente da SFA/PA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Contabilidade

MAPA/SFA-PA-GABINETE

Recebido em: 17/02/10

HORA: às 15:00 hrs

Assinatura/Carimbo: *José Carlos Soares*

DECLARAÇÃO PLENA

Código da Unidade Gestora:	130094
Nome da Unidade Gestora:	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARÁ – SFA/PA
CNPJ:	00.396.895/0016-01

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas do Exercício de 2009.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2009.

Alberto Jerônimo Pereira
Alberto Jerônimo Pereira
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada